

ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE JEQUITIBÁ/MG

CONTRATO DE GESTÃO: Nº IGAM 003/2017
ATO CONVOCATÓRIO: Nº 001/2018
CONTRATO: Nº 015/2018



PRODUTO 1

Elaboração do Plano de Trabalho, Plano
de Mobilização e de Comunicação Social

MARÇO 2019

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE JEQUITIBÁ/MG



PRODUTO 1:

Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB

CONTRATO DE GESTÃO: Nº IGAM 003/2017
ATO CONVOCATÓRIO: Nº 001/2018
CONTRATO: Nº 015/2018

Março de 2019

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



003	03/2019	PARA APROVAÇÃO	WHOS		
002	03/2019	PARA APROVAÇÃO	WHOS		
001	02/2019	PARA APROVAÇÃO	WHOS		
000	02/2019	PARA APROVAÇÃO	WHOS		
Revisão	Data	Descrição Breve	Ass. do Autor	Ass. do Superv.	Ass. do Aprov.
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE JEQUITIBÁ					
PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO, PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO E PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL					
Elaborado por: Wallison Henrique Oliveira Silva			Supervisionado por: Vera Abreu Vilela		
Aprovado por: Vera Abreu Vilela			Revisão	Finalidade	Data
			03	03	22/03/2019
Legenda Finalidade: [1] Para Informação [2] Para Comentário [3] Para Aprovação					
		Seletiva Consultoria e Projetos Ltda-ME Rua Vereador Luiz Michette, nº 384 – Maracanã 35738-000, Prudente de Moraes, MG Tel: (31) 99498-1575			

ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO



SELETIVA CONSULTORIA E PROJETOS LTDA-ME

Rua Vereador Luiz Michette, nº 384 – Maracanã
 35738-000, Prudente De Moraes, MG
 Tel: (31) 99498-1575

EIXO - ÁREA DO CONHECIMENTO	PROFISSIONAL	FUNÇÃO
Equipe Chave		
	Vera Lúcia de Abreu Vilela	Coordenadora
Abastecimento de Água Esgotamento Sanitário	Carlos Mauro Novaes	Engenheiro
Resíduos Sólidos	Edmilson Gualberto Braga	Engenheiro Civil
Drenagem Urbana	Vera Lúcia de Abreu Vilela	Engenheira
Mobilização Social	Débora Oliveira Queiroz	Geógrafa
Direito	Marciléia Correa de Andrade	Advogada
Economia	Renato Silva de Assis	Economista
Geoprocessamento	Christian Rezende Freitas	Geógrafo
Equipe de Apoio		
Letras	Paulo Roberto Ribeiro	Graduação em letras pela INCA- Lavras e professor de letras na Universidade Federal de Lavras-MG Letras
Comunicador social	Tiago Marques	Comunicação. cursando Publicidade de Comunicação – Com experiência em Diagramação e projetos gráficos
Aux. Audiências Públicas	Armando José Vilela	Engenheiro
Auxiliar de Campo	Marina Santos M. Meneghini	Eng ^a . Ambiental

Agência Peixe Vivo

Célia Maria Brandão Fróes – Diretora Geral
Berenice Coutinho Malheiros dos Santos – Diretora de Administração e Finanças
Flávia Danielle de Souza Mendes – Assessora Técnica
Jacqueline Evangelista Fonseca – Assessora Técnica
Patrícia Sena Coelho – Assessora Técnica
Thiago Batista Campos – Assessor Técnico

Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH Velhas (SF5)

Diretoria

Marcus Vinícius Polignano - Presidente
Ênio Resende de Souza – Vice-Presidente
Renato Júnio Constâncio - Secretário
Poliana Valgas - Secretária-adjunta

Diretoria Ampliada

Sociedade Civil

Marcus Vinícius Polignano - Instituto Guaicuy
Procópio de Castro - Associação de Desenvolvimento de Artes e Ofícios - ADAO

Usuários de Água

Renato Júnio Constâncio - CEMIG
Nelson Guimarães - Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa

Poder Público Estadual

Ênio Resende de Souza – Emater
Nísio Miranda - Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - ARMBH

Poder Público Municipal

Humberto Marques - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Poliana Valgas - Prefeitura Municipal de Jequitibá



**Grupo de Trabalho para Acompanhamento da Elaboração do Plano Municipal
de Saneamento Básico (GT-PMSB) de Jequitibá**

Poliana Aparecida Valgas de Carvalho

Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável Urbano Rural

Natalia Rodrigues de Almeida

Representante da Secretaria Municipal de Obras

Glauciane Aparecida Rodrigues

Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Lucia Aparecida Saturnino Sousa

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social

Vanessa Machado Saturnino Souza

Representante do Gabinete do Prefeito

Ana Claudia Ferreira Silva Sousa

Representante da Secretaria Municipal de Educação

Dilson Resende da Silva

Representante da Câmara Municipal

Cloves Saturnino de Almeida

Câmara Municipal

Sebastião Henriques Freitas

Câmara Municipal

Odilon Gomes Oliveira

Conselho de Meio Ambiente de Jequitibá

Elena Gomes Candeia

Associação de catadores de Recicláveis de Baldim e Região

Hélio Ferreira Alves

Associação comunitária de Coqueiros



DADOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

CONTRATANTE	Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo
CONTRATO	Nº 15/2018
ASSINATURA DO CONTRATO	05 de dezembro de 2018
ASSINATURA DA ORDEM SE SERVIÇO	04 de janeiro de 2018
ESCOPO DO CONTRATO	Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico de Capim Branco, Confins, Esmeraldas e Jequitibá
PRAZO DE EXECUÇÃO	10 meses, a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.
VALOR GLOBAL DO CONTRATO	R\$ 529.022,98 (quinhentos e vinte e nove mil, vinte e dois reais e noventa e oito centavos)
DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ato Convocatório Nº 01/2018 ➤ Termo de referência para contratação, parte integrante do Ato Convocatório Nº 01/2018 ➤ “Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico” da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) do ano de 2018 ➤ Guia para a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico do Ministério das Cidades



APRESENTAÇÃO

A empresa Seletiva Consultoria e Projetos venceu o processo licitatório realizado pela Agência Peixe Vivo (Ato Convocatório nº 001/2018), referente ao Contrato de Gestão nº 003/IGAM/2010, para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) dos municípios de Jequitibá, Capim Branco, Esmeraldas e Confins, no Estado de Minas Gerais. Visando também ao atendimento dos municípios à Política Nacional de Resíduos Sólidos, a contratação prevê que o conteúdo mínimo, especificado na legislação para elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS), seja abordado nos PMSBs a serem elaborados, atendendo, dessa forma, às duas Leis Federais: 11.445/2007 e 12.305/2010.

O Plano Municipal de Saneamento Básico é o principal instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico. De acordo com o art. 23 do Decreto nº 7.217/2010, essa Política deve organizar o saneamento básico no município, considerando as funções de gestão, desde o planejamento até a prestação dos serviços, que devem ser submetidos à regulação, à fiscalização e ao controle social.

Os PMSBs constituem um documento essencial como ferramenta de planejamento estratégico para a futura elaboração de projetos e execução de serviços e obras, servindo de diretriz na elaboração de Planos de Investimentos, com vistas à obtenção de financiamentos para obras e serviços de saneamento básicos necessários aos municípios. Trata-se de um instrumento que define critérios, parâmetros, metas e ações efetivas para atendimento dos objetivos propostos, englobando medidas estruturais e estruturantes na área do saneamento básico para garantir a melhoria da qualidade de vida de seus munícipes.

O presente relatório, denominado Produto 1 - Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB, apresenta as diretrizes e a metodologia para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Jequitibá/MG, de modo a atingir os objetivos finais e especificações determinadas pelo Termo de Referência (TR) que norteia o presente trabalho.



Este documento estabelece, em seu escopo, as diretrizes gerais para o desenvolvimento dos estudos do panorama do saneamento básico no Município de Jequitibá, contendo ferramentas que permitem ordenar e sistematizar as informações, definindo estratégias para a elaboração simultânea dos produtos que contemplam o PMSB de forma articulada e dinâmica, abrangendo os setores de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem pluvial, assim como os aspectos transversais que permeiam as áreas temáticas do saneamento, tais como: saúde, meio ambiente, educação e controle social; visando a atingir a universalização, a integralidade, a intersetorialidade e a sustentabilidade dos serviços de saneamento no município.

Além disso, irá apresentar o Programa de Mobilização Social (PMS) que norteará as ações a serem adotadas para a sensibilização da sociedade quanto à relevância do PMSB e a importância da participação social para o aprimoramento do processo, assim como o Programa de Comunicação Social (PCS), que visa a ampliar a divulgação das informações sobre a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, objetivando a participação efetiva da população, motivando a comunidade a acompanhar, fiscalizar e a exigir sua concretização.

O escopo do PMSB compreende o desenvolvimento de estudos e planejamento de atividades ao longo dos trabalhos, resultando em um conjunto de produtos específicos, estabelecidos no escopo contratual, a saber:

- ✓ **Produto 1** - Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB;
- ✓ **Produto 2** - Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico;
- ✓ **Produto 3** - Prognóstico, Programas, Projetos e Ações;
- ✓ **Produto 4** - Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB; e Ações para Emergências e Contingências;
- ✓ **Produto 5** - Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico;
- ✓ **Produto 6** - Relatório Final do PMSB – Documento Síntese.



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
2. OBJETIVO GERAL DO PMSB	22
3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PMSB.....	22
4. OBJETIVOS DO PRODUTO 1	23
5. CONTEXTO	24
5.1. Princípios Legais e Atribuições de Competências dos Sistemas de Saneamento Básico	24
5.2. Panorama dos Recursos Hídricos.....	26
5.3. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas	28
5.4. Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo	31
5.5. O Mecanismo da Cobrança como Fonte de Financiamento deste Projeto	33
5.6. A Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH SF5.....	34
5.6.1. Os Subcomitês	42
6. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ.....	49
6.1. Informações Gerais.....	49
6.2. Informações Iniciais sobre o Saneamento Básico no Município	52
6.2.1. Abastecimento de água	52
6.2.2. Esgotamento sanitário	54
6.2.3. Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	56
6.2.4. Drenagem urbana e manejo de águas pluviais	58
7. PLANO DE TRABALHO	61
7.1. Justificativa para Elaboração do PMSB	61
7.2. Estratégias Metodológicas	62
7.3. Gerenciamento e Escopo do Projeto	62
7.3.1. Gerenciamento do escopo.....	63
7.4. Gerenciamento de tempo/cronograma.....	63
7.5. Gerenciamento de qualidade	64
7.6. Elaboração dos Produtos	67
7.6.1. Produto 2 – Diagnóstico Técnico Participativo da Situação Atual do Saneamento Básico.....	67
7.6.2. Produto 3 – Prognóstico, Programas, Projetos e Ações	71
7.6.3. Produto 4 – Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB e Ações para Emergências e Contingências	72



7.6.4. Produto 5 – Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico	73
7.6.5. Produto 6 – Relatório Final do PMSB - Documento Síntese	74
7.7. Direcionamentos da Condução dos Trabalhos para a Elaboração do PMSB	75
7.8. Fatores Dificultadores e Facilitadores na Construção do PMSB	78
7.9. Os Agentes Envolvidos e as Respectivas Responsabilidades	80
7.10. Mecanismos de Divulgação do PMSB	82
8. PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO PMSB	84
8.1. Participação e Controle Social	85
8.2. Mobilização Social	86
8.3. Objetivos, Ações e Metas	88
8.3.1. Objetivo geral	88
8.3.2. Objetivos específicos	88
8.3.3. Ações	89
8.3.4. Metas	90
8.4. Planejamento e Estruturação do Programa de Mobilização Social e do Programa de Comunicação	90
8.4.1. Área de abrangência	91
8.4.2. Público-alvo	93
8.4.3. Diretrizes	94
8.4.4. Escopo	95
8.5. Metodologia	95
8.5.1. Estratégias de mobilização	97
8.5.2. Grupo de Trabalho GT	98
8.5.3. Descrição das atividades de mobilização social	99
8.5.4. Cronograma de eventos	110
8.6. Programa de Comunicação Social	110
8.6.1. Instrumentos e estratégias de divulgação	111
8.6.2. Ferramentas comunicacionais	112
8.6.3. Quantificação dos recursos a serem utilizados para divulgação do PMSB	115
8.6.4. Materiais de divulgação	119
8.7. Fluxograma das Atividades de Mobilização Social	125
8.8. Atividades Realizadas	126
8.8.1. 1ª reunião entre a Prefeitura Municipal de Jequitibá e a Seletiva Consultoria e Projetos Ltda	126
8.8.2. 1ª reunião com o Grupo de Trabalho do PMSB de Jequitibá	127
9. ORGANOGRAMA DA EQUIPE TÉCNICA	130
10. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES	131
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	133



12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
ANEXO I – DECRETO MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ	140
ANEXO II – TERMO DE COMPROMISSO	142
ANEXO III – APRESENTAÇÃO DO PRODUTO I – 1ª REUNIÃO DO GRUPO GESTOR	145
ANEXO IV – LISTA DE PRESENÇA DA 1ª REUNIÃO COM O GRUPO DE TRABALHO	150
ANEXO V – ATA REUNIÃO INICIAL	152
ANEXO VI – ATA 1ª REUNIÃO COM O GRUPO DE TRABALHO.....	153
ANEXO VII – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO PROJETO	156
ANEXO VIII – CHECK-LISTS PARA INFORMAÇÕES DE CAMPO	159



LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo	32
Figura 2: Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	39
Figura 3: Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos.....	40
Figura 4: Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos – SF5.....	41
Figura 5: Subcomitê Ribeirão Jequitibá.....	44
Figura 6: Unidade Territorial Estratégica Peixe Bravo	46
Figura 7: Unidade Territorial Estratégica Ribeirões Tabocas e Onça.....	48
Figura 8: Área de Captação de um Poço de Abastecimento de Água na Sede do Município.....	54
Figura 9: Tanque do Tipo Evapotranspiradora na Comunidade de Poções.....	56
Figura 10: Tambores de Recolhimento de Resíduos Sólidos Perigosos	57
Figura 11: Unidade de Triagem e Compostagem – UTC Jequitibá	58
Figura 12: Estrutura Deficitária de Drenagem Encontrada no Município.....	60
Figura 13: Escopo dos Produtos do Plano Municipal de Saneamento Básico de Jequitibá/MG	65
Figura 14: Sequência de Atividades no Processo de Elaboração do PMSB de Jequitibá/MG	66
Figura 15: Fatores Dificultadores e Facilitadores nas Etapas de Elaboração do PMSB	79
Figura 16: Organograma Resumo dos Objetivos Específicos	89
Figura 17: Mapa de Setorização de Mobilização.....	92
Figura 18: Atividade do Plano de Mobilização Social	95
Figura 19: Atividades do Plano de Mobilização Social	97
Figura 20: Fluxograma das Atividades de Mobilização Social.....	125
Figura 21: 1ª Reunião entre a Prefeitura Municipal de Jequitibá e a Seletiva Consultoria e Projetos Ltda	127
Figura 22: 1ª Reunião com Grupo de Trabalho PMSB Jequitibá.....	129
Figura 23: Organograma da Equipe Técnica.....	130
Figura 24: Cronograma de Atividades – Município de Jequitibá.....	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: UTEs e Subcomitês de Bacia Hidrográfica	42
Tabela 2: Consolidação das Informações Gerais do Município de Jequitibá.....	51
Tabela 3: Caracterização Geral do Município e dos Setores Inter-relacionados	68
Tabela 4: Caracterização dos Serviços de Abastecimento de Água.....	69
Tabela 5: Caracterização dos Serviços de Esgotamento Sanitário	69
Tabela 6: Caracterização dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	70
Tabela 7: Caracterização dos Serviços de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais.....	70
Tabela 8: Principais Direcionamentos do PMSB – Processos Participativos	76
Tabela 9: Principais Direcionamentos do PMSB – Diagnósticos Setoriais	76
Tabela 10: Principais Direcionamentos do PMSB – Intersetorialidade	77
Tabela 11: Principais Direcionamentos do PMSB – Propostas do PMSB.....	77
Tabela 12: Principais Direcionamentos do PMSB – Processo de Aprovação.....	77
Tabela 13: Responsabilidades e Agentes Envolvidos na elaboração do PMSB de Jequitibá.....	80
Tabela 14: Descrição das Atividades de Mobilização	106
Tabela 15: Cronograma das Atividades de Mobilização	110
Tabela 16: Ficha de Recursos a serem utilizados para Divulgação da Oficina Participativa para elaboração do PMSB.....	116
Tabela 17: Ficha de Recursos a serem utilizados para Divulgação da 1ª Audiência Pública para apresentação do diagnóstico atual do Saneamento do município	117
Tabela 18: Ficha de Recursos a serem utilizados para Divulgação da 2ª Audiência Pública para apresentação do Prognóstico, Programas, Projetos e Ações do PMSB	118
Tabela 19: Ficha de Recursos a serem Utilizados para Divulgação da Solenidade de Encerramento do PMSB.....	119



LISTA DE NOMENCLATURAS E SIGLAS

AGB	Agência de Bacia Hidrográfica
Agência Peixe Vivo	Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo
Ambev	Companhia de Bebidas das Américas
ANA	Agência Nacional das Águas
APA	Área de Proteção Ambiental
Arsae	Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
ARMBH	Agência Região Metropolitana de Belo Horizonte
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CBH do Rio Pará	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará
CBH Rio das Velhas	Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas
CBHSF	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
Cesb	Companhias Estaduais de Saneamento Básico
CF	Constituição Federal
CG	Contrato de Gestão
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
Copam	Conselho Estadual de Política Ambiental
Copasa	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CTR Macaúbas	Central de Tratamento de Resíduos Macaúbas
DN	Deliberação Normativa
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
EUA	Estados Unidos da América



Feam	Fundação Estadual de Meio Ambiente
FJP	Fundação João Pinheiro
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IPEA	Instituto de Pesquisas Aplicadas
INCA	Incineração e Controle Ambiental
Inmet	Instituto Nacional de Meteorologia
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
ONG	Organização Não Governamental
PCS	Programa de Comunicação Social
PD	Plano Diretor
PDDU	Plano Diretor de Drenagem Urbana
PDRH	Plano Diretor de Recursos Hídricos
PDRH Rio das Velhas	Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas
Pesb	Plano Estadual de Saneamento Básico
PGIRS	Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos
Plansab	Plano Nacional de Saneamento Básico
PMBOK	<i>Guide to the Project Management Body of Knowledge</i>
PMS	Programa de Mobilização Social
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos



PNSB	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
PPA	Plano Plurianual de Aplicação
PT	Plano de Trabalho
RCC	Resíduos de Construção Civil
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RSD	Resíduos Sólidos Domiciliares
RSI	Resíduos Sólidos Industriais
RSLU	Resíduos de Limpeza Urbana
RSS	Resíduos de Serviço de Saúde
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
RV	Resíduos Volumosos
SCBH	Subcomitê de Bacia Hidrográfica
Semad	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Sesp	Serviço Especial de Saúde Pública
Singreh	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Sinir	Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos
Sinisa	Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
TDR	Termo de Referência
TVAP	Tanques de Evapotranspiração
UPGRH	Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos
UPGRH JQ1	Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos do Alto Jequitinhonha
UPGRH DO1	Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos do Rio Piranga
UPGRH DO2	Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos do Rio Piracicaba
UPGRH DO3	Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos



	do Rio Santo Antônio
UPGRH SF3	Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos do Rio Paraopeba
UPGRH SF4	Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos Entorno da Represa de Três Marias
UPGRH SF5	Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos do Rio das Velhas
UPGRH SF6	Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos dos Rios Jequitai e Pacuí
UTC	Unidade de Triagem e Compostagem
UTE	Unidade Territorial Estratégica
WWF	Fundo Mundial para a Natureza



1. INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Uns dos dispositivos presentes na Política Federal de Saneamento Básico são a universalização do acesso aos serviços, a garantia de qualidade e suficiência no suprimento desses serviços e a promoção da melhoria da qualidade de vida da população e das condições ambientais.

A Política Federal de Saneamento Básico também estabelece a obrigatoriedade dos municípios brasileiros, diante da à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, com vistas a propor diretrizes e ações para o abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais em um horizonte de 20 (vinte) anos. Essas diretrizes e ações, uma vez alcançadas, levarão o município, da condição em que se encontra, em termos de saneamento básico, a uma condição pretendida ou, pelo menos, aproximada do ideal.

O Plano delinea os caminhos para a melhoria das condições de saúde, qualidade de vida e o desenvolvimento local. Ele visa à universalização dos serviços de saneamento básico, para que todos tenham acesso ao abastecimento de água com qualidade e em quantidade suficiente às suas necessidades, à coleta e tratamento adequados do esgoto e dos resíduos sólidos, bem como ao manejo correto das águas pluviais, dentro da perspectiva de equilíbrio social e manutenção dos ecossistemas locais.

A Lei Federal de Saneamento Básico prevê no seu art. 19., § 1º, que os planos de saneamento básico sejam editados pelos titulares, podendo ser elaborados com base em estudos fornecidos pelos prestadores de cada serviço, abrangendo, no mínimo:

I. Diagnóstico da situação de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

II. Objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;



III. Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV. Ações para emergências e contingências;

V. Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

O PMSB constitui-se como principal instrumento de planejamento e gestão participativa que estabelece as diretrizes para a prestação dos serviços públicos de saneamento e deve atender aos princípios estabelecidos nas Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico.

Outro aspecto importante, previsto na Legislação Brasileira, é a ampla participação da população na elaboração do PMSB, representada por vários segmentos da sociedade, a fim de obter uma gestão democrática na formulação, execução e acompanhamento dos programas e projetos necessários ao desenvolvimento do setor (BRASIL, 2007).

A Lei Federal nº 11.445/2007 estabelece o controle social como um dos princípios fundamentais dos serviços de saneamento básico, definido como:

[...] o conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico (BRASIL, 2007).

Em linhas gerais, e de uma forma mais ampla, é preciso que o município veja na elaboração do PMSB uma oportunidade de transformação da realidade local. Para conduzir esse processo nessa direção, é preciso construir um pacto social para melhorar as condições de vida da população e do meio em que vivem. A construção de um pacto social envolve a participação dos diversos atores locais e, para isso, é preciso que esse processo seja democrático e inclusivo (FUNASA, 2018).

A elaboração do PMSB ocorrerá em consonância com as políticas públicas previstas para o município, devendo-se também levar em consideração outras ações de caráter interdisciplinar – a exemplo das questões urbanísticas, socioeconômicas, ambientais e de saúde, dentre outras –, de modo a compatibilizar as soluções a serem propostas com as leis, planos e projetos previstos para a área de estudo.



Por meio do diagnóstico das condições atuais dos sistemas existentes dos quatro eixos do saneamento básico - abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem urbana e manejo das águas pluviais – poderá ser montado o cenário das deficiências encontradas, com o intuito de propor programas, projetos e ações necessárias, objetivando a universalização dos serviços, proporcionando melhores condições de vida à população, bem como a melhoria das condições ambientais.

Nesse contexto, as Leis nº 11.445/2007 e 12.305/2010 vieram fortalecer o mecanismo de planejamento do setor de saneamento, estabelecendo a obrigatoriedade da elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, sendo, esses planos, condições para acesso aos recursos da União para o setor de saneamento básico.



2. OBJETIVO GERAL DO PMSB

O objetivo central do Plano Municipal de Saneamento Básico é promover o saneamento com base nos princípios fundamentais estabelecidos na Lei Federal nº 11.445/2007, sendo uma das diretrizes principais a universalização do acesso aos serviços, com a garantia de qualidade e suficiência no suprimento deles e, ainda, a promoção da melhoria da qualidade de vida da população e das condições ambientais.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PMSB

Para cumprir o objetivo do PMSB, deverão ser propostas soluções graduais e progressivas, expressas segundo metas imediatas, de curto, médio e longo prazos, voltadas para a ampliação e melhoria dos quatro eixos de saneamento básico. Diversos são os objetivos específicos que nortearão a adequada elaboração do PMSB para o Município de Jequitibá, quais sejam:

- Possibilitar o desenvolvimento institucional do saneamento básico no nível municipal, em concordância com as diretrizes nacionais e com ênfase na qualificação dos atores sociais (prestadores de serviços, técnicos da Prefeitura Municipal, agentes locais, lideranças comunitárias, etc.), com desempenho na política de saneamento básico e correlatas, qualificando o exercício do controle social;
- Empregar tecnologias adequadas e soluções graduais e progressivas, ponderando a sustentabilidade ambiental e o potencial de pagamento dos usuários;
- Nortear para que o emprego dos recursos financeiros administrados pelo poder público se dê de acordo com o que estabelece a política municipal de saneamento básico e o PMSB, em termos de necessidades de investimentos, e que sejam preferencialmente definidas segundo critérios de promoção de salubridade ambiental, da maximização da relação benefício-custo e, portanto, de maior retorno social do ponto de vista dos benefícios gerados para a melhoria da qualidade de vida da população;



- Empregar indicadores na elaboração do PMSB que nortearão desde a elaboração do diagnóstico, a avaliação dos cenários para a gestão dos serviços, até a proposição dos programas, projetos e ações, e que dialoguem com as metas que devem ser observadas na execução e avaliação do PMSB no horizonte de 20 anos.

4. OBJETIVOS DO PRODUTO 1

O Produto 1 tem como objetivo propor estratégias, visando a garantir o planejamento para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Jequitibá, detalhando em seu escopo todos os procedimentos técnicos e metodológicos a serem desenvolvidos na construção do PMSB, em consonância com ações que possibilitem estimular a participação e o envolvimento social na construção de uma política pública de saneamento básico do município.

Para a concretização do objetivo geral, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar metodologia adequada à realidade do município para o desenvolvimento dos trabalhos;
- Instrumentalizar mecanismos que garantam o planejamento operacional do PMSB;
- Definir ações de mobilização, visando a potencializar o processo de participação social nas discussões e levantamentos de informações sobre o saneamento básico na área urbana e rural do município;
- Propor cronograma de execução dos trabalhos com definições de datas para a realização das reuniões, eventos e apresentação dos produtos.
- Definir canais de comunicação, visando a garantir aos cidadãos o amplo acesso às informações, com linguagem acessível a todos os segmentos sociais sobre as propostas relativas ao plano de saneamento básico e aos estudos que as fundamentam.



5. CONTEXTO

5.1. Princípios Legais e Atribuições de Competências dos Sistemas de Saneamento Básico

Conforme contextualização histórica apresentada por Brito e Rezende (2017), após a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, em meados do século XIX, adotou-se a responsabilização municipal ante a questão sanitária. Com o aumento e adensamento da população nas principais cidades do Império, em meio à insalubridade ambiental e às doenças, surgiu o debate pautado na teoria do contágio e, decorrente desse, a defesa da existência da interdependência sanitária. Isso resultou em que o poder público se posicionasse diante das demandas sanitárias e, dada a sua incapacidade técnica de assumir diretamente a gestão e a prestação dos serviços, no final do século XIX e início do XX, transferisse à iniciativa privada tal prerrogativa, papel ocupado em grande parte pelas companhias inglesas. No entanto, a atuação dessas companhias foi breve, devido, principalmente, à qualidade variável e abastecimento de água estratificado. Dessa forma, foi consenso de que apenas o Estado poderia mobilizar os recursos necessários para viabilizar a complexa infraestrutura sanitária requerida, assumindo, assim, a prerrogativa de cuidar do saneamento. Nesse período, ocorreu, então, a municipalização dos serviços, apoiada pelo governo federal, resultando em discussões sobre a titularidade local e a intervenção por parte das unidades da federação, no caso de os municípios não estarem aptos a resolver problemas de interesse regional (BRITO e REZENDE, 2017, apud PMSB Remanso, 2017).

Ainda segundo o referido autor, em um novo contexto, iniciou-se uma proposta para a gestão pública do saneamento, sendo criado no Brasil o Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp), com o auxílio técnico e financeiro dos Estados Unidos da América, sendo frequente a presença de engenheiros norte-americanos, que inovaram ao introduzir um modelo de gestão público vinculado ao ente municipal, mas com autonomia para a gestão dos sistemas: as autarquias municipais. Até a década de 1950, as diretrizes para os setores de saúde e saneamento eram bastante relacionadas, distanciando-se a partir daí, e o setor de saneamento voltou



seu foco para a gestão regionalizada, representada pelas companhias estaduais, que passaram a atuar, já na década de 1960, prioritariamente, no abastecimento de água. Nesse contexto, surgiu o Plano Nacional de Saneamento Básico (Planasa), primeiro plano de saneamento do País, baseado principalmente na escolha das Companhias Estaduais de Saneamento Básico (Cesb) como agentes do Plano, fator determinante para a consolidação desse modelo de gestão, em especial para o eixo de abastecimento de água (BRITO e REZENDE, 2017 apud PMSB Remanso, 2017).

Segundo a Constituição Federal (CF) de 1988, em seu artigo 21, inciso XX: compete à União “instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos”. O seu artigo 192, por sua vez, estabelece que “o Estado formulará a política e os planos plurianuais estaduais de saneamento básico”. Ambos deverão passar por um Conselho Estadual de Saneamento Básico e serão precedidos de planejamento baseado nos critérios de avaliação do quadro sanitário e epidemiológico estabelecidos em lei. O Estado também será responsável pelo aporte financeiro para a implementação da Política Estadual de Saneamento Básico.

Ao seu tempo, a Lei Federal nº 11.445/2007, além de estabelecer diretrizes nacionais para o saneamento básico, prevê a elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico pela União, em articulação com os Estados, Distrito Federal e Municípios. A nova Política de Saneamento estabeleceu a nova configuração institucional para o setor, outorgando aos municípios o papel de titulares desses serviços, cabendo-lhes a formulação e implementação da Política Municipal de Saneamento, que perpassa o planejamento, prestação direta ou delegação dos serviços, fiscalização, regulação e controle social.

No ano de 2010, foi sancionada a Lei Federal nº 12.305/2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), proporciona outros avanços para o setor, como a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis como agentes econômicos e ambientais do serviço de manejo de resíduos sólidos. Ou seja, estabelece a obrigatoriedade da elaboração do PMSB e do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS) como principal instrumento para o



planejamento, prestação ou delegação, regulação, fiscalização e controle social dos serviços de saneamento básico.

Nesse sentido, o alinhamento do município, em relação aos requisitos das diretrizes nacionais de saneamento básico, busca não apenas habilitá-lo para o acesso aos recursos federais, mas, sobretudo, instituir no seu território uma dinâmica institucional que, por meio do fortalecimento da participação social e da qualificação da gestão pública, contribua para reduzir as desigualdades sociais e para melhorar a qualidade de vida da população e o ambiente em que vivem.

No âmbito estadual, a Lei Estadual nº 11.720/1994 dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico para Minas Gerais e estabelece: em seu artigo 4 (incisos I e II), que a Política Estadual de Saneamento Básico deverá considerar: “a coordenação e a integração das políticas, dos planos, dos programas e das ações governamentais de saneamento básico, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo”; e “a atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais do setor de saneamento básico”. A Lei reitera também a elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico (Pesb), cujo objetivo é de “articular, integrar, coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para a execução da Política Estadual de Saneamento Básico”.

Os planos municipais de saneamento básico visam a garantir a universalização dos serviços de saneamento, propondo diretrizes e ações para os quatro eixos do saneamento básico; contudo, conforme previsto em Lei, é obrigação dos titulares dos serviços públicos de saneamento básico a elaboração de seus respectivos PMSBs, obrigando, assim, a elaboração desses planos por parte dos titulares dos serviços.

5.2. Panorama dos Recursos Hídricos

Os serviços públicos de saneamento, estabelecidos pela Política Nacional de Saneamento Básico, devem ser prestados conforme diversos princípios



fundamentais, dentre eles a eficiência e sustentabilidade econômica, e a integração das infraestruturas com a gestão eficiente dos recursos hídricos (BRASIL, 2007).

A Lei Federal N° 9.433, de 08 de janeiro de 1997 instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh).

A PNRH baseia-se em seis fundamentos: (i) a água é um bem de domínio público; (ii) ela é um recurso natural limitado, que tem valor econômico; (iii) em caso de escassez, o consumo humano e a dessedentação dos animais são prioridades; (iv) em situações normais, a gestão dos recursos hídricos deve proporcionar o uso múltiplo das águas; (v) a bacia hidrográfica é sua unidade territorial; e (vi) a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e ter a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. Destacamos o último fundamento, que afirma a importância dos representantes eleitos e da administração pública (o Poder Público), dos grandes consumidores de água (os usuários), mas também dos ribeirinhos, pequenos agricultores, metropolitanos sem água encanada e outros cidadãos normalmente excluídos dos processos políticos (as comunidades). A gestão dos recursos hídricos depende, portanto, do entrosamento e da consciência de cada um desses personagens (COSTA & MAGALHÃES JR, 2008).

São instrumentos da PNRH os planos diretores de recursos hídricos, o enquadramento dos corpos d'água em classes de usos preponderantes, a outorga de direito de uso dos recursos hídricos, a cobrança pelo uso da água e o sistema nacional de informações sobre recursos hídricos como instrumentos a serem utilizados para o planejamento e gestão das águas no país (BRASIL, 1997).

Considerando as premissas supracitadas, destaca-se a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, que reconhece a água como bem econômico e proporciona ao usuário uma indicação de seu real valor; além disso, é por meio da cobrança pela água que ocorre a possibilidade de obtenção de recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos Planos de Recursos Hídricos. Tal instrumento objetiva, ainda, incentivar a racionalização do uso, a



recuperação e a preservação da quantidade e da qualidade para garantir, prioritariamente, o abastecimento das populações (BOSON, 2005).

Conforme estabelecido pela Lei Federal nº 9.433/97, os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados no financiamento de estudos, programas, projetos e obras, e no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Singreh (BRASIL, 1997). Integram esse sistema o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), a Agência Nacional de Águas (ANA), os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERH) e do Distrito Federal, os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais – cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos – os Comitês de Bacia Hidrográfica e as Agências de Água.

Os Comitês podem ser de âmbito Estadual ou Federal, dependendo da bacia hidrográfica de sua área de atuação, sendo uma bacia hidrográfica de domínio estadual quando toda sua extensão se localiza dentro de um único estado da Federação e é de domínio da União quando engloba mais de um estado da Federação ou se localiza na fronteira com outro País.

No âmbito de sua área de atuação, os Comitês de Bacia Hidrográfica possuem, entre outras competências, aprovação do Plano de Recursos Hídricos da bacia e o estabelecimento dos mecanismos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos e a sugestão dos valores a serem cobrados.

5.3. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH Rio das Velhas foi criado pelo Decreto Estadual 39.692, de 29 de junho de 1998. O CBH Rio das Velhas é composto, atualmente, de 28 membros, sendo sua estruturação paritária entre Poder Público Estadual, Poder Público Municipal, Usuários de recursos hídricos e Sociedade Civil Organizada (CBH Velhas, 2019), tendo como princípios:

- Promover constante e estreita relação orgânica e dialógica com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), a fim de compatibilizar os



planejamentos de gestão das águas e executá-los de forma integrada com a gestão ambiental da totalidade do território da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;

- Zelar pela efetividade do Princípio da Participação Pública, que encontra fundamento no artigo 225, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil, propiciando amplos fóruns a permitir a participação das comunidades pertencentes à bacia nos processos decisórios daquele órgão, quando assim solicitado por 2/3 (dois terços) de seus membros;
- Priorizar, no exercício de suas atividades de gestão e gerenciamento, a elaboração, a efetivação e as atualizações de seu Plano de Bacia, que consiste no principal elemento a orientar e fundamentar a implementação dos demais instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, de forma integrada com as diretrizes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e do Sistema Estadual de Meio Ambiente;
- Aprovar, com fundamento no Plano de Bacia, um programa estratégico e operacional de revitalização da bacia, com a elucidação de conceitos afetos à gestão das águas e à definição de prioridades tecnicamente justificadas que promovam sua preservação, conservação e recuperação, privilegiando a biodiversidade, a sustentabilidade ambiental, econômica e social, a qualidade e quantidade das águas, e considerando que a satisfação das necessidades humanas encontra-se a depender da consolidação de efetivos instrumentos de educação ambiental, que propiciem às comunidades autonomia crítica e discursiva e demonstrem a estas a franca relação de interdependência entre os meios natural, socioeconômico e cultural;
- Pugnar, mediante articulação com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), a Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e o Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), pela aplicação do conhecimento técnico-científico, respeitando as características do ciclo hidrológico da bacia;



- Comprometer-se com a constante adoção de firmes atitudes éticas em defesa do interesse público, do desenvolvimento sustentável, da revitalização, preservação e conservação dos ecossistemas e da biodiversidade da bacia;
- Contribuir para a necessária integração entre gestão ambiental e gestão das águas, considerando que a qualidade e quantidade delas se encontram em relação de interdependência com a sustentabilidade dos ecossistemas da bacia, com sua biodiversidade e o bem-estar social e que a água consiste em um bem natural, social e essencial à vida, que, por sua escassez e fatores inerentes à sua gestão, adquire valor econômico;
- Promover constante articulação com o Poder Público Estadual e Municipal, os subcomitês e os usuários, a fim de promover não apenas a gestão das águas da bacia, mas do conjunto dos ecossistemas de seu território de abrangência e a melhoria dos indicadores sociais;
- Buscar junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e ao Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) quando pertinente, propor atos normativos, com vistas ao aperfeiçoamento do sistema democrático de gestão sustentável das águas do território da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

O CBH Velhas objetiva, dentre as suas finalidades, promover, no âmbito da gestão de recursos hídricos, a viabilização técnica e econômico-financeira de programa de investimento e consolidação da política de estruturação urbana e regional, visando ao desenvolvimento sustentado da Bacia, conforme previsto no Decreto 39.692, art. 1, além de instituir o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

O art. 2º do Decreto supramencionado estabelece ainda as seguintes atribuições:

- I. Propor plano e programa para a utilização dos recursos hídricos;*
- II. Decidir, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados com o uso dos recursos hídricos;*
- III. Deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos;*
- IV. Promover o debate das questões relacionadas com recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;*
- V. Acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;*
- VI. Propor ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos os valores referentes à*



acumulação, derivação, captação e lançamento de pouca expressão, para o efeito de isenção de obrigatoriedade de outorga de direito de uso de recursos hídricos no âmbito da Bacia;

VII. Estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos da Bacia e sugerir os valores a serem cobrados;

VIII. Estabelecer o rateio de custos das obras de uso múltiplo dos recursos hídricos de interesse comum ou coletivo;

IX. Propor a criação de comitê de sub-bacia hidrográfica a partir de proposta de usuários e de entidades da sociedade civil.

5.4. Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo

A Agência Peixe Vivo é uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado, criada em 2006, para exercer as funções de Agência de Bacia para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (AGÊNCIA PEIXE VIVO, 2019). Sua criação é respaldada pela Lei Federal nº 9.433, de 1997, que instituiu a implantação das Agências de Águas, ou as entidades delegatárias de funções de agência; são entidades dotadas de personalidade jurídica própria, descentralizada e sem fins lucrativos para prestar apoio administrativo, técnico e financeiro aos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Com o desenvolvimento dos trabalhos e a negociação com outros comitês para que fosse instituída a Agência única para a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, o número de comitês atendidos aumentou consideravelmente, sendo necessária a reestruturação da organização. Nesse sentido, a Agência Peixe Vivo passou a exercer as funções de agência de bacia para dois comitês estaduais mineiros: CBH Velhas (SF5) e CBH Pará (SF2), além do Comitê Federal da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) e CBH do Rio Verde Grande (AGÊNCIA PEIXE VIVO, 2019).

Dessa forma, a Agência Peixe Vivo tem como finalidade prestar o apoio técnico-operativo à gestão dos recursos hídricos das bacias hidrográficas a ela integradas, mediante o planejamento, a execução e o acompanhamento de ações, programas, projetos, pesquisas e quaisquer outros procedimentos aprovados, deliberados e



determinados por cada Comitê de Bacia ou pelos Conselhos de Recursos Hídricos Estaduais ou Federais.

Nesse sentido, são objetivos específicos da Agência Peixe Vivo:

- Exercer a função de secretaria executiva dos comitês;
- Auxiliar os comitês de bacias no processo de decisão e gerenciamento da bacia hidrográfica, avaliando projetos e obras a partir de pareceres técnicos, celebrando convênios e contratando financiamentos e serviços para execução de suas atribuições;
- Manter atualizados os dados socioambientais da bacia hidrográfica, em especial as informações relacionadas à disponibilidade dos recursos hídricos de sua área de atuação e o cadastro de usos e de usuários de recursos hídricos e;
- Auxiliar a implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos na sua área de atuação, como a cobrança pelo uso da água, plano diretor, sistema de informação e enquadramento dos corpos de água.

A Agência Peixe Vivo é composta por uma Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, como mostra a **Figura 1** (AGÊNCIA PEIXE VIVO, 2018).

ORGANOGRAMA AGÊNCIA PEIXE VIVO



Figura 1: Organograma Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo
Fonte: Agência Peixe Vivo, 2019



5.5. O Mecanismo da Cobrança como Fonte de Financiamento deste Projeto

O CBH Rio das Velhas é um comitê que já está consolidado e com a cobrança pelo uso de recursos hídricos implementada, por meio da Deliberação Normativa CBH Velhas nº 03/2009, que estabelece critérios e normas e define mecanismos básicos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

Sendo os recursos arrecadados aplicados na recuperação da bacia e tendo como referência espacial as Unidades Territoriais Estratégicas (UTES) e as demandas dos subcomitês, tendo como objetivo a minimização dos impactos ambientais decorrentes da deficiência em saneamento básico, o CBH Rio das Velhas decidiu pelo investimento de recursos na elaboração desse Plano, visando à melhoria tanto da quantidade quanto da qualidade das águas da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

O Plano Plurianual de Aplicação (PPA) apresenta a relação de ações a serem executadas com os recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Dentre as várias demandas, está incluída a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (item II.1.2.1 – do Eixo II – Programas e Ações de Planejamento). A aprovação da Deliberação Normativa CBH Velhas nº 07, de 31 de outubro de 2017, aprovou o PPA dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, referente ao período 2018-2020, proporcionando aos municípios recursos para investimento na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, no intuito de proporcionar a eles mecanismos que viabilizem o acesso universal ao saneamento básico com qualidade, equidade e continuidade. Isso pode ser considerado como uma das questões fundamentais relativas à saúde pública. Tais questões são postas como desafio para as políticas sociais.

Nesse sentido, em anos anteriores, o CBH Rio das Velhas financiou a elaboração de 21 (vinte e um) Planos Municipais de Saneamento Básico, dentre os 51 (cinquenta e um) municípios que pertencem à Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Por decisão da Diretoria, entre os anos de 2018 e 2019, o Comitê está financiando a elaboração



do PMSB de mais (7) sete municípios pertencentes à bacia, a saber: Capim Branco, Confins, Esmeraldas e Jequitibá (Lote 1); e Lassance, Datas e Gouveia (Lote 2), cujos pedidos via ofício foram previamente formalizados à Diretoria do CBH Rio das Velhas.

No ano de 2018, a Agência Peixe Vivo publicou edital de licitação, visando à contratação de empresa para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Jequitibá, sagrando-se vencedora do certame a empresa Seletiva Consultoria e Projetos para sua elaboração.

5.6. A Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH SF5

Localizada na região central do Estado de Minas Gerais, a Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas integra 51 municípios, dos quais 44 têm suas sedes urbanas inseridas na bacia. O Rio das Velhas é considerado o maior afluente do Rio São Francisco, com 800 km de extensão, com uma área de drenagem de 29.173 km². O Rio das Velhas deságua em Barra do Guaicuí, Distrito de Várzea da Palma, numa altitude de 478 m. Sua nascente principal localiza-se na Cachoeira das Andorinhas, Município de Ouro Preto, numa altitude de aproximadamente 1.500 m (Plano Diretor de Recursos Hídricos (PDRH) de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, 2015).

A Bacia do Rio Velhas apresenta riqueza de cursos d'água, com uma significativa densidade de drenagem que alimenta o Rio das Velhas em todo o seu percurso, com destaque para os seus principais afluentes: Rio Curimataí, Ribeirão Jequitibá, Ribeirão da Mata, Ribeirão Arrudas, Ribeirão do Onça e Rio Itabirito (pela margem esquerda); e Rio Bicudo, Rio Pardo, Rio Paraúna / Cipó, Rio Taquaraçu e Ribeirão Caeté / Sabará (pela margem direita).

Atendendo à Política Estadual de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais, foram definidas pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) as Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UPGRH). Nesse cenário, a Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas corresponde à Unidade de Planejamento Gestão de Recursos Hídricos SF5 (São Francisco 5). A UPGRH SF5 possui limite com sete UPGRHs, estando três na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, sendo elas: A

Sub-bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba (UPGRH SF3); a Sub-Bacia Hidrográfica do Entorno da Represa de Três Marias (UPGRH SF4) e a Sub-bacia Hidrográfica dos Rios Jequitá e Pacuí (UPGRH SF6). A Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha apresenta limite com a Sub-bacia Hidrográfica do Alto Jequitinhonha (UPGRH JQ1); e a Bacia Hidrográfica do Rio Doce com três UPGRHs, sendo elas: A Sub-bacia Hidrográfica do Rio Piranga (UPGRH DO1), Sub-bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba (UPGRH DO2) e a Sub-bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio (UPGRH DO3).

A Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas subdivide-se em 23 (vinte e três) UTEs, definidas pela Deliberação Normativa CBH Rio das Velhas nº 01, de 09 de fevereiro de 2012, as quais objetivam garantir uma gestão mais participativa e descentralizada na bacia. Além disso, ressalta-se que, devido à grande extensão e à diversidade da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, a Unidade de Planejamento SF5 foi dividida em quatro macrorregiões de planejamento: Alto, Médio Alto, Médio Baixo e Baixo Rio das Velhas. Abaixo estão relacionadas as principais características das macrorregiões, conforme o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia (CBH VELHAS, 2015):

- **Alto Rio das Velhas**

A região do Alto Rio das Velhas contempla dez municípios, abrange uma área de 2.739,74 m², 9,8% da área total da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Localiza-se, quase em sua totalidade, dentro dos limites do Quadrilátero Ferrífero, tendo o Município de Ouro Preto como limite sul, e os municípios de Belo Horizonte, Contagem e Sabará como limite norte. Tal região corresponde, ainda, a territórios dos municípios de Itabirito, Nova Lima, Rio Acima e Raposos, que, assim como Belo Horizonte, estão totalmente inseridos dentro do presente recorte espacial. Já outros municípios encontram-se parcialmente inseridos na bacia, sendo eles: Caeté (42%), Contagem (42%), Ouro Preto (50%), Sabará (63%) e Santa Luzia (4%). Compõem a região do Alto Rio das Velhas a UTE Nascentes, SCBH Rio Itabirito, UTE Águas do Gandarela, SCBH Água da Moeda, SCBH Ribeirão Caeté/Sabará, SCBH Ribeirão Arrudas e SCBH Ribeirão Onça. A região na qual se insere o Alto Velhas apresenta o maior contingente populacional da bacia e um dos maiores do Estado de Minas

Gerais. Em seu território, desenvolvem-se expressivas atividades econômicas, concentradas, principalmente, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). É nesse recorte espacial que se encontra o sistema de abastecimento integrado Rio das Velhas, com captação no Rio das Velhas e capacidade instalada de 9,0 m³/s, abastecendo 74% da cidade de Belo Horizonte, além das cidades de Raposos, Nova Lima, Sabará e Santa Luzia. As principais pressões e agentes poluidores atuantes nessa região são os esgotos industriais e domésticos não tratados e os efluentes gerados pelas atividades minerárias clandestinas atuantes nessa parte da bacia.

▪ **Médio Rio das Velhas**

A região do Médio Rio das Velhas abrange um extenso recorte espacial, que se estende dos municípios limítrofes ao norte da capital, Belo Horizonte, até os municípios de Morro da Garça, Presidente Juscelino e Conceição do Mato Dentro. Sendo assim, para fins de planejamento, tal recorte espacial é subdividido entre Alto Médio Rio das Velhas e Baixo Médio Rio das Velhas.

▪ **Médio Alto Rio das Velhas**

A Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas é um recorte espacial repleto de contrastes em relação às tipologias de uso e cobertura do solo, o que torna distintas as formas e a organização dos diferentes componentes da paisagem entre as regiões da bacia. Nesse sentido, a região do Médio Alto Rio das Velhas apresenta uma menor concentração populacional, com menores taxas de urbanização, e com o predomínio das atividades agrícolas e pecuárias, cenários discrepantes com as de outras regiões, como a do Alto Rio das Velhas. A região Médio Alto Rio das Velhas tem participação de 15,4% (4.276,01 km²) dentro da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e compreende 20 municípios. Dentre eles, Capim Branco, Confins, Funilândia, Lagoa Santa, Matozinhos, Nova União, Pedro Leopoldo, Prudente de Moraes, Ribeirão das Neves, São José da Lapa, Taquaraçu de Minas e Vespasiano estão totalmente inseridos na bacia, ao passo que Baldim (60%), Caeté (58%), Esmeraldas (7%), Jaboticatubas (68%), Jequitibá (24%), Sabará (37%), Santa Luzia (96%) e Sete Lagoas (66%) têm seu território parcialmente inserido da bacia. Compõem a região do Médio Alto Rio das Velhas a UTE Poderoso e os subcomitês de Bacia Hidrográfica do Ribeirão da Mata; do Rio Taquaraçu; Carste; Jabo/Baldim, e do Ribeirão Jequitibá.

▪ **Médio Baixo Rio das Velhas**

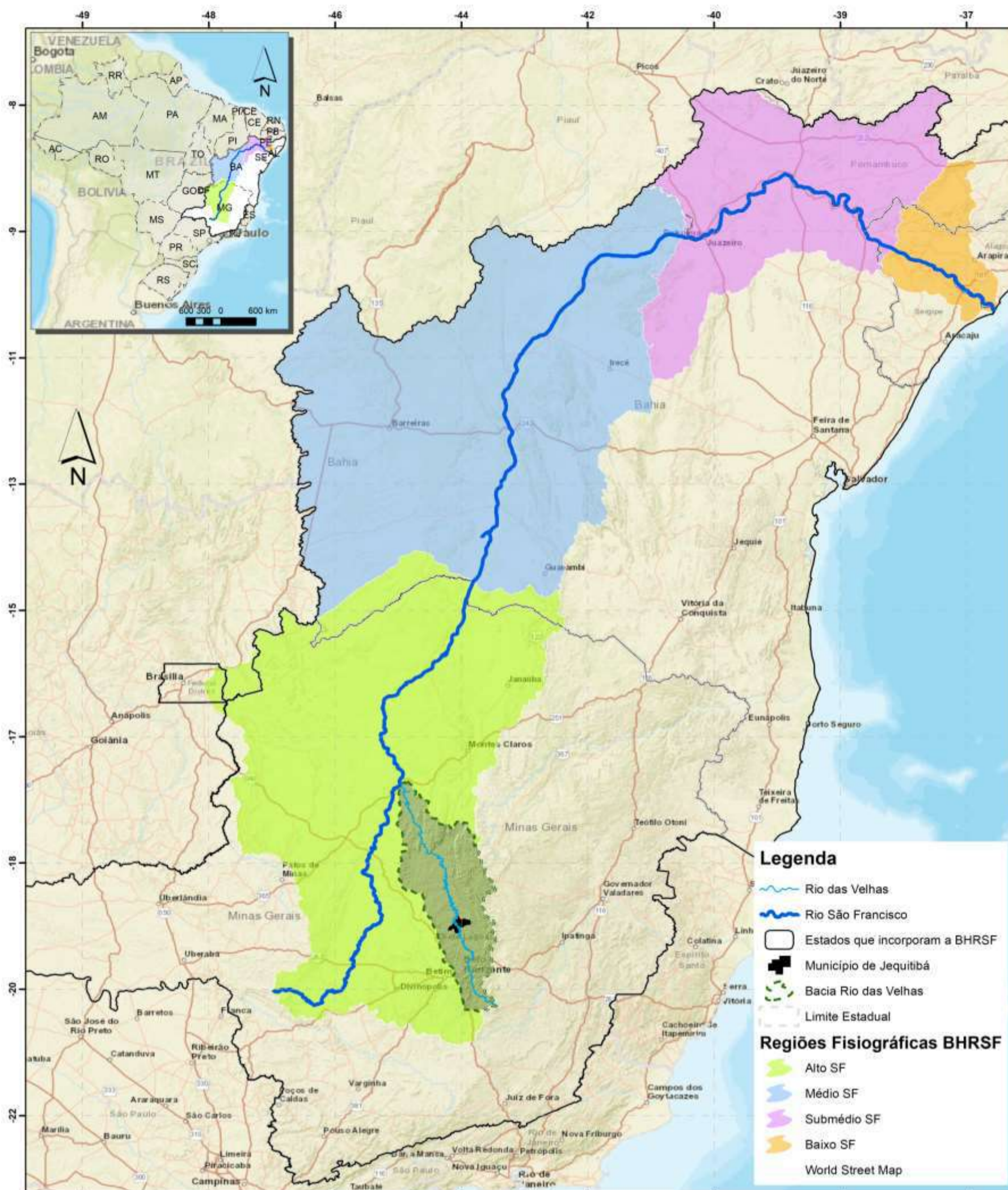
A região Médio Baixo Rio das Velhas representa a maior porção dentro da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, com 12.204,16 km² (43,8%) e 23 municípios inseridos, total ou parcialmente. Dentre os que possuem 100% de seu território inserido na bacia, estão: Araçai, Cordisburgo, Gouveia, Inimutaba, Monjolos, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Santana de Pirapama, Santana do Riacho e Santo Hipólito. Os municípios que estão parcialmente inseridos na região Médio Baixo Rio das Velhas são: Augusto de Lima (29%), Baldim (40%), Buenópolis (2%), Conceição do Mato Dentro (23%), Congonhas do Norte (90%), Corinto (13%), Curvelo (63%), Datas (63%), Diamantina (26%), Jaboticatubas (32%), Jequitibá (76%), Morro da Garça (39%) e Paraopeba (13%). As sedes municipais inseridas nessa região são Araçai, Baldim, Capim Branco, Confins, Congonhas do Norte, Cordisburgo, Corinto, Curvelo, Datas, Funilândia, Gouveia, Inimutaba, Jaboticatubas, Jequitibá, Lagoa Santa, Matozinhos, Monjolos, Nova União, Pedro Leopoldo, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Prudente de Moraes, Ribeirão das Neves, Santana de Pirapama, Santana do Riacho, Santo Hipólito, São José da Lapa, Sete Lagoas, Vespasiano e Taquaraçu de Minas. A região compreende a UTE Peixe Bravo, UTE ribeirões Tabocas e Onça, UTE Santo Antônio/Maquiné, SCBH Rio Cipó, SCBH Rio Paraúna, UTE Ribeirão Picão e UTE Rio Pardo.

▪ **Baixo Rio das Velhas**

O trecho final até a Foz do Rio, no Rio São Francisco, é conhecido como Baixo Rio das Velhas e apresenta uma água considerada de boa qualidade. Esses diferentes níveis de qualidade estão associados ao uso das águas, que varia muito ao longo da bacia hidrográfica, em função dos diferentes processos de uso e ocupação do solo. Assim como a região Médio Rio das Velhas, essa região também é caracterizada pela baixa concentração populacional, onde predominam as atividades agrícolas e pecuárias. Tal região é composta por oito municípios e representa a segunda maior região da bacia (31%, 8.630,07 km²). Nenhum desses municípios tem 100% do território inserido na bacia: Augusto de Lima (71%), Bonópolis (80%), Corinto (87%), Joaquim Felício (7%), Lassance (67%), Morro da Garça (61%), Pirapora (38%) e Várzea da Palma (73%). Fazem parte da região o SCBH Rio Curimataí, o SCBH Rio Bicudo e a UTE Guaicuí.

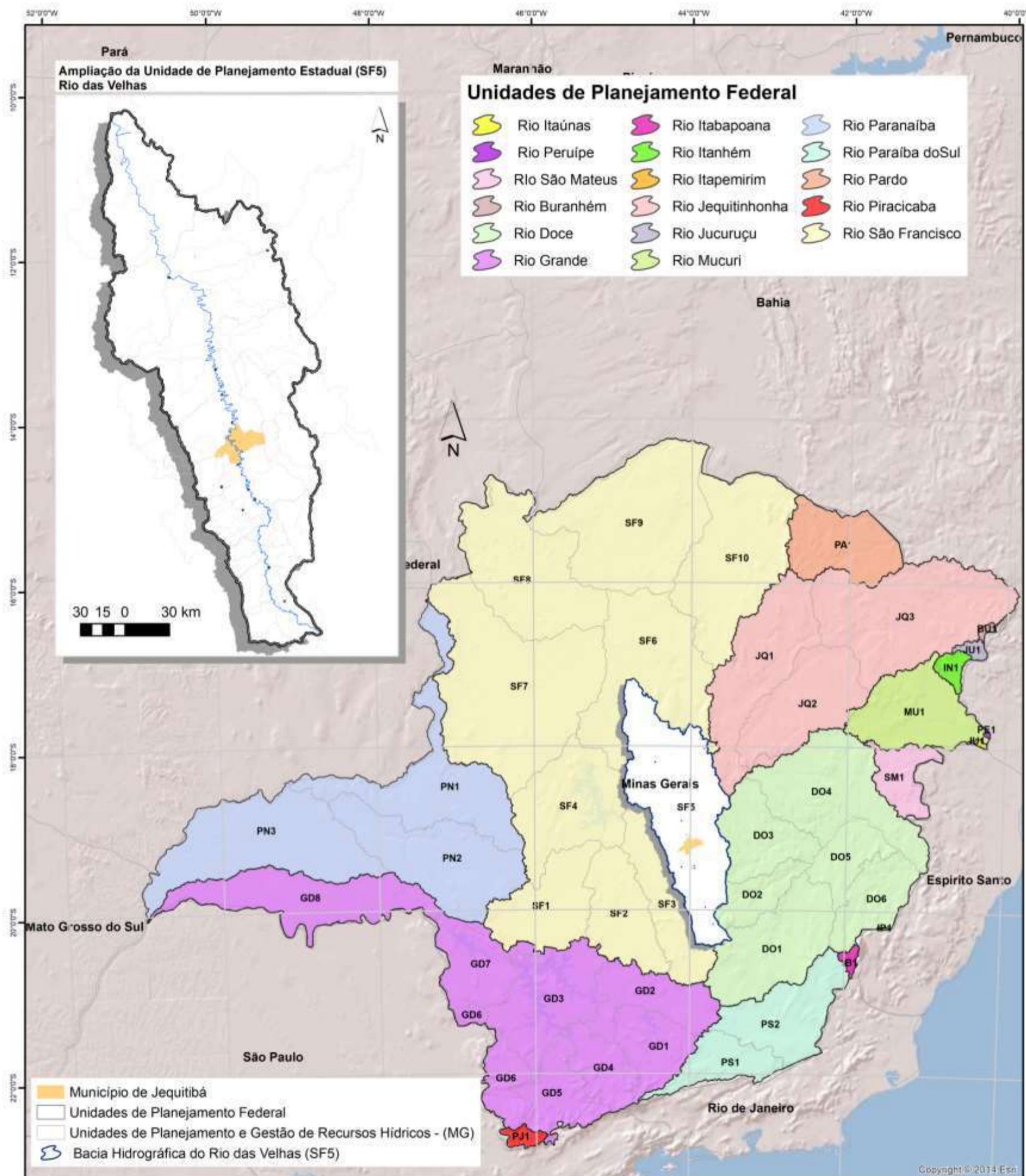
As informações ilustrativas elencadas na **Figura 2**, **Figura 3** e **Figura 4** apresentam o contexto regional, estadual e local de inserção da UGRH Rio das Velhas (SF5).





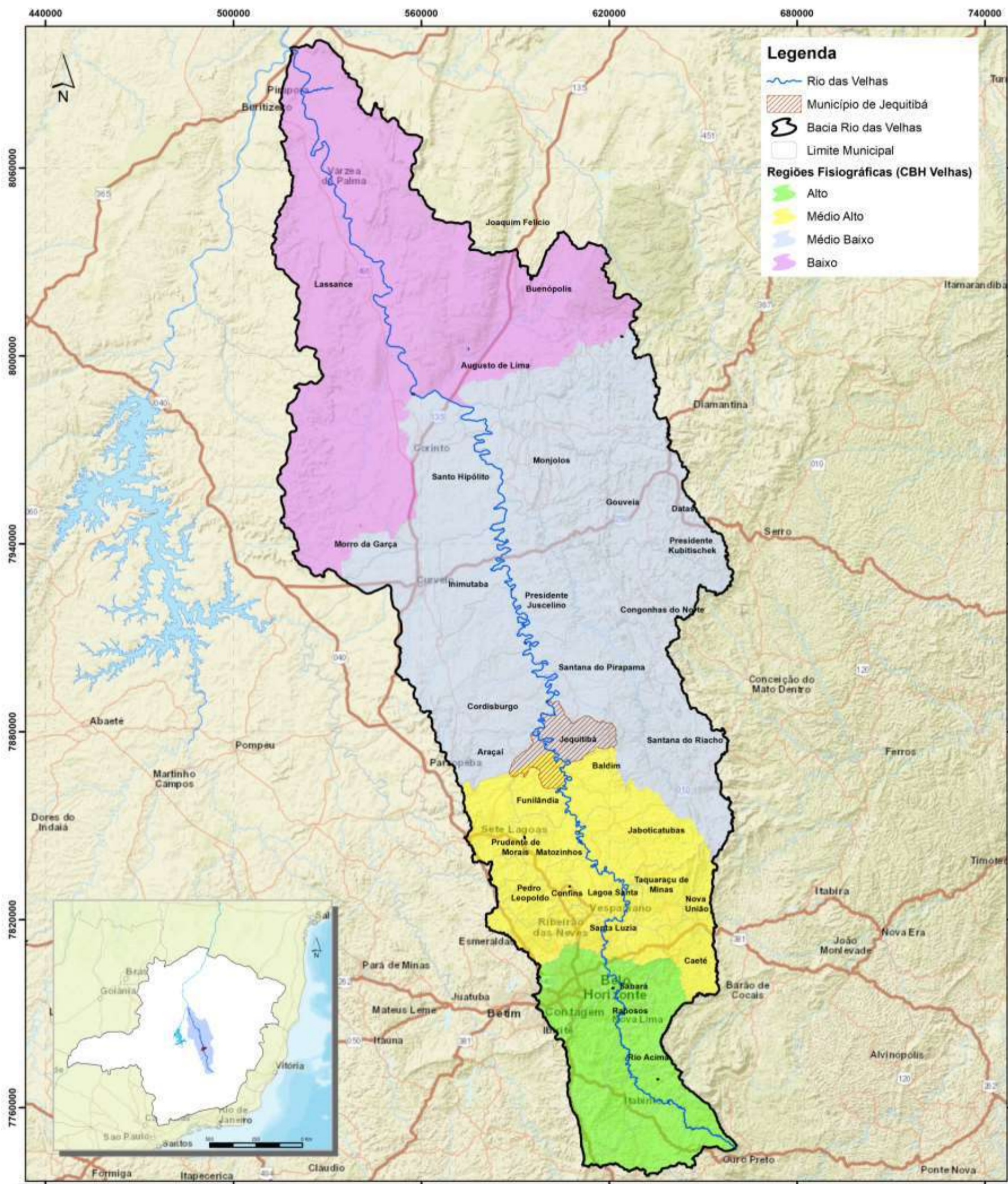
Informações Técnicas / Cartográficas Elaboração: Seletiva Consultoria e Projetos Ltda. Projeção: Universal Transversa de Mercator (UTM), Datum Horizontal: WGS84, referido ao Meridiano Central 45° WGR Fonte: Bases Digitais Otocodificadas IGAM, 2010; Comitê do Rio São Francisco, 2016.	Dados Gerais Título: Elaboração do Plano Municipal de Saneamento de Jequitibá/MG Subtítulo: Regiões Fisiográficas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco Contratante: Contratada: 		Tamanho: A3 Revisão: Escala: 1:5.500.000 Técnico Responsável: Jaqueline Serafim Nascimento CREA: 110318/D Local e Data: Belo Horizonte - Janeiro/2019
--	--	--	--

Figura 2: Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
 Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos, 2019



Informações Técnicas / Cartográficas		Dados Gerais	
<p>Elaboração: Seletiva Consultoria e Projetos Ltda. Projeção: Universal Transversa de Mercator (UTM), Datum Horizontal: SIRGAS 2000 - Fuso 23S</p> <p>Fonte: Bases Digitais Ottocodificadas IGAM, 2010 e CBH Velhas 2012.</p>		<p>Título: Elaboração do Plano Municipal de Saneamento de Jequitibá/MG</p> <p>Subtítulo: Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH's)</p> <p>Contratante: </p> <p>Contratada: </p>	
<p>Tamanho: A3</p> <p>Revisão:</p>		<p>Escala: 1:4.800.000</p> <p>Técnico Responsável: Jaqueline Serafim Nascimento CREA: 110318/D</p> <p>Local e Data: Belo Horizonte - Janeiro/2019</p>	

Figura 3: Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos
 Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos, 2019



Informações Técnicas / Cartográficas Elaboração: Seletiva Consultoria e Projetos Ltda. Projeção: Universal Transversa de Mercator (UTM), Datum Horizontal: SIRGAS 2000 - Fuso 23S Fonte: Bases Digitais Ottocodificadas IGAM, 2010 e CBH Velhas 2012.	Dados Gerais Título: Elaboração do Plano Municipal de Saneamento de Jequitibá/MG Subtítulo: Unidade de Planejamento de Recursos Hídricos SF5 - Rio das Velhas Contratante: Contratada: 		Tamanho: A3 Revisão: Escala: 1:1.100.000 Técnico Responsável: Jaqueline Serafim Nascimento CREA: 110318/D Local e Data: Belo Horizonte - Janeiro/2019
---	---	--	--

Figura 4: Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos – SF5
 Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos, 2019

5.6.1. Os Subcomitês

Atualmente, o CBH Rio das Velhas vem trabalhando com uma compartimentação da Bacia, em 23 Unidades Territoriais Estratégicas. As UTEs referem-se à área hidrográfica, bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas, com características naturais, sociais e econômicas similares, bem como estabelecem os limites territoriais para a criação de subcomitês de bacia hidrográfica (CBH VELHAS, 2012).

Nas **Tabela 1** apresenta-se um recorte da relação das UTEs e Subcomitês de Bacia Hidrográfica (SCBH) e municípios abrangidos, com destaque para a região do Médio Curso do Rio das Velhas, que é a área-alvo do PMSB de Jequitibá.

Tabela 1: UTEs e Subcomitês de Bacia Hidrográfica

REGIÃO	UTE/SCBH
Alto	1 UTE Nascentes
	2 SCBH Rio Itabirito
	3 UTE Águas da Gandarela
	4 SCBH Águas da Moeda
	5 SCBH Ribeirão Caeté/Sabará
	6 SCBH Ribeirão Arrudas
	7 SCBH Ribeirão Onça
Médio Alto	8 UTE Poderoso Vermelho
	9 SCBH Ribeirão da Mata
	10 SCBH Rio Taquaraçu
	11 SCBH Carste
	12 SCBH Jabo/Baldirim
	13 SCBH Ribeirão Jequitibá
Médio Baixo	14 UTE Peixe Bravo
	15 UTE Ribeirão Tabocas e Onça
	16 UTE Santo Antônio / Maquiné
	17 SCBH Rio Cipó
	18 SCBH Rio Paraúna
	19 UTE Ribeirão Picão
	20 UTE Rio Pardo
Baixo	21 SCBH Rio Curimataí
	22 SCBH Rio Bicudo
	23 SCBH Guaicuí

Fonte: PDRH Velhas, 2015 adaptado Seletiva Consultoria, 2019

a) Unidade Territorial Estratégica e Subcomitê do Ribeirão Jequitibá

O Município de Jequitibá tem sua sede inserida na Unidade Territorial Estratégica (UTE) Ribeirão Jequitibá. Segundo o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Velhas 2019), tal unidade territorial está sob a atuação do Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Jequitibá.

A presente UTE localiza-se no Médio Rio das Velhas (**Figura 5**). Tal recorte espacial é composto pelos Municípios de Capim Branco, Funilândia, Jequitibá, Prudente de Moraes e Sete Lagoas. Ocupa uma área de 624,08 km², contemplando uma população de 145.729 (cento e quarenta e cinco mil setecentos e vinte nove) habitantes.

Os principais cursos d'água da Unidade são o Ribeirão Paiol, Córrego Cambaúba, Córrego Saco da Vida, Ribeirão do Matadouro e Ribeirão Jequitibá, que dá nome à UTE. Tal recorte espacial abrange ainda uma Unidade de Conservação inserida parcialmente em seu território, ocupando 0,11% da sua área total. Quanto à prioridade, 21% da área da UTE são considerados prioritários para conservação, inseridos na área denominada Província Cárstica de Lagoa Santa.

Segundo dados do CBH Velhas (2019), a UTE Ribeirão Jequitibá apresenta 56,1% de sua superfície ocupados pelo uso da agropecuária, e 18,5%, por cobertura natural, representados unicamente pela vegetação arbustiva. Ainda segundo o Comitê, a UTE apresenta 66% de seu território com forte suscetibilidade à erosão e 29,84% com média suscetibilidade.

Em relação ao abastecimento de água, há captação subterrânea para o abastecimento de 100% dos municípios com sede na Unidade (Jequitibá, Prudente de Moraes e Sete Lagoas). Já o índice de atendimento de água é de 99,48%. No que se refere aos efluentes, a UTE Ribeirão Jequitibá apresenta um baixo índice de tratamento de esgoto (26,56%). Quanto aos resíduos sólidos, alguns municípios utilizam usinas de triagem e compostagem, além de possuírem aterros (CBH Velhas, 2019).



b) Unidade Territorial Estratégica Peixe Bravo

A Unidade Territorial Estratégica Peixe Bravo, também denominada UTE 14, localiza-se no Médio Rio das Velhas, abrangendo os municípios de Jequitibá, Presidente Juscelino e Santana de Pirapama, ocupando uma área de aproximadamente 1.169,89 km² e possuindo uma população de 8.580 habitantes. O Município de Jequitibá ocupa toda a sua porção territorial localizada na margem leste do Rio das Velhas.

Segundo o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Das Velhas (CBH Velhas, 2019), a presente UTE possui como principais corpos hídricos o Riacho Riachão; o Córrego Vargem Formosa; Córrego da Serra e o Córrego Tibuna. 66,2% da superfície de seu território é coberta por usos relacionados à agropecuária e 29%, por cobertura natural, manifestada na forma de cerrado.

Em relação ao atendimento aos pilares do saneamento básico, há na UTE captação de água para o abastecimento de 100% dos municípios de Santana de Pirapama e Presidente Juscelino, sendo o índice de atendimento de água na UTE de 85,99%, insuficiente e carente de ampliação. No que se refere aos efluentes, tal recorte espacial não dispõe de qualquer tipo de tratamento de efluentes. Quanto aos resíduos sólidos, alguns municípios ainda apresentam como destinação final o aterro controlado, forma inadequada de disposição.

A UTE Peixe Bravo não possui unidade de conservação inserida em seu território; entretanto, 328 hectares de seu território são considerados prioritários para a conservação, estando esses inseridos na área denominada São Francisco e Grandes Afluentes. Quanto à fragilidade ambiental, a UTE apresenta 60,05% de seu território com forte suscetibilidade à erosão e 29%, com média suscetibilidade (CBH Velhas, 2019).



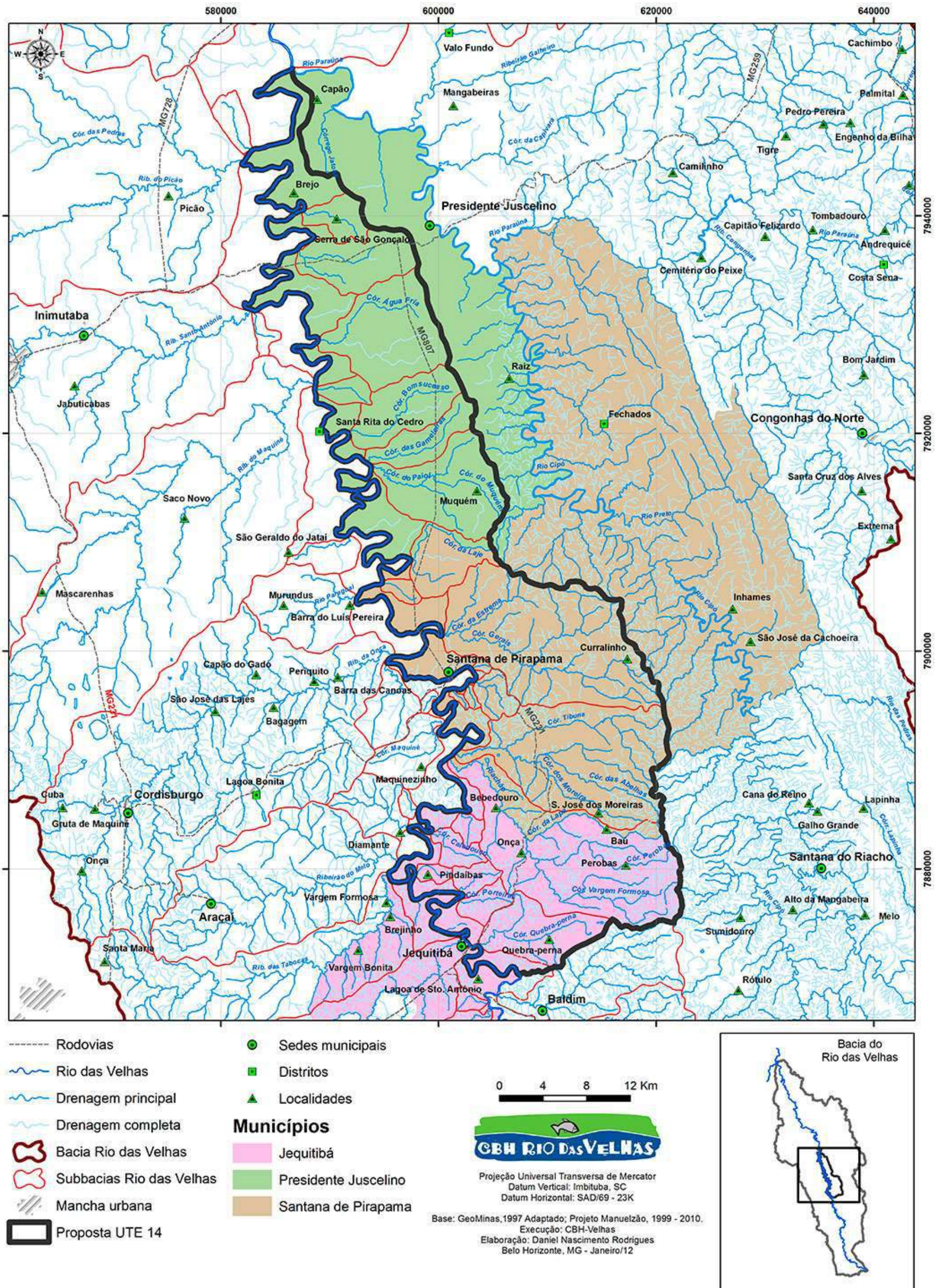


Figura 6: Unidade Territorial Estratégica Peixe Bravo
 Fonte: CBH Velhas, 2019

c) Unidade Territorial Estratégica Ribeirões Tabocas e Onça

A Unidade Territorial Estratégica dos Ribeirões Tabocas e Onça se localiza no Médio Rio das Velhas, sendo composta pelos Municípios de Araçaí, Cordisburgo, Curvelo, Jequitibá e Paraopeba (**Figura 7**). Tal UTE ocupa uma área de 1.223,26 km² e detém uma população de 13.209 (treze mil duzentos e nove) habitantes. Seus principais cursos d'água são o Ribeirão da Onça, Ribeirão Tabocas, Ribeirão do Melo e Córrego Barro Vermelho.

Na UTE Ribeirões Tabocas e Onça, 69,7% do uso do solo são representados pela agropecuária e 21% de cobertura natural, representados pelo cerrado. A área urbana ocupa 0,23% do território. Quanto à fragilidade ambiental, a UTE apresenta 64,13% de seu território, com forte suscetibilidade à erosão e 28,5% com média suscetibilidade, quanto à prioridade de conservação, 14% da área são considerados prioritários, o que corresponde às áreas denominadas Caverna do Salitre e Paraopeba. Em função do calcário, que predomina sob tal recorte espacial, a região apresenta inúmeras grutas, sendo a Gruta de Maquiné, a mais famosa. A UTE Ribeirões Tabocas e Onça possui uma Unidade de Conservação inserida em seu território, ocupando 73,14 hectares, chamada Monumento Natural Peter Lund. A área de abrangência da UTE Ribeirões Tabocas e Onça, em Jequitibá, abrange as localidades de Brejinho, Vargem Bonita, Muchila e Barreiros.

Em relação às condições do saneamento básico, Araçaí e Cordisburgo, municípios com sede na UTE, possuem Plano Municipal de Saneamento Básico e tratamento de água com desinfecção e fluoretação. Na UTE, há captação de água para o abastecimento de 100% desses municípios. O consumo *per capita* da UTE é 124,10 L/hab/ dia, sendo inferior ao da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. No que se refere ao esgotamento sanitário, a UTE Ribeirões Tabocas e Onça dispõe de uma Estação de Tratamento de Esgoto no Município de Cordisburgo, com capacidade de tratamento de 12 L/s, recém-construída, que trata parcialmente o esgoto gerado na UTE. Quanto aos resíduos sólidos, Araçaí e Cordisburgo têm como destinação final dos resíduos sólidos o aterro controlado, forma inadequada de disposição.



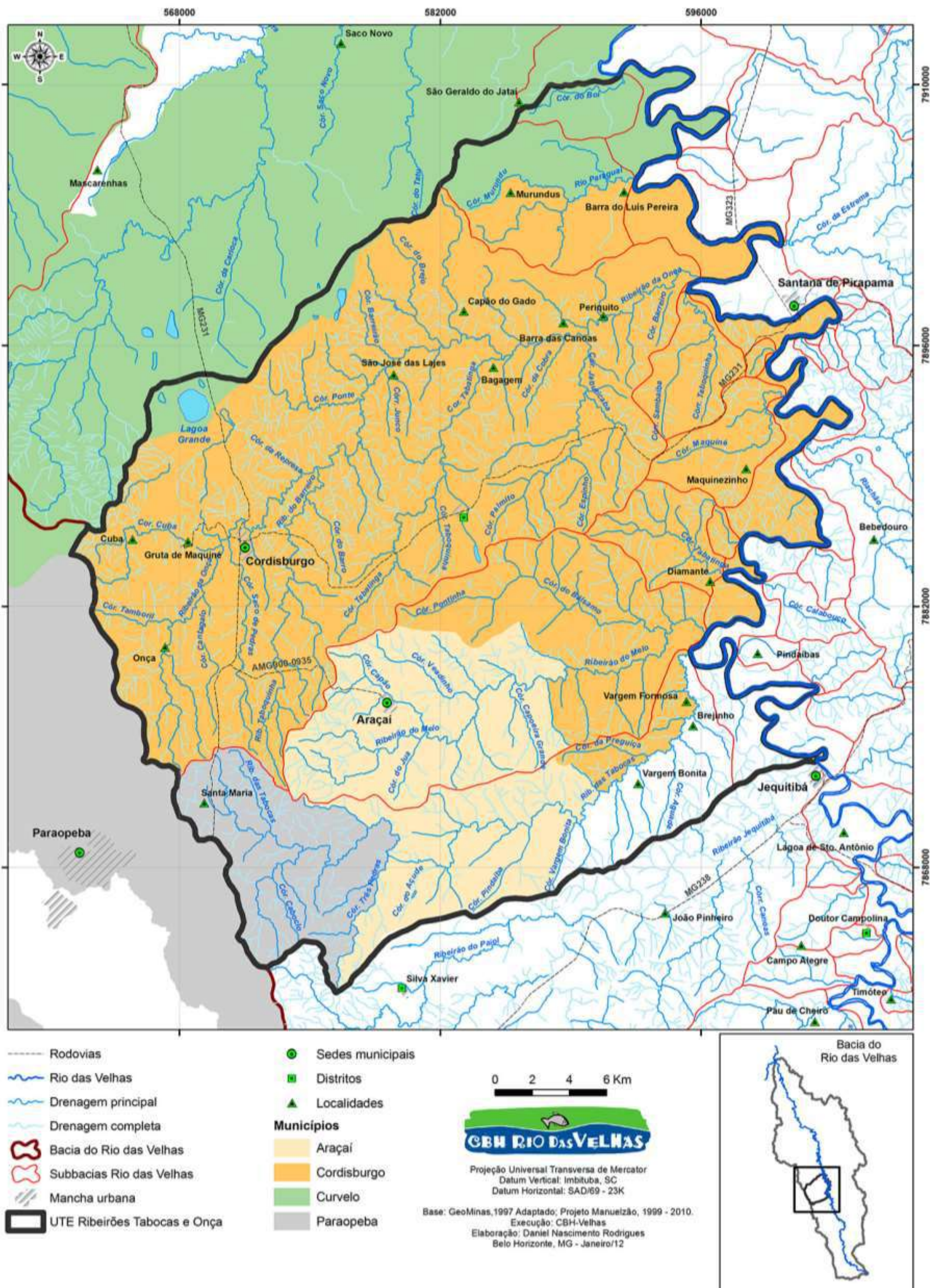


Figura 7: Unidade Territorial Estratégica Ribeirões Tabocas e Onça
 Fonte: CBH Velhas, 2019

6. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ

6.1. Informações Gerais

O Município de Jequitibá localiza-se na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, dentro da microrregião de Sete Lagoas, em um recorte espacial conhecido como Zona Metalúrgica mineira. O processo de ocupação do município remonta ao Movimento das Bandeiras, por volta do ano de 1670. Inicialmente, fazia parte do Município de Sabará, sendo, posteriormente, incorporado ao Município de Sete Lagoas, obtendo sua emancipação político-administrativa somente em 1º de janeiro de 1949.

Jequitibá abrange uma área de 445,030 km², ocupando 5,4% da superfície total da microrregião em que se situa. Limita-se a norte com os Municípios de Santana de Pirapama e Cordisburgo, ao sul com Funilândia, a oeste com Araçá e a leste com Baldim. Situa-se a uma distância de aproximadamente 110 km da capital do Estado, Belo Horizonte. Os principais acessos são as Rodovias MG-010 e MG-323, bem como a Rodovia Federal BR-040 e a Estadual MG-238.

Segundo dados do censo demográfico do IBGE (2010), Jequitibá possui uma população de 5.156 habitantes, o que confere ao município uma densidade demográfica de 11,59 hab/km². Em relação à distribuição espacial da população, 1.963 habitantes (38,1% do total) se encontram situados na área urbana do município e os outros 3.193 habitantes (61,9% do total) na área rural, o que atribui a Jequitibá características predominantemente rurais.

Do ponto de vista político-administrativo, o município está dividido entre a sede municipal e o Distrito Dr. Campolina, com distância média de 14 km entre um ponto e outro. Dentre os demais recortes espaciais, se destacam ainda as localidades de Baú, Batista, Brejinho, Campo Alegre, Coqueiros, Lapa, Lagoa de Santo Antônio, Muchila, Onça, Patrimônio, Pindaíbas, Quebra Perna, Peróbas, Raiz, Serra dos Pires, Vargem Formosa, Vargem Bonita, Vera Cruz e Tiririca.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Jequitibá possui IDHM de 0,689, ocupando a 2199^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros, sendo o



maior IDHM 0,862, pertencente ao Município paulista São Caetano do Sul, e o menor o do Município paraense de Melgaço, que atinge 0,418. Em escala estadual, Jequitibá ocupa a 292ª posição entre o IDHM dos 853 municípios mineiros (PNUD; IPEA; FJP, 2010).

Embora esteja localizado na Zona Metalúrgica de Minas Gerais, Jequitibá apresenta como principal formação econômica o setor agropecuário, que absorve 41,91% da mão de obra local, sendo seguido pelo setor de serviços, que emprega 32% da população, e do setor de construção, que contempla 11,37% dos postos de trabalho no município (PNUD; IPEA; FJP, 2010). Além disso, o município é reconhecido como a Capital Mineira do Folclore, com forte potencial turístico, cultural, religioso e de ecoturístico (PREFEITURA DE JEQUITIBÁ, 2013).

Conforme dados do Atlas Brasil (ANA, 2010), Jequitibá está inserido na região fisiográfica do Médio Alto Rio das Velhas, um importante afluente do Rio São Francisco. Encontra-se em três Unidades Territoriais Estratégicas (UTE), sendo sua sede localizada na UTE do Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Jequitibá, embora o município esteja majoritariamente inserido na UTE Peixe Bravo e apresente uma pequena porção na UTE Ribeirão Tabocas e Onça.

O município possui uma vasta coleção hídrica, destacando-se o Córrego Raiz, Córrego da Lapa, Córrego Vargem Formosa, Córrego Riachão, Córrego do Onça, Córrego da Serra, Córrego do Calabouço, Córrego Aguada, Córrego das Perobas, Córrego Taquaral, Córrego Patrimônio, Córrego Pindaíbas, Córrego Tronqueiras, Córrego do Baú e o próprio Rio das Velhas, que corta o município.

Em termos altimétricos, Jequitibá se localiza a 720 metros acima do nível do mar, estando inserido na unidade geomorfológica da depressão periférica do Rio São Francisco. O relevo local é composto predominantemente por formas onduladas, que ocupam cerca de 70% da superfície municipal, sendo as demais partes cobertas por formas de relevo suave-onduladas (15%) e por formas planas (15%). Em relação à cobertura vegetal, a vegetação nativa foi muito devastada, dando origem a pastos, pequenas áreas de cerrados e poucas matas ciliares.

De acordo com os dados coletados na estação do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), localizada em Sete Lagoas, a região na qual se localiza Jequitibá apresenta temperaturas médias anuais em torno de 20,9°C, com temperatura máxima média de 28,2°C e a mínima média é de 15,6°C. A precipitação média na região é de aproximadamente 1.272 mm anuais, sendo o verão a estação mais chuvosa e o inverno, a de estiagem.

Na **Tabela 2** apresenta-se a consolidação das informações gerais do município.

Tabela 2: Consolidação das Informações Gerais do Município de Jequitibá

Características Locacionais	Município de Jequitibá
Região Imediata (IBGE, 2017)	Sete Lagoas
Região Intermediária (IBGE, 2017)	Belo Horizonte
Latitude/Longitude	19° 13' 42" Sul / 44° 2' 17" Oeste
Municípios limítrofes	Araçai, Santana do Pirapema, Cordisburgo, Funilândia, e Baldim
Área (km2)	445,030
População Total (2010)	5.156
População Urbana na Sede (2010)	1.963
Distritos	Dr. Campolina
Localidades	Brejinho, Campo Alegre, Coqueiros, Lapa, Lagoa de Santo Antônio, Muchila, Onça, Patrimônio, Pindaíbas, Quebra Perna, Peróbas, Raiz, Serra dos Pires, Vargem Formosa, Vargem Bonita, Vera Cruz (Calabouço)

Fonte: IBGE, 2010, 2017

O território municipal se assenta sob a Formação Geológica Serra de Santa Helena (NP2sh), cuja litologia predominante é composta por siltitos e argilitos, com níveis de arenitos finos a muito finos, cinza a cinza-esverdeados, róseos e amarelados, com laminação do tipo plano-paralela e estratificação cruzada tabular.

O Município de Jequitibá está inserido no domínio morfoclimático dos Cerrados (AB'SABER, 1977). De acordo com a classificação fitogeográfica proposta por

Fernandes *et al* (1990), o município está inserido dentro do Setor do Planalto da Província Central ou dos Cerrados, em seu contato com a província Atlântica. A área se encontra bastante antropizada, com áreas de pastagem e reflorestamento.

6.2. Informações Iniciais sobre o Saneamento Básico no Município

Neste, item, apresentam-se alguns dados secundários e dados primários sucintos, levantados durante visita técnica realizada no dia 22 de janeiro de 2019, para reconhecimento dos aspectos técnicos e operacionais do saneamento básico no Município de Jequitibá, a saber: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos.

6.2.1. Abastecimento de água

Sobre o sistema de abastecimento de água no Município de Jequitibá, é necessário fazer a seguinte consideração: segundo a Lei Nacional de Saneamento Básico 11.445/07, em seu art. 3º, o saneamento básico é considerado como um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

Abastecimento de Água Potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição.

O sistema de abastecimento de água no Município de Jequitibá é composto por todas as unidades, conforme a Lei supracitada, embora necessite de adequações, de acordo com informações contidas na plataforma digital **Atlas Brasil – Abastecimento Urbano da Água** (2015), da Agência Nacional de Águas ANA (ANA, 2015). Tais adequações apontam a necessidade de intervenções no sistema para atendimento da demanda da população.

Podem-se ainda obter dados sobre o sistema de abastecimento de água do município, por meio de pesquisa realizada no Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS), em que é apontado que, em 2016, o índice de atendimento total de água no município era de 57,38% e 2.390 ligações ativas, representando um consumo *per capita* de 142,90 L/hab./dia. O volume de água produzido era de 405,42 m³/mês, e 100% desse volume passava por desinfecção e

fluoretação. Cita-se ainda que o índice de hidrometração em 2016 era de 99,92%. Diante desses dados, pode-se constatar a real necessidade de ações que possam ampliar o atendimento à população do município.

Todos esses dados referentes ao sistema de abastecimento de água serão avaliados na fase de diagnóstico técnico – correspondente ao Produto 2. No entanto, preliminarmente, pode-se fazer um breve apanhado de informações relevantes, coletadas diretamente na Prefeitura Municipal, para subsidiar a elaboração desse Plano de Trabalho e, de antemão, verificar as carências e potencialidades do município diante dos serviços de abastecimento de água.

Segundo informações repassadas pela prefeitura, o serviço de abastecimento de água potável na sede do município está sob a responsabilidade da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); nos distritos/ localidades, a responsabilidade da administração cabe ao município. O manancial de abastecimento são poços tubulares, com 5 (cinco) unidades, na sede do município, operados pela Copasa. Ainda segundo a prefeitura, a água desses poços é submetida a processos de desinfecção e de cloração que, por meio de sistema de adução, são direcionadas para 02 (dois) reservatórios para posterior distribuição à população.

Nos distritos/ localidades, a produção de água também é proveniente do manancial subterrâneo; ora são sistemas coletivos, ora, sistemas individuais. Destacam-se, nesse caso, as cisternas e os poços domiciliares. Não há tratamento nem desinfecção da água, exceto no povoado de Onça, onde, devido a fatos recentes de incidência de doenças transmitidas por agentes de veiculação hídrica¹, foi necessário intervir imediatamente, com a adoção de tratamento da água por desinfecção.

¹ A água, tão necessária à vida do ser humano, pode ser também responsável por transmitir doenças. As principais doenças de veiculação hídrica são: amebíase, giardíase, gastroenterite, febres tifoide e paratifoide, hepatite infecciosa e cólera. Indiretamente, a água também está ligada à transmissão de verminoses, como esquistossomose, ascaridíase, teníase, oxiuríase e ancilostomíase. Vetores, como o mosquito *Aedes aegypti*, que se relacionam com a água podem ocasionar a dengue, a febre amarela e a malária.

http://www.copasa.com.br/media2/PesquisaEscolar/COPASA_Doen%C3%A7as.pdf

Na foto a seguir, pode-se ver um dos sistemas de abastecimento de água da sede do município.



Figura 8: Área de Captação de um Poço de Abastecimento de Água na Sede do Município

Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos, 2019.

6.2.2. Esgotamento sanitário

Sobre o sistema de esgotamento sanitário no Município de Jequitibá, é necessário fazer a seguinte consideração: segundo a Lei Nacional de Saneamento Básico 11.445/07, em seu art. 3º, o saneamento básico é considerado como um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

Esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente.

De acordo com a plataforma digital “**Atlas Esgotos: Despoeiração das Bacias Hidrográficas**” (ANA, 2013), 56,20% da população urbana são atendidos com coleta de esgotos, mas sem o devido tratamento e 42,6% da população não têm coleta nem tratamento adequados, sendo os esgotos lançados diretamente no Ribeirão Jequitibá e no Rio das Velhas. Somente 1,1% da população é atendido com solução individual, como fossas negras e algumas unidades de fossas sépticas.

Segundo informações coletadas na prefeitura, o sistema de esgotamento sanitário em Jequitibá é operado pela administração pública. Na área central, há redes coletoras com alguns poços de visita, sendo os esgotos dessa região encaminhados para tratamento. A unidade de tratamento foi construída em 2006. Trata-se de um sistema de fossa séptica seguido de filtro anaeróbio. De acordo com relatos da Prefeitura Municipal, essa ETE apresenta-se em condições precárias de funcionamento, não dispondo de monitoramento nem de manutenção adequados. É importante ressaltar que tal unidade de tratamento se encontra em trecho de inundação do Rio das Velhas e que, em eventos de cheias, toda a área fica alagada, ocorrendo o retorno dos esgotos e consequente extravasamento em todo o ambiente. A comunidade do entorno sofre consequências diretas, como a contaminação das águas das cisternas, ficando sem água para o consumo direto e para dessedentação de animais e o risco iminente dessa população de se contaminarem com organismos patogênicos (causadores de doença).

Ainda na área urbana, o restante da população, mais de 50% não têm cobertura de coleta de esgotos, os quais são lançados em fossas negras ou diretamente nos cursos d'água que drenam o município.

Nas comunidades rurais, não há nenhum sistema de coleta e tratamento de esgoto, com exceção da localidade Onça, que possui rede coletora, embora não esteja interligada a qualquer tipo de tratamento. A comunidade de Peróbas foi contemplada com 22 (vinte e dois) biodigestores, implantados com o auxílio, coordenação e monitoramento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), para auxiliar no tratamento dos esgotos domésticos nessa localidade.

Ainda parcerias entre a Prefeitura Municipal e a Companhia de Bebidas das Américas (Ambev), e a Organização não Governamental (ONG) Fundo Mundial para a Natureza (WWF- BRASIL), foram construídas 06 unidades de Tanques de Evapotranspiração (TVAP) na comunidade de Poções. Na **Figura 9** observa-se uma das unidades de TVAP. Foi relatado que poucos moradores fazem a limpeza de suas fossas, já que a maioria desativa as unidades, lacrando-a e escavam uma nova unidade, muitas vezes, próximas a cisternas destinadas ao consumo humano.





Figura 9: Tanque do Tipo Evapotranspiradora na Comunidade de Poções
Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos, 2019

Ressalta-se que informações mais detalhadas, bem como a descrição de cada um desses sistemas, serão abordadas com detalhes no Produto 2 (dois) do presente Plano Municipal de Saneamento Básico. Porém, a breve visita em campo e mediante de informações de dados secundários, pode-se constatar a importância desse Plano de Saneamento para a melhoria da qualidade de vida da população local e, conseqüentemente, haverá reflexos positivos na qualidade ambiental.

6.2.3. Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

Os serviços de limpeza urbana consistem de um conjunto de ações e infraestruturas desde a coleta até a disposição final dos resíduos sólidos.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS (2015), o município possui os serviços de coleta domiciliar regular de lixo, que atende 57,84% da população total e 100% da população urbana.

Na visita técnica realizada no município, foi informado que em Jequitibá a prefeitura municipal é a responsável pelo gerenciamento dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e 100% da área urbana são atendidos com coleta regular dos resíduos sólidos domésticos.

A maioria das localidades também é atendida com coleta regular de resíduos, exceto as localidades de Coqueiros, Brejo, Mochila e Várzea Bonita, que não recebem essa cobertura.

Na sede do município, há uma estimativa de produção média de resíduos em torno de 2 toneladas/dia.

A coleta seletiva de recicláveis foi implantada desde novembro de 2018 e é realizada porta a porta, em toda a sede municipal, sendo feita de segunda a quinta-feira pela associação de catadores.

Há, ainda a coleta diferenciada dos resíduos dos serviços de saúde, sendo eles destinados para tratamento pela empresa INCA – Incineração e Controle Ambiental, localizada na Cidade de Uberaba-MG.

Não há coleta diferenciada de resíduos da construção civil. Foi observado em campo que há diversos passeios e terrenos baldios com o descarte desse resíduo.

Há pontos de entrega voluntária para resíduos perigosos, conforme se pode observar na **Figura 10**.



Figura 10: Tambores de Recolhimento de Resíduos Sólidos Perigosos
Fonte: Prefeitura de Jequitibá, 2019

A prefeitura possui um galpão de triagem disponibilizado para que os catadores associados possam realizar a triagem do material reciclável. Na **Figura 11** verifica-se a estrutura existente. Essa estrutura é denominada de Unidade de Triagem e Compostagem (UTC), que recebe 100% dos resíduos sólidos domésticos gerados no município. Após a triagem, semanalmente, uma empresa terceirizada encaminha os rejeitos para a Central de Tratamento de Resíduos Macaúbas S/A, localizada no Município de Sabará-MG.



Figura 11: Unidade de Triagem e Compostagem – UTC Jequitibá
Fonte: Prefeitura de Jequitibá, 2019

Segundo a prefeitura, o município dispõe de dois veículos para a realização da coleta regular convencional, sendo 1 (um) caminhão compactador e 1 (um) caminhão carroceria aberto, que também faz a coleta seletiva porta a porta.

6.2.4. Drenagem urbana e manejo de águas pluviais

O sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais compreende atividades, infraestruturas de macro e microdrenagem, além de instalações operacionais de drenagem urbana.

Conforme a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB (IBGE, 2008), Jequitibá possui serviço de drenagem urbana subterrânea, com rede coletora

unitária. Não foram localizadas em sites oficiais outras informações sobre a drenagem urbana existente no Município de Jequitibá.

Durante a visita técnica realizada em campo, foi informado que o setor responsável pelo serviço de drenagem urbana e manejo das águas pluviais, em Jequitibá, é a Secretaria Municipal de Obras, Saneamento e Habitação.

Foi relatado pela prefeitura e constatado em campo que as águas pluviais na área central do município são direcionadas para as duas lagoas centrais. Essas duas lagoas são destacadas como áreas de risco de inundações. Foram evidenciadas, no município, duas inundações históricas em anos anteriores que geraram perda de bens e impacto significativo na economia do município e risco iminente de perda de vidas. Esses fatos foram fundamentais para a busca de soluções técnicas e de recursos federais. Após a grande cheia de 1977, foi realizada a construção de uma galeria subterrânea e um dique ao longo de um trecho do Rio das Velhas, munido com comportas para direcionamento e reversão do fluxo do escoamento superficial, de forma a evitar futuras inundações. Outra obra de macrodrenagem executada foi dotar a lagoa central (maior) como uma unidade de retenção de cheias. Quando a lâmina d'água atingir a cota máxima, ocorre a reversão de fluxo para o Rio das Velhas à jusante da sede.

Embora haja um sistema de reversão das águas pluviais que funciona a contento, ainda pôde-se constatar em campo que há necessidade de novas estruturas de macrodrenagem, de forma a coletar com eficiência toda a água de chuva precipitada e, principalmente, deve-se destacar a falta de manutenção sistemática nas estruturas existentes.

Quanto à microdrenagem, praticamente todas as vias pavimentadas são desprovidas de qualquer tipo de estrutura de coleta e direcionamento das águas pluviais. Na **Figura 13** pode ser observada a deficiente drenagem em um ponto da cidade.

A prefeitura informa que ainda são graves os problemas com drenagem pluvial, principalmente na área central do município onde ocorre frequentes alagamentos em época de chuvas.



Informações mais detalhadas sobre a drenagem urbana do município serão coletadas nos trabalhos de campo para o diagnóstico da situação atual do saneamento básico (Produto 2).



Figura 12: Estrutura Deficitária de Drenagem Encontrada no Município
Fonte: Prefeitura de Jequitibá, 2019

7. PLANO DE TRABALHO

7.1. Justificativa para Elaboração do PMSB

A Política Federal de Saneamento Básico demanda a elaboração, pelos titulares dos serviços de saneamento, do PMSB, que deve estar em consonância com o Plano Diretor, Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e outros planos que norteiam a gestão dos serviços e estejam relacionados com o saneamento básico no município. O gerenciamento adequado dos 4 (quatro) eixos do saneamento básico é muito importante para a população, pois a falta dele gera diversos problemas de saúde, ambientais e urbanos para as cidades.

Nesse sentido, o PMSB visa a estabelecer um diagnóstico abrangente da situação atual do município, indicando propostas e alternativas para sanar as deficiências existentes dos serviços de saneamento básico. O delineamento dos serviços de saneamento básico no âmbito municipal, de forma estruturada, constitui condição fundamental para potencializar o impacto dos investimentos a serem efetuados, de forma a proporcionar a universalização do acesso da população aos serviços públicos essenciais, os quais têm forte conexão com a salubridade ambiental e, por consequência, com a qualidade de vida.

A partir da elaboração do PMSB, o poder público pode solicitar recursos nacionais e internacionais para investir em programas, projetos e ações, com o intuito de aproximar ou alcançar a universalização do acesso à população (em especial as comunidades mais carentes) da coleta e tratamento de esgotos, da captação, tratamento e distribuição de água potável, coleta de resíduos e limpeza urbana e também mitigação de eventos de alagamentos e inundação, dentre outros. Nesse sentido, a construção de um PMSB articulado trará benefícios a toda a população do Município de Jequitibá, visto que suas implicações originarão benefícios não apenas para a população atual, mas também para as futuras gerações.



7.2. Estratégias Metodológicas

Atendendo aos critérios estabelecidos no termo de referência da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o presente PMSB deverá contemplar os quatro pilares fundamentadores do saneamento, sendo eles: o abastecimento de água; o esgotamento sanitário; a gestão de resíduos sólidos e o manejo de águas pluviais. Deve, portanto, abranger todo o território do município, incluindo suas áreas urbanas e rurais, bem como assegurar a efetiva participação da população em todas as fases da elaboração do PMSB. As estratégias para condução dos trabalhos baseiam-se nos mecanismos e procedimentos da participação e controle social, cujo objetivo é o planejamento democrático e participativo da população na elaboração do PMSB.

Dessa forma, a proponente delineará estratégias metodológicas que garantam o envolvimento da população de forma voluntária e compromissada para reduzir os riscos de descontinuidade das ações. As ações de mobilização, integradas às atividades dos componentes técnicos e ambientais, irão definir a cronologia das etapas subsequentes e as metodologias de implantação das atividades, buscando garantir a operacionalização das atividades propostas para a elaboração do plano.

7.3. Gerenciamento e Escopo do Projeto

O gerenciamento do presente projeto será organizado mediante um conjunto de processos em que se insere a gerência de escopo, de tempo, de custos, de integração, de qualidade, de comunicação e de recursos humanos. Esses seis pilares garantirão o andamento dos processos, por meio de uma rotina lógica e temporal de condução das atividades, de forma a atingir as metas estabelecidas em termos de qualidade, prazo e custos de execução dos serviços.

De forma específica, para uma melhor compreensão do processo de gestão e gerenciamento da elaboração do PMSB-Jequitibá, serão descritos a seguir, três pilares essenciais, ou áreas do conhecimento necessárias para gerenciar um projeto, a saber: o gerenciamento do escopo, de tempo/cronograma e de qualidade.



7.3.1. Gerenciamento do escopo

O gerenciamento do escopo abarca os processos necessários para assegurar que o projeto inclua todos os procedimentos necessários para a conclusão do plano com êxito. Dessa forma, tal processo está relacionado, principalmente, à definição e controle do que está, e do que não está incluso, no termo de referência do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Jequitibá. As especificações dos serviços, contidas no Ato Convocatório nº 01/2018, descrevem detalhadamente as entregas dos produtos e procedimentos demandados no projeto, bem como os processos necessários para sua construção.

É importante destacar que o gerenciamento fornece um entendimento comum do escopo do projeto entre as partes interessadas, bem como os principais objetivos do projeto. Dessa forma, possibilita-se que a equipe do projeto realize um planejamento detalhado das etapas, orientando, assim, os procedimentos metodológicos envolvidos na elaboração do plano. Fomenta, ainda, uma linha de base para avaliar se as solicitações de alterações ou trabalhos adicionais estão contidos no escopo ou são inerentes ao projeto (DHF, 2017).

Partindo desse princípio, o PMSB-Jequitibá será elaborado em 6 (seis) produtos. Na **Figura 13**, ilustra-se o escopo dos trabalhos, e constam-se as especificações de cada Produto que será elaborado e entregue. Ressalta-se que o desenvolvimento do plano será pautado em uma sequência de ações, as quais são apresentadas na **Figura 14**.

7.3.2. Gerenciamento de tempo/cronograma

Segundo o Guia PMBOK® (2013), o gerenciamento de tempo/cronograma inclui os processos requeridos para assegurar a conclusão do projeto no prazo previsto. O cronograma inclui os processos necessários para gerenciar o término pontual do projeto, as atividades, recursos e durações. Sendo assim, permite o controle e monitoramento do andamento das atividades, suas atualizações, progresso e a gestão de mudanças feitas na linha de base do cronograma. O cronograma do PMSB em questão é apresentado no **item 10**, do presente Plano de trabalho.



7.3.3. Gerenciamento de qualidade

O gerenciamento da qualidade do projeto faz uso de políticas e procedimentos que envolvem atividades de melhoria contínua de processos, visando à implementação do sistema de gerenciamento da qualidade da organização. De maneira apropriada, dá, ainda, suporte às atividades de melhoria do processo contínuo, como o empreendido no interesse da empresa. De modo geral, o gerenciamento da qualidade trabalha para garantir que os requisitos do projeto, incluindo os requisitos do produto, sejam cumpridos e validados (PMBOK, 2013).

No âmbito do gerenciamento de qualidade no processo de elaboração do PMSB-Jequitibá, conta-se com uma equipe de revisão dos textos, composta por uma profissional de letras, mestra em linguística, que estará sob a supervisão da coordenação do projeto. Destaca-se ainda, que a Seletiva Consultoria e Projetos conta com uma equipe de apoio composta por profissionais capacitados para formatações e correções eventuais, a fim de atender às notas técnicas expedidas pela Agência Peixe Vivo, após avaliação dos produtos entregues.



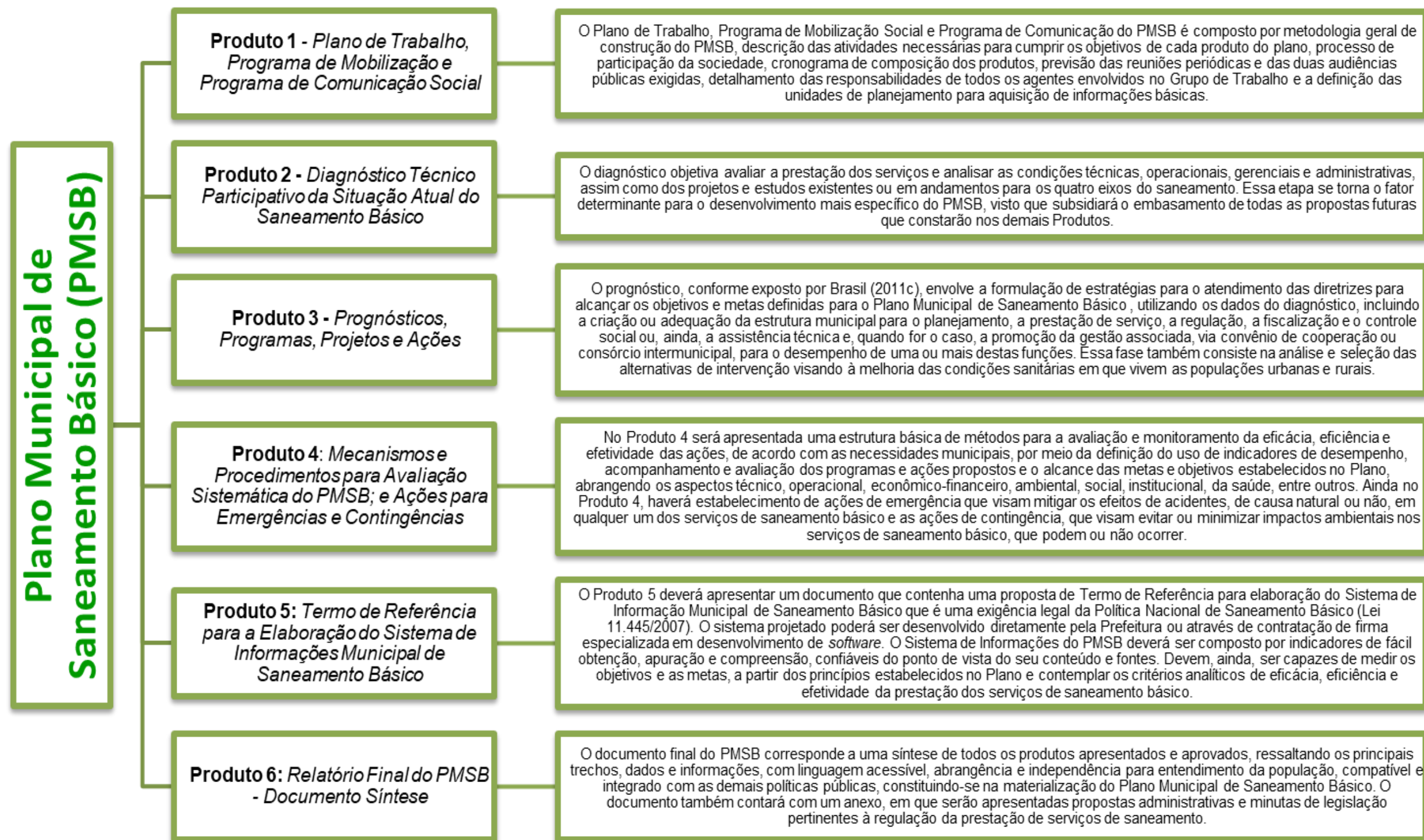


Figura 13: Escopo dos Produtos do Plano Municipal de Saneamento Básico de Jequitibá/MG
 Fonte: Adaptado de TDR Agência Peixe Vivo, 2018

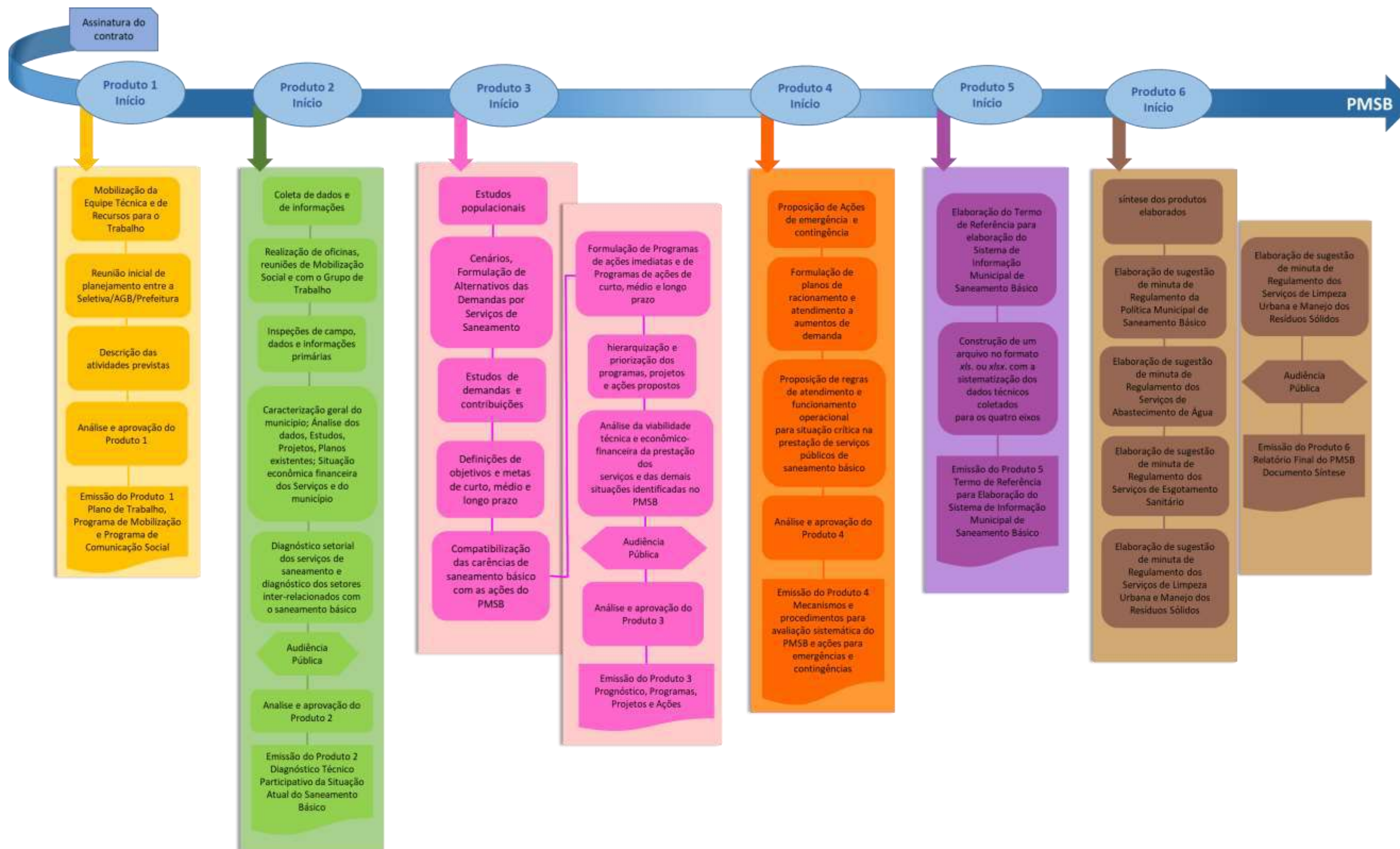


Figura 14: Sequência de Atividades no Processo de Elaboração do PMSB de Jequitibá/MG
 Fonte: Adaptado de Ministério das Cidades, 2011

7.4. Elaboração dos Produtos

7.4.1. Produto 2 – Diagnóstico Técnico Participativo da Situação Atual do Saneamento Básico

A situação atual do saneamento básico do Município de Jequitibá será identificada com base no diagnóstico técnico participativo, que objetiva levantar dados tanto da zona urbana quanto da zona rural do município.

O diagnóstico será realizado a partir de 4 (quatro) eixos do saneamento básico, sendo eles: o abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo das águas pluviais e limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos. Serão abordadas tanto a questão de atendimento quanto a qualidade dos serviços prestados à população. Também serão levantadas as condições atuais das estruturas, além da capacidade institucional na gestão dos serviços de saneamento básico e o controle social.

O diagnóstico abará o contexto regional no qual Jequitibá está inserido, além de considerar as bacias hidrográficas existentes em sua área. Será realizada uma caracterização geral do município, por meio do qual serão levantados dados sobre saúde, demografia, além de aspectos territoriais, ambientais, socioeconômicos e culturais.

Com base no Diagnóstico, serão orientados os prognósticos para se conhecer as demandas no horizonte de planejamento do plano de saneamento básico, conduzindo a definição dos objetivos e metas, a fim de estabelecer os Programas, Projetos e Ações nos 4 (quatro) eixos no município. No anexo VII, é apresentado o *checklist* para o levantamento em campo.

Em todas as etapas do diagnóstico, serão consideradas não apenas a visão dos técnicos da Seletiva Consultoria e Projetos, mas também a da população, que será convidada e incentivada a dar suas contribuições. A metodologia de participação social será descrita no **item 8.1** deste documento.



No que diz respeito ao aspecto técnico, serão levantados os projetos existentes e previstos, de maneira a determinar as condições técnicas, operacionais, gerenciais e administrativas, considerando diversas fontes de dados disponíveis, sejam eles primários ou secundários.

O diagnóstico da situação atual do saneamento básico de Jequitibá compreenderá, dentre outras atividades, as destacadas da **Tabela 3 à Tabela 7**.

Tabela 3: Caracterização Geral do Município e dos Setores Inter-relacionados

Conteúdo Mínimo abordado – Caracterização Geral e Setores Inter-relacionados

- Identificação dos distritos e localidades, levantamento do arcabouço legal sobre saneamento, saúde, meio ambiente; análise da organização, estrutura e capacidade institucional (secretarias, existência de corpo técnico);
- Dados socioeconômicos;
- Estudos e projetos de saneamento básico existentes e/ou previstos;
- Indicadores sanitários, epidemiológicos e ambientais;
- Caracterização da demografia urbana e rural;
- Caracterização geral: geomorfologia, climatologia, hidrografia, hidrogeologia e topografia do território;
- Caracterização das áreas de interesse social;
- Consolidação cartográfica dos dados socioeconômicos, físico-territorial e ambiental disponível sobre o município e a região onde esse está inserido;
- Identificação e avaliação do modelo e organização jurídico-institucional, com descrição dos órgãos, instrumentos, sistemas, capacidade institucional para a gestão (planejamento, prestação dos serviços, regulação, fiscalização e controle social) dos serviços nos 4 (quatro) eixos;
- Identificação de programas locais existentes de interesse do saneamento básico;
- Análise de programas de educação ambiental em saneamento;
- Capacidade econômico-financeira do município de investimento e sustentabilidade econômica dos serviços de saneamento básico;
- Necessidade de destinação de recursos do município, no intuito de viabilizar a prestação e manutenção dos serviços de forma apropriada, com o objetivo da universalização ao acesso aos serviços.

Fonte: TDR, Agência Peixe Vivo, 2018



Tabela 4: Caracterização dos Serviços de Abastecimento de Água

Conteúdo Mínimo Abordado – Serviços de Abastecimento de Água

- Caracterização da cobertura e das soluções adotadas;
- Identificação das áreas não atendidas com água tratada;
- Identificação de áreas críticas;
- Consumo *per capita*, índice de perdas;
- Caracterização dos indicadores operacionais e financeiros;
- Infraestrutura dos sistemas de abastecimento (captação, adução, tratamento e distribuição);
- Extensão e qualidade das redes de adução e distribuição;
- Condição dos reservatórios e capacidade de armazenamento;
- Avaliação da capacidade de atendimento do abastecimento de água;
- Disponibilidade e demanda de água;
- Condições dos mananciais de abastecimento;
- Soluções alternativas de abastecimento;
- Qualidade e vigilância da água.

Fonte: TDR, Agência Peixe Vivo, 2018

Tabela 5: Caracterização dos Serviços de Esgotamento Sanitário

Conteúdo Mínimo Abordado - Serviço De Esgotamento Sanitário

- Caracterização da cobertura de coleta e tratamento do efluente;
- Avaliação da situação atual do esgotamento sanitário;
- Índice de doenças de veiculação hídrica ocasionadas pela precariedade do esgotamento sanitário;
- Identificação das instalações sanitárias;
- Verificação de áreas com ligações clandestinas de esgoto;
- Identificação das populações não atendidas com coleta e tratamento de esgoto;
- Caracterização dos indicadores técnicos e operacionais;
- Capacidade de tratamento instalada e condição das instalações (infraestruturas e operação);
- Avaliação dos corpos receptores;
- Identificação e avaliação de soluções alternativas de esgotamento sanitário.

Fonte: TDR, Agência Peixe Vivo, 2018



Tabela 6: Caracterização dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Conteúdo Mínimo Abordado - Serviço de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

- Diagnóstico sobre os resíduos sólidos gerados no município, com a caracterização geral desses resíduos;
- Avaliação da situação atual da gestão de resíduos sólidos;
- Análise das formas de armazenamento, coleta e destinação final adotada;
- Identificação das áreas de descarte irregular de resíduos;
- Identificação de áreas favoráveis para destinação adequada;
- Principais geradores de resíduos;
- Procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços de limpeza urbana;
- Existência de Plano de Gerenciamento de Resíduos;
- Identificação dos passivos ambientais;
- Procedimentos para o gerenciamento de resíduos;
- Descrição detalhada dos sistemas (coleta, armazenamento, transporte, transbordo, manuseio, tratamento e destinação final);
- Frequência de coleta;
- Identificação da cobertura dos serviços de varrição, de capina e de serviços especiais;
- Identificação das formas de coleta seletiva e existência de cooperativas;
- Identificação de catadores de resíduos e suas condições de trabalho;
- Principais estruturas que compõe o serviço;
- Avaliação das soluções adotadas no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde;
- Avaliação das soluções adotadas na gestão dos resíduos da construção civil e resíduos volumosos;
- Avaliar o atendimento das condições especificadas no Plano de Gerenciamento de Resíduos, caso o município o possua.

Fonte: TDR, Agência Peixe Vivo, 2018

Tabela 7: Caracterização dos Serviços de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais

Conteúdo Mínimo Abordado – Serviço De Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais

- Análise dos sistemas de micro e macrodrenagem e das tecnologias adotadas;
- Caracterização das áreas com risco de inundação, escorregamento e enchentes;
- Identificação das carências no atendimento pelo poder público;
- Cobertura dos sistemas de drenagem;
- Avaliação das condições de operação e manutenção dos sistemas existentes;
- Determinação de pluviometria, hidrografia e outros índices físicos para as micro bacias;
- Uso do solo;
- Cobertura vegetal e análise dos processos erosivos;
- Análise dos estudos existentes para o município quanto ao zoneamento de riscos de enchentes para diferentes períodos de retorno de chuvas;
- Elaboração de mapas com manchas de alagamentos e também da localização dos sistemas de micro e macrodrenagem;
- Tipos de pavimentação.

Fonte: TDR, Agência Peixe Vivo, 2018

7.4.2. Produto 3 – Prognóstico, Programas, Projetos e Ações

O Produto 3 será elaborado em 2 (duas) etapas. A primeira etapa é a elaboração do Prognóstico e alternativas para a universalização dos serviços de saneamento. O Prognóstico é a projeção das demandas do saneamento básico para o horizonte de planejamento, considerando a situação atual dos serviços. A situação atual é realizada pelo diagnóstico técnico participativo, que deve ser elaborado de forma realista, retratando a efetiva conjuntura atual do saneamento. Com base no diagnóstico realista, será elaborado um prognóstico que retrate as realidades mais condizentes para as demandas futuras.

O prognóstico compreenderá, dentre outras atividades:

- A projeção populacional, que será elaborada pelo método mais adequado à realidade do município, e estimada para o horizonte do PMSB, que é de 20 (vinte) anos. A projeção populacional se embasará nos dados dos Censos demográficos do IBGE;
- Análise das projeções previstas em projetos existentes;
- Definição de variáveis para a construção dos cenários, com base nos serviços de saneamento básico;
- Elaboração de 3 (três) cenários distintos que se compatibilizem com a realidade do município em relação à quantidade e à qualidade dos serviços, conforme as demandas levantadas. Serão considerados os seguintes prazos: Imediato (2 anos), curto prazo (entre 2 e 4 anos), médio prazo (entre 4 e 8 anos) e longo prazo (de 8 a 20 anos);
- Seleção do cenário que mais se adapte à realidade do município, tanto em questões técnicas, quanto em questões operacionais ou financeiras.

A segunda etapa é a elaboração dos programas, projetos e ações que serão executados no horizonte de planejamento do PMSB com base nas carências identificadas. Para tanto, serão definidos objetivos e metas a serem alcançadas nos



prazos imediato, curto, médio e longo, com o intuito de alcançar a universalização dos serviços de saneamento básico.

Nessa etapa, será apresentada a hierarquização das áreas que necessitarão de intervenções prioritárias, a fim de priorizar as áreas mais críticas dentro do município que precisarão de ingerências mais imediatas.

Os Programas, Projetos e Ações necessárias para atingir os objetivos e metas serão compatíveis com o Plano Plurianual e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento e formas de acompanhamento, avaliação e de integração entre si.

Os Programas, Projetos e Ações contemplarão minimamente a promoção do direito à cidade, a promoção à saúde e à qualidade de vida, a promoção da sustentabilidade ambiental e a melhoria do gerenciamento, da prestação dos serviços e da sustentabilidade.

Ainda, nesta etapa, serão apresentados indicadores de monitoramento para a prestação dos serviços, que serão detalhados posteriormente no Produto 4.

7.4.3. Produto 4 – Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB e Ações para Emergências e Contingências

O Produto 4 será dividido em 2 (duas) etapas: a primeira etapa consistirá da elaboração dos Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB.

O PMSB deve ser revisado a cada 4 (quatro) anos, conforme estabelecido na Política Nacional de Saneamento Básico. Essa revisão deve ser feita de forma articulada com as políticas municipais (meio ambiente, saúde, saneamento, habitação, dentre outras). É na etapa de revisão que devem ser contemplados os instrumentos de gestão para avaliação dos resultados de todas as ações, incluindo a divulgação das ações e métodos de controle social.

Os mecanismos e procedimentos servem para monitorar e avaliar os resultados do PMSB, analisando a eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas; por isso, a importância de possuir instrumentos de avaliação dos resultados.



Os mecanismos e procedimentos conterão minimamente os seguintes dispositivos:

- Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações do PMSB;
- Procedimentos para o monitoramento e a avaliação dos objetivos e metas do PMSB e dos resultados das suas ações;
- Atividades para a divulgação das ações e mecanismos de controle social.

A segunda etapa contará com as ações para Emergências e Contingências, que conterão minimamente os itens descrito no TDR do Ato Convocatório nº 001/2018, sendo eles:

- Estabelecimento de Planos de Racionamento e Atendimento a Aumentos de Demanda Temporária;
- Estabelecimento de regras de atendimento e funcionamento operacional para situação crítica na prestação de serviços públicos de saneamento básico em suas 4 (quatro) vertentes, inclusive com adoção de mecanismos tarifários de contingência para cada uma delas;
- Diretrizes para a articulação com os Planos Municipais de Redução de Risco e para a formulação do Plano de Segurança da Água.

Para elaboração das ações de emergência e contingências, serão consultadas fontes oficiais, documentos técnicos/planos já elaborados com essa temática, além de contar com a *expertise* da equipe da Seletiva Consultoria e Projetos.

7.4.4. Produto 5 – Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico

O inciso VII do artigo 9º da Lei Federal nº 11.445/2007 define que os titulares dos serviços deverão implementar sistema de informações sobre os serviços públicos de saneamento básico, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos



Hídricas (Singreh), observadas a metodologia e a periodicidade estabelecidas pelo Ministério das Cidades.

Nesse sentido, serão definidas diretrizes necessárias para a elaboração e implantação do sistema.

O Sistema de Informações do PMSB será composto por indicadores de obtenção, apuração e compreensão acessíveis e confiáveis do ponto de vista do seu conteúdo e fontes. O sistema será capaz, ainda, de medir os objetivos e as metas, com base nos princípios estabelecidos no PMSB e contemplar os critérios analíticos de eficácia, eficiência e efetividade da prestação dos serviços de saneamento básico.

A seguir, segue a proposta de sumário mínima, conforme previsto no TDR do ato convocatório nº 001/2018.

- Apresentação, Introdução;
- Contextualização e justificativa;
- Objetivos gerais e específicos;
- Escopo do Sistema de Informações;
- Produtos esperados e prazos de entrega;
- Orçamento;
- Diretrizes para elaboração do manual de manutenção e de operação;
- Proposta de servidor para a implantação do sistema;
- Solução de consulta e entrada de dados via WEB.
- Perfil da consultoria a ser contratada e requisitos mínimos;
- Equipe-chave necessária com os respectivos perfis;
- Minuta de contrato.

Para elaboração do Produto 5, serão consultados os sistemas já existentes e em operação no município, além da capacidade do município em operar sistemas informatizados.

7.4.5. Produto 6 – Relatório Final do PMSB - Documento Síntese

O Produto 6 consistirá da elaboração de um relatório síntese dos 5 (cinco) produtos descritos anteriormente, constituindo assim o Plano Municipal de Saneamento



Básico. Este relatório será apresentado em linguagem acessível, abrangência e independência para entendimento, sendo capaz de ser utilizado para consulta de todos os assuntos abordados no PMSB.

O documento será elaborado em *layout* diferenciado, a fim de facilitar sua leitura e compreensão.

Além do documento-síntese, serão elaboradas minutas de legislações para regulação dos principais serviços no Município de Jequitibá. São elas:

- Minuta de Regulamento da Política Municipal de Saneamento Básico, que terá como anexo o PMSB do município;
- Minuta de Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água;
- Minuta de Regulamento dos Serviços de Esgotamento Sanitário;
- Minuta de Regulamento dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos;
- Minuta de Regulamento dos Serviços de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas.

7.5. Direcionamentos da Condução dos Trabalhos para a Elaboração do PMSB

As diretrizes da condução da metodologia de elaboração dos trabalhos para a entrega dos produtos encontram-se fundamentadas no TDR do Ato convocatório 001/2018 e no Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico da Funasa do ano de 2018, cujo objetivo é apresentar um produto mais completo em termos de informações técnicas e cujos Planos, Projetos e prazos estejam fundamentados e dentro da realidade de cada município. Na **Tabela 8, Tabela 9, Tabela 10, Tabela 11 e a Tabela 12** são apresentados em síntese os cinco principais direcionamentos – base do PMSB.



Tabela 8: Principais Direcionamentos do PMSB – Processos Participativos

Atividades / Ações - Processos Participativos

O processo de elaboração do PMSB deve ser democrático e participativo, de forma a incorporar as necessidades da sociedade e atingir função social dos serviços prestados; sendo assim, os processos participativos contemplarão:

- Ampla divulgação do diagnóstico e das propostas do Plano, além dos estudos que o fundamentam, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas;
- Definição de espaços, canais e instrumentos para a participação popular no processo de elaboração do Plano;
- Definição de estratégias de comunicação e canais de acesso às informações, com linguagem acessível a todos os segmentos sociais;
- Prever o acompanhamento e participação no processo de elaboração do PMSB da sociedade;
- Criação do Grupo de Trabalho (GT) a ser instituído por Decreto Municipal para execução, acompanhamento sistemático das ações, avaliação e aprovação do PMSB;
- A ampla divulgação do Diagnóstico, das propostas do Plano e dos estudos que o fundamentam, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas. Além disso, espaços, canais e instrumentos para a participação popular no processo de elaboração do Plano, com linguagem acessível a todos, devem ser definidos.
- Um dos mecanismos recomendados para dar suporte e cumprimento às ações de saneamento no âmbito municipal é manter a sociedade permanentemente mobilizada por intermédio de eventos que possibilitem a participação democrática e formal de controle social.

Fonte: Adaptado de Plano de Saneamento Básico de Juiz de Fora – MG, 2012

Tabela 9: Principais Direcionamentos do PMSB – Diagnósticos Setoriais

Atividades / Ações - Diagnósticos Setoriais

- Identificação das condições de acesso aos serviços e os impactos da situação nas condições de vida da população, utilizando indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;
- Identificação das condições atuais do saneamento básico, conforme indicadores de eficiência e eficácia da prestação dos serviços;
- Avaliação da realidade local na perspectiva da bacia hidrográfica e da região a qual está inserida, por meio da análise de estudos, planos e programas voltados para a área de saneamento básico que afetem o município;
- A perspectiva dos técnicos e da sociedade será contemplada;
- O diagnóstico deve reunir e analisar, quando disponíveis, informações e diretrizes de outras políticas correlatas ao saneamento básico.

A área de abrangência do Plano Municipal de Saneamento Básico será toda a área do município, contemplando localidades adensadas e dispersas, incluindo áreas rurais.

Fonte: Adaptado de Plano de Saneamento Básico de Juiz de Fora – MG, 2012



Tabela 10: Principais Direcionamentos do PMSB – Intersectorialidade

Atividades / Ações - Integralidade e a Intersectorialidade
<ul style="list-style-type: none">• Integração do diagnóstico e da avaliação dos serviços para os 4 (quatro) componentes do Saneamento Básico. Identificação das interfaces e integração possível dos instrumentos de gestão desses componentes;• Integração das propostas do PMSB aos objetivos e diretrizes do Plano Diretor Municipal, no que couber;• Promoção da integração das propostas do PMSB aos demais planos locais;• Promoção da compatibilização do PMSB com os Planos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

Fonte: Adaptado de Plano de Saneamento Básico de Juiz de Fora – MG, 2012

Tabela 11: Principais Direcionamentos do PMSB – Propostas do PMSB

Atividades / Ações - Propostas do PMSB
<ul style="list-style-type: none">• Definir objetivos e metas do PMSB para a universalização dos serviços de saneamento básico de qualidade à população, admitidas soluções graduais e progressivas, devendo-se prever tecnologias apropriadas à realidade local;• Conceber programas, projetos e ações para o investimento e a prestação dos serviços, assim como para a universalização do acesso;• Prever ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento;• Prever ações para emergências e contingências;• Detalhar como, quando, com quem e com quais recursos orçamentários, materiais e técnicos serão implementados os programas, projetos e ações;• Prever mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência, efetividade e eficácia das ações programadas

Fonte: Adaptado de Plano de Saneamento Básico de Juiz de Fora – MG, 2012

Tabela 12: Principais Direcionamentos do PMSB – Processo de Aprovação

Atividades / Ações - Processo De Aprovação
<ul style="list-style-type: none">• Elaborar uma minuta de projeto de lei ou de decreto do executivo, em conformidade com a técnica legislativa e sistematizada, de forma a evitar contradições entre os dispositivos inseridos no PMSB com as demais normas vigentes. Essa minuta deverá ser submetida à discussão com a população, em reunião pública especialmente convocada para esse fim. Nessa reunião, será concluída a proposta da versão final da instrumentação legal do Plano. Para que o PMSB passe a se constituir instrumento de política pública, o executivo municipal deverá aprová-lo por decreto ou o encaminhá-lo para aprovação na Câmara Municipal;• Adotar horizontes de planejamento de imediato, curto, médio e longo prazos para a definição dos objetivos e metas do PMSB. Prever a revisão do PMSB no máximo a cada 4 (quatro) anos (§4º, art. 19 da Lei 11.445/2007), de forma a orientar o Plano Plurianual do município.

Fonte: Adaptado de Plano de Saneamento Básico de Juiz de Fora – MG, 2012



7.6. Fatores Dificultadores e Facilitadores na Construção do PMSB

O Plano Municipal de Saneamento Básico é um documento cujo processo de elaboração é dividido em várias etapas, sendo um instrumento que demanda bastante tempo para sua construção, visto que envolve a participação popular, o levantamento de dados, a proposição de ações para sanar as carências identificadas e a formulação de mecanismos para acompanhar seu próprio desempenho ao longo dos anos. Em razão de sua robustez, bem como dos diversos agentes e etapas envolvidas é esperado que fatores tanto dificultadores quanto facilitadores despontem no decorrer da elaboração do plano. Cabe, portanto, identificar previamente esses fatores para que sejam superadas as dificuldades, otimizando os fatores facilitadores.

Na **Figura 15** observam-se os fatores dificultadores e facilitadores na elaboração de cada produto do PMSB de Jequitibá.



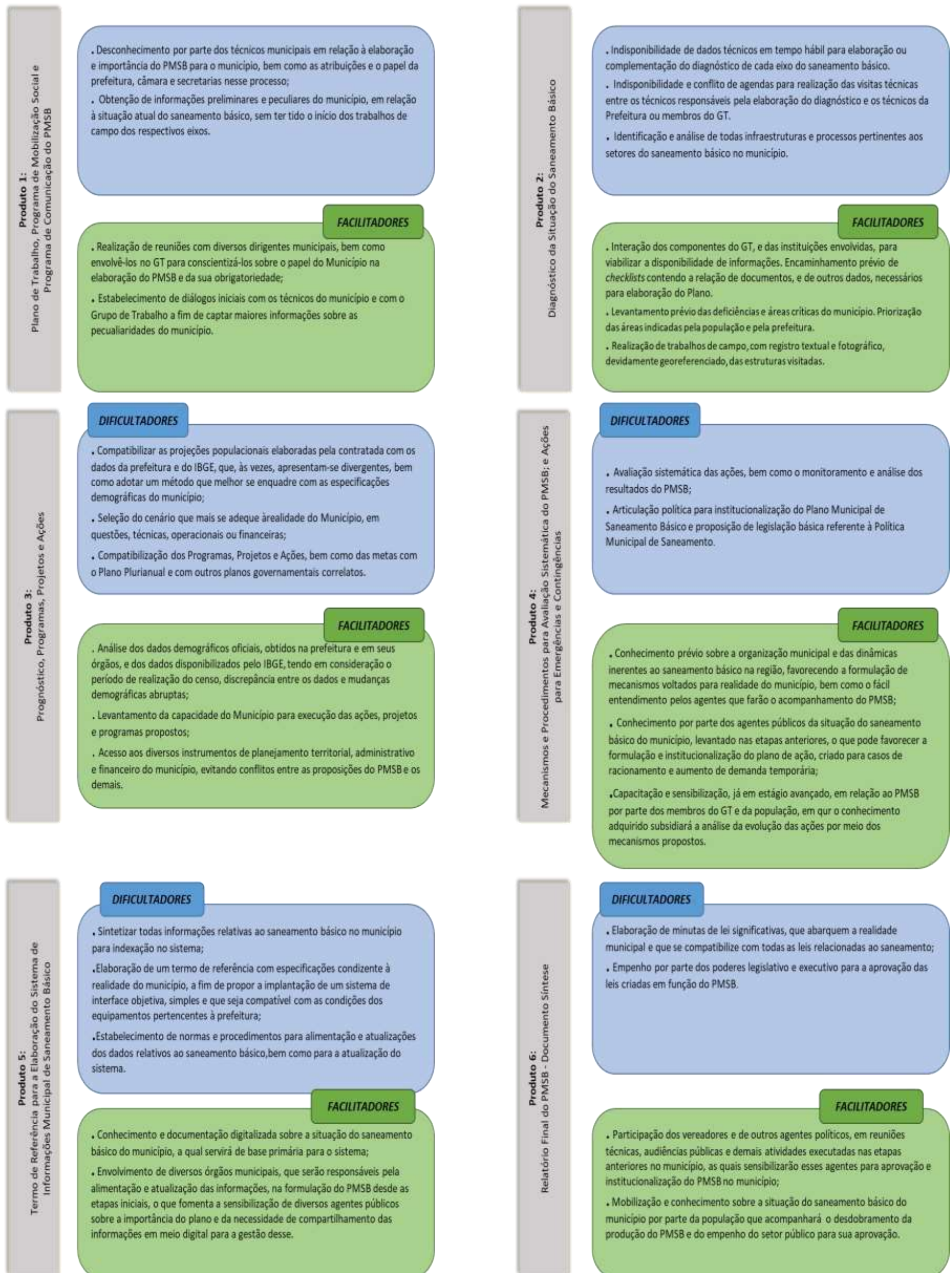


Figura 15: Fatores Dificultadores e Facilitadores nas Etapas de Elaboração do PMSB

Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos, 2019

7.7. Os Agentes Envolvidos e as Respectivas Responsabilidades

A elaboração do PMSB necessita ser entendida como um processo democrático, de participação de diversos segmentos da sociedade e de compartilhamento de informações e experiências. Entretanto, algumas competências precisam ser atribuídas a agentes específicos, para que todas as exigências necessárias para construção do presente plano sejam garantidas. Nesse sentido, na **Tabela 14** apresentam-se as competências e obrigações de cada agente envolvido na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Jequitibá.

Tabela 13: Responsabilidades e Agentes Envolvidos na elaboração do PMSB de Jequitibá

Entidade / Agente	Função	Competências e Atribuições
Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas CBH Velhas	Apoio Institucional: Atribuições normativas, deliberativas e consultivas no âmbito da respectiva bacia hidrográfica, visando a implementar a política de recursos hídricos em toda a bacia, estabelecer regras de conduta locais, gerenciar os conflitos e os interesses locais	a) Apoiar as ações de divulgação de todo o processo de elaboração do Plano. b) Participar das reuniões de planejamento com as partes.
	Contratante: A agência tem como finalidade prestar o apoio técnico-operativo à gestão dos recursos hídricos das bacias hidrográficas a ela integradas, mediante o planejamento, a execução e o acompanhamento de ações, programas, projetos, pesquisas e quaisquer outros procedimentos aprovados, deliberados e determinados por cada Comitê de Bacia ou pelos Conselhos de Recursos Hídricos Estaduais ou Federais.	a) Elaborar o Ato convocatório e o Termo de Referência para a contratação do PMSB; b) Acompanhar e supervisionar a entrega dos produtos especificados, dispondo equipe técnica qualificada, em conformidade com as exigências legais, para desenvolvimento dos trabalhos; c) Fornecer assessoramento técnico operacional nas seguintes etapas de construção do PMSB: padronização dos documentos técnicos, análise dos produtos dos planos municipais de saneamento, participação em audiências públicas, reuniões, seminários e reuniões de alinhamento; c) Efetuar os pagamentos à contratada, mediante validação dos produtos entregues; d) Garantir a operacionalização dos trabalhos até a conclusão da versão final do Plano Municipal de Saneamento Básico.
Associação Executiva de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos Peixe Vivo Agência Peixe Vivo		



Entidade / Agente	Função	Competências e Atribuições
Seletiva Consultoria e Projetos	Contratada: Empresa responsável pela elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. A empresa contratada está subordinada às correções técnicas e decisões da contratante, além de ser dependente das deliberações da instância consultiva do Grupo de Trabalho. A contratada coloca-se como cumpridora de todas as exigências colocadas no Termo de Referência.	a) Realizar os trabalhos contratados conforme especificado neste TR e de acordo com Cláusulas estipuladas em Contrato; b) Manter contato contínuo com o Grupo de Trabalho e com a equipe técnica da Agência Peixe Vivo; c) Fornecer informações à Diretoria Técnica da Agência Peixe Vivo, sempre que solicitado, sobre os trabalhos que estão sendo executados; d) Conduzir todas as reuniões e eventos previstos no Termo de Referência, assim como os encontros que houver necessidade; e) Promover e divulgar todo o processo de elaboração do PMSB; f) Promover toda a mobilização social do PMSB; g) Providenciar a infraestrutura necessária, menos o local, para as duas audiências públicas; h) Consolidar todos os produtos que comporão o PMSB, com o conteúdo mínimo, em conformidade ao Termo de Referência.
	Apoio Institucional: Cabe à administração municipal fornecer todas as informações e documentos indispensáveis para elaboração do PMSB, bem como prestar apoio institucional aos trabalhos de mobilização social.	a) Assinar o Termo de Compromisso, assumindo as responsabilidades cabíveis, previamente à contratação do PMSB; b) Fornecer suporte técnico e disponibilizar informações e documentação necessárias à adequada execução dos trabalhos; c) Indicar técnicos dos órgãos e entidades municipais e dos prestadores de serviços da área de saneamento e de áreas afins ao tema em conjunto à equipe da Agência Peixe Vivo e da empresa contratada; d) Indicar, por meio de Decreto Municipal, um GT – PMSB para o PMSB, instância consultiva e deliberativa responsável pela condução da elaboração do PMSB, o qual deverá ser constituído por representantes das instituições públicas e civis relacionadas ao saneamento, bem como por representantes de organizações da sociedade civil (entidades profissionais, empresariais, movimentos sociais, ONGs), além de representantes dos conselhos municipais, da Câmara de Vereadores, do Ministério Público e outros; e) Disponibilizar espaço físico e apoiar a realização das reuniões e consultas públicas previstas; f) Apoiar as ações de divulgação de todo o processo de elaboração do Plano; g) Ao final dos trabalhos, viabilizar a aprovação do PMSB na Câmara Municipal de Vereadores; h) Zelar pela divulgação do trabalho e execução dos Programas, Projetos e Ações propostos, após a finalização do PMSB.
Prefeitura Municipal	Apoio Institucional: O Grupo de Trabalho terá a função de discutir e avaliar a elaboração dos Planos. Este GT-PMSB também possui a finalidade de fazer prevalecer a construção de um PMSB dotado de um perfil participativo.	a) Acompanhar, avaliar e discutir todo o processo de elaboração do PMSB; b) Sugerir alternativas para o desenvolvimento das atividades; c) Avaliar o andamento dos trabalhos do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, buscando promover a transparência nas ações.
Grupo de Trabalho		

Fonte: Seletiva Consultoria e Serviços, 2019



7.8. Mecanismos de Divulgação do PMSB

Com intuito de garantir a divulgação dos trabalhos a serem realizados, como também assegurar a participação da sociedade das mais diferentes regiões do território municipal na elaboração do PMSB, faz-se necessário o estabelecimento e detalhamento dos mecanismos, materiais e métodos a serem utilizados:

- **Convites:** os convites serão distribuídos para os membros do Grupo de Trabalho (GT) do PMSB, autoridades municipais, além de secretários do executivo, presidentes da câmara municipal, presidentes das associações de bairros, representantes dos conselhos comunitários, lideranças locais, diretoras de escolas públicas e privadas, assim como gestores dos serviços de água e esgoto e líderes comunitários.
- **Cartazes:** fixados em locais de grande movimento, como escolas, centros comerciais, locais de feira, igrejas, sindicatos, sedes comunitárias, entre outros.
- **Folders:** serão distribuídos da forma mais ampla possível, principalmente pelos agentes de saúde nas visitas às residências e disponibilizados nas oficinas participativas, escolas, locais de grande circulação e espaços que promovam a discussão em torno do tema, assim como encaminhados por mensagens pelo *WhatsApp* e por *e-mail*.
- **Faixas:** fixadas em áreas de grande visibilidade e movimento, objetivando divulgar os eventos e garantir um acesso mais rápido da população, alcançando o maior número possível de transeuntes.
- **Carro de som:** com um texto claro e objetivo, o carro deverá circular pela cidade divulgando os eventos a serem realizados durante a elaboração do PMSB.
- **Divulgação em sites e mídias sociais:** os convites e notícias sobre os eventos serão divulgados nos sites CBH Velhas, Agência Peixe Vivo,



Prefeitura Municipal e Seletiva Consultoria e Projetos (*Site, Facebook e Instagram*), visando a criar um canal de interlocução permanente e facilitar o acesso do público em geral às informações sempre atualizadas sobre o PMSB, os processos de elaboração, revisão e adequação do Plano.

- **Ouvidoria/ Linha direta:** visando a criar um canal de contato para a população que não tenha acesso à ferramenta da internet, prevê-se a implantação de uma linha direta, pelo telefone (31) xxxxxxxx ou (31) xxxxx, que funcionarão em dias úteis, a partir do segundo mês do início do contrato.
- **Criação de página virtual em rede social:** será criada uma página no *Facebook* (<https://www.facebook.com/PMSB-JEQUITIBÁ>), que permitirá a ampla divulgação e transparência das etapas de elaboração do PMSB, tendo como objetivo atingir públicos diversos, principalmente jovens e adolescentes em idade escolar e acadêmica.
- **Rádio e mídia impressa:** Poderão ser utilizados rádios comunitários para convidar a população a participar dos eventos de mobilização, bem como para comunicar sobre o andamento das demais atividades do Plano de Saneamento,
- **Questionários:** utilizados para caracterização residencial, serão distribuídos nas escolas, pelas agentes de saúde e disponibilizados em locais estratégicos para preenchimento.
- **Agentes de saúde e epidemiologia:** durante as visitas diárias, elas devem repassar a informação da elaboração do PMSB aos munícipes e, ainda, convidá-los a participar das apresentações e oficinas a serem realizadas.

O detalhamento dos materiais, métodos e meios de divulgação, comunicação e mobilização social encontram-se especificados no **item 8 – Programa de Mobilização e Programa de Comunicação Social** deste documento.



8. PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO PMSB

O presente Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação Social encontram-se no escopo dos serviços de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do Município de Jequitibá, baseados na Proposta Técnica apresentada pela Seletiva Consultoria e Projetos. Essa proposta atende ao “Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico da Agência de Bacias Peixe Vivo – Ato Convocatório 01/2018”, ao Guia para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento / Item 4 – Planejamento Participativo e Plano de Saneamento (Ministério das Cidades, 2011) - e à determinação da Lei Federal nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

O Programa de Mobilização e Programa de Comunicação Social visam a apresentar ações para a sensibilização da sociedade quanto à relevância da participação social na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, além de pautar diretrizes e métodos para a execução dos trabalhos, assim como implementar ações de mobilização e comunicação, visando a garantir o caráter participativo e informativo do processo.

As ações de mobilização e comunicação social permitem a participação popular no processo de elaboração do PMSB, configurando-se como uma indispensável ferramenta para divulgação da elaboração do Plano, abrangendo no seu escopo os procedimentos metodológicos a serem aplicados para a execução dos trabalhos, assim como os mecanismos de divulgação e as estratégias técnicas, gerenciais e logísticas que serão utilizadas pela Seletiva Consultoria e Projetos ao longo do projeto, objetivando assegurar a atuação comunitária na construção do PMSB.

Para tanto, estão previstas atividades como: levantamento de dados referentes às peculiaridades do Município de Jequitibá, ações de comunicação para ampla divulgação do PMSB e eventos interativos, reuniões com Grupo de Trabalho (GT), oficinas participativas e audiências públicas, respeitando os objetivos do PMSB e os



escopos específicos do Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação Social.

Para a realização dos eventos e ações de mobilização e comunicação social, foram tomados como base os conceitos e considerações apresentadas nos itens a seguir:

8.1. Participação e Controle Social

A promulgação da Constituição Federal de 1988 permitiu avançar na direção da consolidação do Estado Democrático e de Direito. Desde então, vários mecanismos legais passaram a incorporar a participação social na elaboração de políticas públicas, tais como a Lei Orgânica da Saúde, Lei nº 8.080/1990; a Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei Federal nº 9.433/1997; e o Estatuto das Cidades, Lei Federal nº 10.257/2001 (BRASIL, 2011).

Sendo assim, resta esclarecer que tanto a participação quanto o controle social são direitos de todos garantidos na Constituição Federal; porém, apesar de estarem relacionadas, são ações diferentes. Considerando a participação social nas políticas públicas, os cidadãos são ouvidos no processo de tomada de decisão dos governantes, contribuindo para que essas políticas atendam ao interesse público. Já a partir do controle social, os cidadãos podem fiscalizar a ação do Estado, exigindo que o governo preste contas sobre o uso dos recursos públicos. A população verifica, assim, se o poder público está, de fato, atendendo às demandas da sociedade. Trata-se de importante mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania (MDS, 2019).

O controle social nos serviços públicos de saneamento básico é previsto como um dos princípios fundamentais em que se deve embasar a prestação de serviços, ao lado, dentre outros, da universalização de acesso, integralidade, disponibilidade, eficiência e sustentabilidade econômica, no art. 2º da Lei Federal nº 11.445/07, a qual estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico (BRASIL, 2007).



A Lei Federal nº 11.445/2007, no inciso IV do art. 3º, define o controle social como sendo o

conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, a lei implementa diretrizes para o saneamento básico no país que trazem em seu bojo elementos fundamentais para a garantia da participação, quais sejam: (i) o acesso à informação, (ii) a representação técnica; e (iii) a participação na formulação, no planejamento e na avaliação das políticas de saneamento básico.

Em resumo, o controle social, como um princípio fundamental da Lei de Saneamento Básico, deve ser garantido nas diversas funções de gestão dos serviços públicos de saneamento básico, ou seja: no planejamento, na prestação dos serviços, na regulação e na fiscalização. Para tanto, a lei prevê a necessidade do estabelecimento de normas e mecanismos para que esse controle social se efetive. A lei define o direito ao acesso à informação; a necessidade da realização de consultas e audiências públicas como condição para a validade dos contratos e a divulgação dos estudos e das propostas do Plano de Saneamento Básico para discussão com a sociedade. Além disso, os municípios e estados podem compor um Conselho ou utilizar outro existente para, dentre outras atribuições, proporcionar o controle social na elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas, planos, programas e projetos (BRASIL, 2011).

8.2. Mobilização Social

Na perspectiva das políticas públicas, mobilização social pode ser caracterizada como processo que ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, cotidianamente, resultados envolvidos (TORO A; WERNECK, 2007). Segundo Antônio Lino, fundador da ONG Aracati, mobilização social é um processo educativo que promove a participação (*empoderamento*) de muitas e diferentes pessoas (irradiação) em torno de um propósito comum (convergência).



Empoderamento pode ser considerado a base de todo processo de mobilização social. *Empoderar* significa promover a iniciativa e a participação das pessoas, acreditando que elas são capazes de resolver os problemas que afetam diretamente suas vidas. Conseqüentemente, a mobilização gera um movimento que vai envolvendo cada vez mais (quantidade) e diferentes (pluralidade) pessoas, de um jeito cada vez mais organizado (LINO, 2008).

Nesse sentido, o trabalho contempla como ação fundamental a participação plural na elaboração dos PMSB, visto que a sociedade é a principal beneficiada por esse instrumento de planejamento. Diante do exposto, o estudo averigua o nível de participação da sociedade no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, por meio da identificação dos tipos de mecanismos de participação social utilizados.

Todas as fases da elaboração do PMSB, bem como as etapas seguintes de implantação e revisão, preveem a inserção das perspectivas e aspirações da sociedade, seus interesses múltiplos e a apreciação da efetiva realidade local para o setor de saneamento. Assim, a sociedade contribui diretamente nos procedimentos, estratégias, mecanismos e metodologias que serão aplicados ao longo de todo o período de elaboração do PMSB.

A participação social ocorre de vários meios, como: reuniões públicas, oficinas participativas, audiências públicas, entre outros, garantindo, no mínimo, que tais eventos alcancem as diferentes regiões urbanas e rurais de todo o território do município.

Todos os eventos de participação e mobilização social produzem informações específicas da realidade prática de cada região do município. Essas informações serão devidamente organizadas e consolidadas e seu resultado refletirá diretamente na tomada de decisões do PMSB.

Diante dessa perspectiva, o planejamento das ações de Mobilização e Comunicação Social está baseado em uma concepção integrada em multiplataforma, ou seja, com o uso de diversas técnicas que se complementam em muitas dimensões do processo de participação social na elaboração dos PMSB. Serão utilizados recursos



tecnológicos de comunicação com os quais a sociedade poderá se manter informada, tirar suas dúvidas, interagir com os técnicos e, principalmente, contribuir e participar na elaboração do PMSB do Município de Jequitibá.

8.3. Objetivos, Ações e Metas

8.3.1. Objetivo geral

Definir ações e estratégias de mobilização e comunicação social para garantir a efetiva participação da população do Município de Jequitibá, na construção do Plano Municipal de Saneamento Básico.

8.3.2. Objetivos específicos

- Divulgar a elaboração do Plano de Saneamento Básico para o Município de Jequitibá;
- Envolver e sensibilizar a população na discussão das potencialidades e dos problemas de saneamento ambiental no município e suas implicações na qualidade de vida;
- Conscientizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e conservação ambiental, por meio de uma reflexão crítica para o desenvolvimento de valores práticos rumo às mudanças culturais e sociais necessárias para adoção de uma política de saneamento básico;
- Estimular os diversos atores sociais a participarem do processo de gestão ambiental;
- Sensibilizar e motivar a comunidade para participação das atividades referentes ao PMSB;
- Levantar diretrizes e propostas para soluções de problemas locais, por meio da manifestação popular, a serem consideradas na construção dos diagnósticos e propostas do Plano durante a Audiência Pública e Conferência Municipal de Saneamento Básico.

A seguir, será demonstrado na **Figura 16** o organograma-resumo dos objetivos específicos.



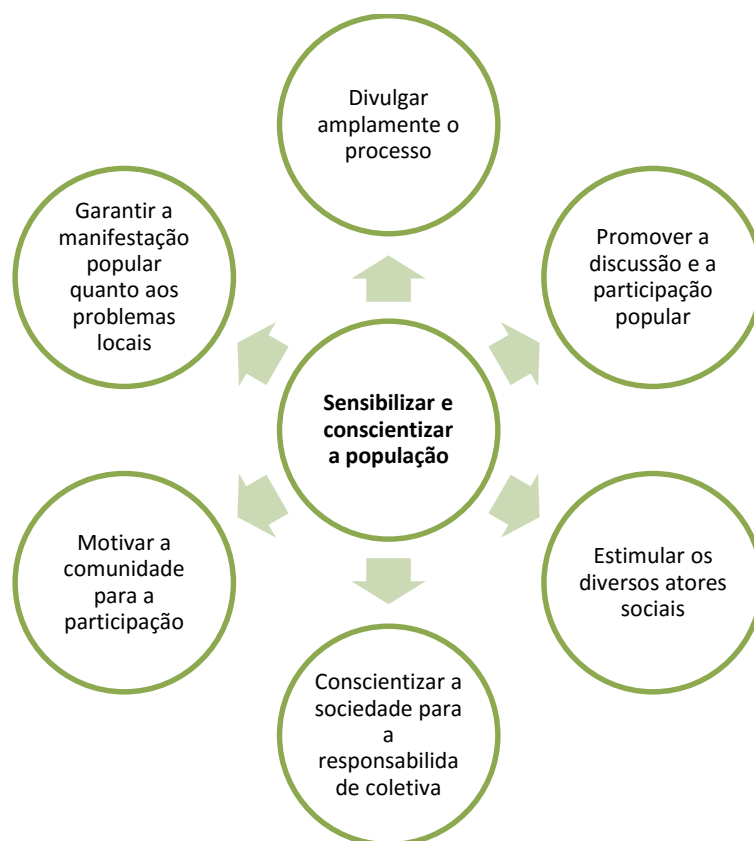


Figura 16: Organograma Resumo dos Objetivos Específicos
Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos, 2019

8.3.3. Ações

- Divulgar o processo em rádios, jornais, *banners*, faixas, carro de som, cartazes, *sites* do CBH Rio das Velhas dos municípios e da Seletiva Consultoria, redes sociais e outros meios de divulgação e comunicação disponíveis em cada município;
- Disponibilizar as informações necessárias à participação qualificada da sociedade nos processos por meio de palestras nas escolas, participação nas reuniões de bairro e de associações, visitas de campo nas comunidades rurais e urbanas;
- Estabelecer em sites do CBH Rio das Velhas, dos municípios e da Seletiva Consultoria, quando possível, canais para recebimento de críticas e sugestões, incluindo redes virtuais e formulários impressos, a fim de garantir a avaliação e resposta a todas as propostas apresentadas;

- Instituir um canal de comunicação, uma ouvidoria, por meio de uma linha em que todos terão acesso à informação, esclarecimento de dúvidas e acompanhamento do Plano.

Além dos mecanismos de divulgação supramencionados, serão utilizados diversos meios de participação, tais como:

- Participação direta da comunidade implicada por meio de apresentações, debates, pesquisas e qualquer meio para expressar opiniões individuais ou coletivas, tais como instalação de uma ouvidoria, *sítes* e redes sociais;
- Participação nas oficinas participativas nas áreas rurais e urbanas, audiências públicas dos PMSB e PGIRS por meio de sugestões ou alegações, apresentadas na forma escrita;
- Participação por meio de grupos de trabalho.

8.3.4. Metas

Considerando os objetivos e ações supracitadas e conseqüente incorporação da participação da Sociedade no processo de elaboração do Plano, pretende-se atingir as seguintes Metas:

- Considerar as necessidades da Sociedade;
- Incorporar a opinião da população na escolha de diretrizes, cenários futuros e priorização de programas, projetos e ações, compatíveis do ponto de vista técnico e econômico;
- Aumentar a capacidade de consolidação e sustentabilidade dos investimentos feitos para adoção de uma política de saneamento ambiental no município.

8.4. Planejamento e Estruturação do Programa de Mobilização Social e do Programa de Comunicação

A Lei Federal nº 11.445/2007, que define as diretrizes nacionais para o saneamento básico, estabelece o controle social como um de seus princípios fundamentais e o define como o “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade



informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento”. O objetivo desses programas é mobilizar a sociedade para sensibilização e participação na elaboração do PMSB do Município de Jequitibá, uma vez que é importante que a sociedade se envolva nas discussões acerca do Plano, tendo a oportunidade de conhecerem e entenderem o que ocorre com o saneamento das suas cidades, discutirem as causas dos problemas e buscar soluções coerentes. Tal objetivo pode ser mais bem compreendido na exposição do planejamento e estruturação do Programa de Mobilização e Programa de Comunicação Social.

8.4.1. Área de abrangência

O Município de Jequitibá tem uma população estimada de 5.156 habitantes (IBGE, 2018) correspondente à população urbana e rural e um território de 445,03 km². Dessa forma, as ações de Mobilização e Comunicação Social abrangerão o território municipal em sua totalidade e as comunidades nele existentes, por meio da implantação de um amplo canal de divulgação, com diversos canais de comunicação, que garantirá o alcance territorial proposto. Como ferramentas de apoio à participação social, serão utilizados diversos eventos, como: reuniões públicas, oficinas participativas, audiências públicas, entre outros, garantindo, no mínimo, que tais eventos alcancem as diferentes regiões administrativas e distritos afastados de todo o território do município.

Para que as ações e eventos alcancem toda a extensão territorial municipal, a contratada buscou definir setores de mobilização, como preconiza o Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento (FUNASA, 2018). Sendo assim, a área urbana foi dividida em 5 (seis) microrregiões, denominadas Setores. Isso foi feito levando-se em consideração a proximidade territorial entre os bairros e a existência de espaços para o encontro. Para a área rural, foram considerados 5 (cinco) Setores, agrupando as comunidades, com foco do encontro definido, conforme disponibilidade de local e facilidade de acesso pelas regiões próximas. (Figura 17).



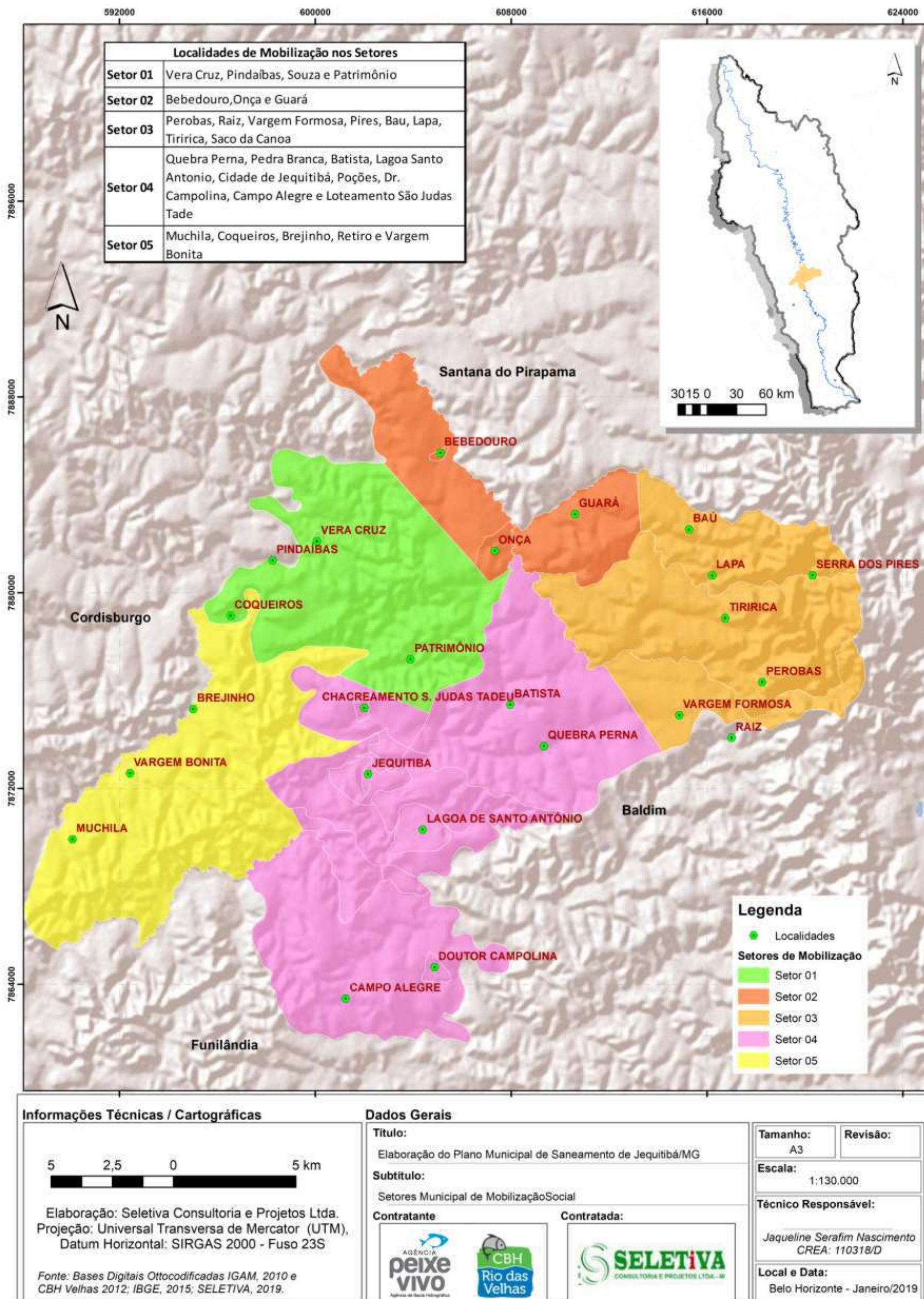


Figura 17: Mapa de Setorização de Mobilização
 Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos, 2019

8.4.2. Público-alvo

O processo de mobilização e comunicação social terá como público-alvo a população, tanto urbana, como rural do Município de Jequitibá em sua totalidade. No entanto, é sempre muito importante ter em mente que o PMSB de uma cidade não pode, nem deve, ser elaborado pela empresa contratada e entregue no prazo estipulado, sem que haja o envolvimento e participação de diversos atores sociais, tendo como foco a sociedade civil organizada e instituições de interface com o tema. Para um melhor resultado da mobilização social, a divulgação será ampla, por meio dos instrumentos de comunicação disponíveis no município.

A atuação dos diversos segmentos sociais interessados – moradores, comerciantes, empresários, trabalhadores e produtores rurais, trabalhadores do saneamento, técnicos e representantes de entidades que atuam na área de saneamento e de organismos de defesa do direito da sociedade e dos cidadãos -, fornece legitimidade ao processo de planejamento, sendo a participação social a condição indispensável para concretizar o Plano.

A comunidade escolar também será envolvida com a realização de atividades nas escolas, para que promovam a conscientização e despertem a consciência dos alunos e para que eles sejam interlocutores junto às famílias, convidando-os a participarem dos eventos propostos. Para que sejam alcançados os objetivos da participação social, a equipe de mobilização trabalhará de forma integrada com os membros do CBH Rio das Velhas, Subcomitê, membros dos Grupos de Trabalho, Agência Peixe Vivo, poder público e demais entidades representativas, buscando desenvolver parcerias para que se tornem multiplicadores junto à população, além de funcionarem como um elemento facilitador do processo.

As formas de participação da sociedade organizada são múltiplas e a sua definição reveste-se de grande importância. O objetivo da participação cidadã é conseguir o verdadeiro envolvimento das comunidades na tomada de decisões que vão estabelecer nada menos que a configuração do sistema (infraestrutura e atividades)



de saneamento dos municípios, incluindo a sociedade civil organizada, instituições públicas ou privadas que se identifiquem com o tema.

8.4.3. Diretrizes

A Proposta de Trabalho adotada pela empresa consultora, Seletiva Consultoria e Projetos Ltda- ME, compreende a utilização das estratégias estabelecidas no Plano de Trabalho e no Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação e ocorrerão em consonância com Termo de Referência do Ato Convocatório Nº 001/2018, do Contrato de Gestão Nº 003/IGAM/2017 e com o “Guia para a Elaboração de Planos Municipais de Saneamento” / Item 4 – Planejamento Participativo e o Plano de Saneamento (Ministério das Cidades / 2011), Termo de Referência para Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico (FUNASA,2018), garantindo o caráter participativo e informativo do processo, conforme preconiza a Lei Federal nº 11.445/2007, em conjunto com a Lei nº 12.305/2010, que definem funções de gestão e garantia do atendimento essencial à saúde pública, direitos e deveres dos usuários, controle social e sistema de informação.

No que diz respeito à participação social nessa etapa dos trabalhos, pode-se destacar a execução de três grupos de ação:

- Avaliação da percepção da sociedade em relação à prestação dos serviços de saneamento, com reuniões, oficinas participativas e audiências públicas;
- Realização de reuniões técnicas com profissionais do município, técnicos das empresas concessionárias dos serviços e terceirizadas e membros do Grupo de Trabalho, membros CBH Rio das Velhas, Subcomitê, Agência Peixe Vivo, poder público e demais entidades representativas;
- Realização de audiências públicas, oficinas participativas locais, nas quais a Consultoria e o Grupo de Trabalho-GT expõem os resultados obtidos e busca as contribuições dos munícipes;
- Disponibilização de canais de comunicação para a participação da comunidade nas discussões.



8.4.4. Escopo

O trabalho contempla como ação fundamental a participação popular na elaboração dos PMSB, tendo em vista ser a sociedade a principal beneficiada por esse instrumento de planejamento. Diante do exposto, o estudo averigua o nível de participação da sociedade no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, por meio da identificação dos tipos de mecanismos de participação social utilizados.

A participação da população em processos decisórios é fundamental para garantir a corresponsabilidade entre setor público de saneamento e sociedade/comunidade. Dessa forma, o município deve apoiar e conceber mecanismos de envolvimento da sociedade durante todo o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS). Assim, para mobilização e participação da população de Jequitibá, as atividades serão construídas e estruturadas, conforme apresentado na **Figura 18**, por meio de um esquema das atividades propostas. Na sequência, será exposta a proposição metodológica do PMS.



Figura 18: Atividade do Plano de Mobilização Social
Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos, 2019

8.5. Metodologia

Entende-se por metodologia o caminho a ser percorrido, ou seja, o conjunto de



procedimentos sistemáticos a serem desenvolvidos para alcançar os objetivos.

Os procedimentos e métodos propostos para a execução do Plano de Mobilização e Comunicação Social serão permeados por ações com enfoque participativo que pressupõe estabelecer relações de horizontalidade e parceria entre a população e a equipe de trabalho, buscando incentivar a participação social.

A participação da comunidade em todos os momentos deste projeto será estimulada por meio de um processo educativo, desenvolvida por uma equipe socioambiental interdisciplinar, buscando levar os indivíduos a refletirem sobre a realidade em que vivem. Esse processo objetiva, também, a integração social da população, bem como o desenvolvimento da autogestão individual e controle social, em consonância com os princípios estabelecidos pela Lei 11.445/07 (inciso IV, do art. 3º), que consiste em “conjunto de mecanismos e procedimentos” que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico da Política Pública de Habitação, descrita na Portaria Nº 21, de 22 de janeiro de 2014, publicada pelo Ministério das Cidades.

Portanto, embora a discussão tenha o foco na elaboração do PMSB, a metodologia se propõe como espaço formativo, em sua dimensão ético-política, no sentido de buscar a reflexão do processo “Por que, para que, para quem, como?”, alcançando, dessa forma, o que Traspadine (2009) sugere como pressuposto do método de trabalho com a população.

A formação política, com base na educação popular, nestes espaços, é um elemento constitutivo dos encontros. Com ela, vamos passo a passo, a partir do que os sujeitos trazem, reconsiderando nosso saber coletivo. Sujeitos que acham que sabem pouco, se reconhecem conhecedores de algo. Sujeitos que acham que sabem um pouco mais, reveem suas posições no encontro com outros. E o sujeito político que emana daí sai revigorado para uma práxis reflexiva e revolucionária. Sai com o ímpeto de aprender fazendo, fazer pensando, construir um processo fincando suas bases em um nós (TRASPADINE, 2009, p.02).

Nesse sentido, a metodologia apresentada para esse Programa será norteada por meio de ações participativas dialogadas com a comunidade, pautadas em recursos da educação popular, que adota como princípio a criação de espaços para o



exercício dos sujeitos na construção coletiva, visando à atuação cidadã e o verdadeiro envolvimento da população na tomada de decisões que vão estabelecer a configuração do sistema de saneamento do município, conforme demonstrado na **Figura 19**.



Figura 19: Atividades do Plano de Mobilização Social
Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos, 2019

8.5.1. Estratégias de mobilização

O planejamento das ações no que se refere à mobilização social são decisões estratégicas que visam a compreender com maior êxito as demandas do público-alvo, o entendimento da realidade à qual se quer transformar, as especificidades locais e as diversidades culturais, assim como os fatores que afetam diretamente a qualidade de vida da comunidade, uma vez que esses elementos delinearam com antecedência o que será colocado em prática, para alcançar os resultados esperados e a forma como será executado.

Para tanto, a primeira etapa será a criação do Grupo de Trabalho que será formado por diferentes segmentos sociais do Município de Jequitibá, identificação de atores sociais, reunião inicial local, criação de material informativo, planejamento de ações junto ao CBH Rio das Velhas e Subcomitê, além da utilização de mecanismos de capacitação, envolvimento e fortalecimento das lideranças locais, para que assumam, progressivamente, o papel de interlocutores ativos na execução do PMSB junto à população.

Também será elaborado um mapa de setorização do município para a realização dos eventos e implementação das ações de Mobilização e Comunicação Social, buscando alcançar todo o território municipal. A setorização garante a participação de toda a população, permitindo a manifestação das perspectivas e aspirações da sociedade, seus interesses múltiplos e a apreciação das efetivas atividades propostas para a elaboração do PMSB, procurando sempre resultar em consensos mínimos em relação ao que for decidido. As atividades desenvolvidas durante a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB-Jequitibá -, serão pautadas na troca de informações, tendo como foco a mobilização e a participação social, sob a perspectiva de que essas ações possam contribuir para uma mudança efetiva nas condições de vida dessa população no que tange às questões relacionadas ao saneamento básico. Acrescenta-se também que todos os eventos de participação e mobilização social produzem informações específicas da realidade prática do município. Essas informações serão devidamente organizadas e consolidadas e seu resultado refletirá diretamente na tomada de decisões do PMSB.

8.5.2. Grupo de Trabalho GT

A execução do PMSB deve ser expressão das necessidades reais coletivas para que possa, inclusive, estimular a criação de grupos representativos na comunidade com conhecimento mínimo de saneamento básico e disposição para acompanhar e fiscalizar a execução do processo de elaboração do Plano.

Nesse sentido, será formado um Grupo de Trabalho (GT), contemplando vários atores sociais na operacionalização do processo de construção do PMSB. O Grupo



de Trabalho terá a função de discutir e avaliar a elaboração do Plano, sugerir alternativas para o desenvolvimento das atividades, assim como avaliar o andamento dos trabalhos do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, buscando promover a transparência nas ações. Além disso, esse GT-PMSB também possui a finalidade de fazer prevalecer a construção de um PMSB dotado de um perfil participativo.

8.5.3. Descrição das atividades de mobilização social

Para a realização das atividades propostas no Plano de Mobilização Social, será realizado, como primeira ação desse plano de mobilização, um mapeamento dos segmentos e setores organizados da cidade, com o envolvimento dos diferentes segmentos da cidade (urbano e rural) e as estratégias de comunicação e mobilização popular, de modo a acionar os diversos grupos e comunidades para o processo. Além disso, serão identificadas pela Seletiva Consultoria, juntamente ao GT-PMSB, a caracterização dos grupos de atores e parceiros envolvidos, as possíveis datas de realização dos eventos e das reuniões públicas a serem realizadas e a infraestrutura disponível em cada setor de mobilização para a realização das atividades. Todas as atividades serão registradas em de ata simplificada, lista de presença e registro fotográfico.

As reuniões de mobilização Social serão desenvolvidas na área rural e sede do Município de Jequitibá, de acordo com o mapa de setorização, visando a propiciar a participação de toda a população municipal de forma centralizada, pactuadas previamente com o GT, CBH Rio das Velhas e Subcomitê, buscando a otimização de recursos e tempo na execução dos trabalhos.

De maneira geral, as reuniões de mobilização serão desenvolvidas nas seguintes fases:

a) Reunião inicial

A Reunião inicial será realizada na sede do Município de Jequitibá pela equipe técnica da Seletiva Consultoria e Projetos para apresentação do que é o PMSB e



suas respectivas etapas de elaboração. A equipe de mobilização entrará em contato com o município para agendamento da reunião inicial e para formalizá-la por meio de e-mail institucional, convocando o Prefeito e demais Secretários. Na reunião inicial, deverá ser definida a composição do Grupo de Trabalho para criação do Decreto.

b) Oficina de capacitação do Grupo de Trabalho

A capacitação será realizada em oficina com o Grupo de Trabalho nomeado por meio de decreto para tal fim, além de convidados, como: demais organizações não governamentais (ONGs), secretários, vereadores, prefeitos, organizações da sociedade civil de interesse público, associações, cooperativas, sindicatos, grupos organizados, com o intuito de apresentar o Plano de Trabalho e pactuar o Plano de Mobilização e Comunicação Social. O local, data e horários serão definidos previamente pela equipe técnica da Seletiva Consultoria, juntamente ao GT, CBH Rio das Velhas, os Subcomitê do Ribeirão Jequitibá e Agência Peixe Vivo.

c) Reuniões com o Grupo de Trabalho

Serão 05 (cinco) reuniões com o Grupo de Trabalho, que serão realizadas na sede do Município de Jequitibá, ao final da elaboração dos seguintes produtos:

Produto 1 – Plano de Trabalho, com objetivo de apresentar a metodologia de trabalho, suas estratégias de atuação e o cronograma de execução do Plano. Nesse momento, será aberto um debate entre o Grupo de Trabalho e os técnicos da Seletiva Consultoria e Projetos, com o objetivo de levantar quais as expectativas do Grupo em relação ao PMSB.

Produto 2 – Diagnóstico de Situação do Saneamento, com o objetivo de apresentar a versão preliminar do Diagnóstico e realização dos alinhamentos necessários. A reunião será realizada previamente à Primeira Audiência Pública.

Produto 3 – Prognóstico, Programas, Projetos e Ações, com o objetivo de discutir os cenários propostos para o PMSB e apresentação da versão preliminar do

Prognóstico e realização dos alinhamentos necessários. A reunião será realizada previamente à Segunda Audiência Pública.

Produto 4 - Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB e Ações para Emergências e Contingências, com o objetivo de apresentar as propostas para definir os mecanismos e indicadores de acompanhamento sistêmico da eficiência e eficácia do PMSB, instrumentos legais e ainda a programação das ações emergenciais e de contingência. A reunião será realizada previamente à aprovação do produto.

Produto 6 – Relatório Final do PMSB - Documento Síntese, com objetivo de apresentar a síntese documental do Plano Municipal de Saneamento Básico. A reunião será realizada previamente à aprovação do produto.

A equipe de mobilização ficará responsável pelo envio da convocatória ao Grupo de Trabalho, com antecedência mínima de dez dias pelo e-mail; em seguida, será realizado contato telefônico para confirmação de presença. A Seletiva Consultoria e Projetos irá prover o local com infraestrutura completa, equipamentos para as apresentações (Datashow, computadores, telas), água, café, lanche e boa ambiência térmica e sanitária para acomodar os participantes. Ao final dos eventos, serão redigidas atas das reuniões e anexadas às listas de presença.

Para uma melhor eficácia da reunião e cumprimento dos objetivos para que foi convocada, o procedimento a ser adotado será a organização do GT em uma roda, de maneira que todos os membros possam participar da discussão. A reunião irá iniciar-se com apresentação do coordenador dos trabalhos sobre as propostas para a elaboração do PMSB de acordo com cada produto, seguindo com a divisão dos membros do GT por eixos do saneamento para estimular a participação democrática e a discussão dos problemas sobre o saneamento básico do município, gerando uma rica produção de dados e uma maior reflexão das questões sugeridas para a gestão do saneamento do município.

Podem ocorrer eventuais mudanças nas datas previstas, conforme disponibilidade dos integrantes do GT e outros atores-chave, realizada previamente a aprovação do produto.



d) Oficinas participativas

Serão realizadas duas oficinas participativas no Município de Jequitibá, sendo uma durante a elaboração do Produto 2 (Diagnóstico) e outra durante a elaboração do Produto 3 (Prognóstico, Programas, Projetos e Ações) do PMSB, visando a alcançar a população da área urbana e rural do município.

1ª oficina participativa: Será realizada no processo de elaboração do Produto 2, com o intuito de informar a população sobre o PMSB, visando a uma melhor compreensão do processo de elaboração pela comunidade e oferecer um espaço aberto para discussão dos resultados e propostas apresentadas, sendo um momento de escuta, abordando a educação ambiental para os quatro eixos do saneamento básico, buscando um diagnóstico participativo da perspectiva da sociedade. A forma de planejamento coletivo e descentralizado, nas quais (oficinas) o público-alvo é ouvido e as especificidades locais levadas em consideração, busca a compreensão real do contexto a ser trabalhado e, assim, atende com maior êxito às demandas mais pujantes e atuais, além de prever as possíveis demandas, na busca de resultados mais acertados e concretos.

A oficina será aberta ao público, a divulgação será ampla, utilizando-se de todos os meios de comunicação disponíveis no município, tais como carros de som, jornais, rádios, *sites* entre outros. No intuito de sensibilizar toda a comunidade, a equipe de mobilização realizará um trabalho com atores estratégicos e demais lideranças do município, para que sejam interlocutores nesse processo, auxiliando e ampliando a divulgação da oficina, de modo a garantir um diagnóstico participativo. Para realização da oficina, a equipe de mobilização optou pelo Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), que é um método de investigação da realidade como ferramenta de Educação Ambiental que permite que a população participe da busca de soluções para os problemas que vivencia e aponte os eixos norteadores para responder a esses desafios, também estimula o debate e as possibilidades de ações de todos os grupos sociais, minimizando as diferenças entre cada um deles.



A metodologia a ser empregada no Município de Jequitibá será o Mapeamento Participativo, que é uma técnica baseada na coleta de informações levantadas por meio da percepção e conhecimento que os indivíduos, e grupos, têm do espaço onde vivem. Durante a elaboração do mapa pelos participantes, vários questionamentos deverão ser feitos sobre as potencialidades e limitações em relação ao meio ambiente, com foco nas questões relacionadas ao saneamento.

Vale ressaltar que o mais importante é permitir que a comunidade desenvolva a técnica sem muita interferência da equipe da contratada presente. Ela deve apenas fomentar a construção do mapa e o debate sobre as questões geradas pela atividade. Ressalta-se a importância da equipe de diagnóstico que deve estimular sempre a construção do mapa e o debate dos temas. Os membros da equipe devem anotar, literalmente, as informações repassadas durante o desenvolvimento da técnica.

As informações levantadas pela equipe da Seletiva Consultoria e Projetos serão consolidadas e incorporadas ao Diagnóstico de Situação do Saneamento, sendo apresentadas na primeira Audiência Pública. A Seletiva Consultoria e Projetos irá prover o local com infraestrutura completa, equipamentos para as apresentações (Datashow, computadores, telas), água, café, lanche e boa ambiência térmica e sanitária para acomodar os participantes. Ao final do evento, será redigida ata da reunião e anexada às listas de presença.

2ª oficina participativa: Será realizada no processo de elaboração do Produto 3, com o intuito de informar e construir com base nos cenários prognósticos, os programas, projetos e ações, que melhor se adaptem à realidade local e atendam às demandas sociais e dos entes envolvidos. Diante do exposto, essas oficinas serão utilizadas como instrumentos de acompanhamento, tendo como objetivo principal construir o Plano de maneira participativa junto aos públicos de maior interface com o assunto e, assim, instituir de forma pragmática o Controle Social.

A Seletiva Consultoria e Projetos irá prover o local com infraestrutura completa, equipamentos para as apresentações (Datashow, computadores, telas), água, café,



lanche e boa ambiência térmica e sanitária para acomodar os participantes. Ao final do evento, será redigida ata da reunião, a qual será anexada às listas de presença.

e) Audiências públicas

Serão realizadas duas audiências públicas que servirão para apresentar os resultados de duas etapas do trabalho, sendo:

1ª audiência pública: terá o objetivo de apresentar e validar o Diagnóstico atual dos serviços de Saneamento Básico do município, assim como escutar a população sobre os problemas do saneamento existentes no município.

Esse será o espaço para a população conhecer e opinar sobre os produtos apresentados, assim como fornecer elementos para validação ou revisão das ações propostas, como estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

2ª audiência pública: será de apresentação do Prognóstico, Programas, Projetos e Ações do PMSB. Essa audiência pública terá o objetivo de apresentar o cenário das demandas futuras e as propostas para melhorias e adequações dos serviços de saneamento básico municipal, considerando o horizonte de planejamento do PMSB.

Esse será o espaço para a população conhecer e opinar sobre os produtos apresentados, assim como fornecer elementos para validação ou revisão das ações propostas como estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

A metodologia para realização das audiências públicas será em forma de apresentação por *slides*. O Produto em questão será apresentado de forma oral e, posteriormente à apresentação, será aberto o debate do conteúdo exposto, em que os participantes terão espaço para apontar as considerações necessárias, tanto de forma oral quanto de forma escrita, por meio de formulários a serem disponibilizados pela equipe técnica da Seletiva Consultoria e Projetos no início das audiências. Todas as considerações orais serão anotadas pela equipe técnica e, se pertinentes, serão incorporadas ao Produto Final.

A equipe de mobilização ficará responsável pelo envio do Convite ao Grupo de Trabalho, Poder Público, Usuários e demais representantes da sociedade civil com

antecedência mínima de dez dias, por e-mail. A divulgação das Audiências Públicas será ampla, utilizando-se de todos os meios de comunicação disponíveis no município, tais como carros de som, jornais, rádios, *sítes*, entre outros.

A Seletiva Consultoria e Projetos irá prover o local com infraestrutura completa, equipamentos para as apresentações (Datashow, computadores, telas), água, café, lanche e boa ambiência térmica e sanitária para acomodar os participantes. Ao final dos eventos, serão redigidas atas das reuniões e anexadas às listas de presença.

f) Seminário de encerramento do PMSB

Após a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e validação por meio da participação pública, a Seletiva Consultoria e Projetos promoverá uma solenidade de entrega do Plano Municipal de Saneamento Básico para a comunidade, que contará com a participação de representantes da Prefeitura Municipal de Jequitibá, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, Agência Peixe Vivo e o Legislativo Municipal, que deverá encaminhar à Câmara Municipal o Projeto de Lei que estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico contendo os PMSBs.

A Seletiva Consultoria e Projetos irá prover o local com infraestrutura completa, equipamentos para as apresentações (Datashow, computadores, telas), água, café, lanche e boa ambiência térmica e sanitária para acomodar os participantes. O evento terá duração máxima de até 04 (quatro) horas. No local, será afixada faixa de divulgação da elaboração do Plano e, ao final do evento, será redigida ata da reunião e anexada às listas de presença. Podem ocorrer eventuais mudanças nas datas previstas, conforme disponibilidade dos integrantes do GT e de outros atores envolvidos na elaboração do PMSB.

As estratégias para a participação da população na elaboração do Plano estão pautadas na troca de informações, com foco na mobilização e na comunicação social, levando-se em consideração a extensão de cada município, assim como o público alvo a ser atingido.

A seguir, na **Tabela 14**, são apresentadas as ações e atividades da mobilização social.



Tabela 14: Descrição das Atividades de Mobilização

Atividades de Mobilização	Especificação	Objetivo	Metodologia	Recursos e instrumentos	Público alvo	Execução
Oficina de capacitação do Grupo de trabalho	Realizar oficina, com o intuito de apresentar o Plano de Trabalho e pactuar o Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação Social. Duração de 3 horas.	Propiciar ao Grupo Gestor um espaço de informação e debate sobre as etapas de elaboração do PMSB, o Plano de Trabalho e o Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação Social.	Elaborar apresentação em <i>slides</i> sobre as etapas de elaboração do PMSB, o Plano de Trabalho e o Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação Social. Contratar <i>coffee break</i> ; definir local e horário da atividade; elaborar convites virtuais e impressos e encaminhar ao público; elaborar lista de presença.	Local, convites, <i>datashow</i> , computador, lanche, lista de presença, máquina fotográfica. Divulgar o evento por meio de cartazes, faixas, rádio, carro de som, <i>sites e-mails</i> e redes sociais.	O Grupo de Trabalho nomeado por meio de decreto para tal fim, além de convidados, como: organizações não governamentais, secretários, vereadores, prefeitos, organizações da sociedade civil de interesse público, associações, cooperativas, sindicatos, grupos organizados, membros do CBH Rio das Velhas, Subcomitê e representantes Agência Peixe Vivo.	Equipe técnica da Seletiva Consultoria.

Atividades de Mobilização	Especificação	Objetivo	Metodologia	Recursos e instrumentos	Público alvo	Execução
1º Oficina Participativa	Realizar oficina participativa setorizada com o tema dos serviços públicos de saneamento, meio ambiente, saúde, educação e desenvolvimento socioeconômico. Duração de 3 horas.	Propiciar à comunidade um espaço de informação e reflexão pertinentes à relevância do PMSB para melhoria das condições do saneamento do município, além de colher informações acerca das potencialidades e fragilidades de cada setor do saneamento, em que as contribuições serão incorporadas ao Produto de Diagnóstico Técnico Participativo.	Elaborar apresentação em slides sobre o tema dos serviços públicos de saneamento, meio ambiente, saúde, educação e desenvolvimento socioeconômico; Elaboração de dinâmica pelo método Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), que é um método de investigação da realidade como ferramenta de Educação Ambiental, que permite que a população participe da busca de soluções para os problemas que vivenciam e apontem os eixos norteadores para responder a esses desafios; Contratar <i>coffee break</i> ; Definir local e horário da atividade; Elaborar convites virtuais e impressos e encaminhar ao público; Elaborar lista de presença.	Local, convites, <i>datashow</i> , computador, lanche, lista de presença, máquina fotográfica. Divulgar o evento por meio de cartazes, faixas, rádio, carro de som, <i>sites e-mails</i> e redes sociais.	População do município da área rural e urbana, membros do CBH Rio das Velhas, Subcomitê e representantes Agência Peixe Vivo.	Equipe técnica da Seletiva Consultoria.

Atividades de Mobilização	Especificação	Objetivo	Metodologia	Recursos e instrumentos	Público alvo	Execução
2ª Oficina Participativa	Realizar oficina participativa setorizada, com o intuito de construir junto à população a partir de cenários prognósticos, os programas, projetos e ações, os que melhor se adaptem à realidade local e atendam às demandas sociais e dos entes envolvidos. Duração de 3 horas.	Propiciar à comunidade um espaço de informação e reflexão pertinentes ao prognóstico, programas, projetos e ações para melhoria das condições do saneamento do município.	Elaborar apresentação em slides sobre os cenários prognósticos os programas, projetos e ações; Contratar <i>coffee break</i> ; Definir local e horário da atividade; Elaborar convites virtuais e impressos e encaminhar ao público; Elaborar lista de presença.	Local, convites, <i>data show</i> , computador, lanche, lista de presença, máquina fotográfica. Divulgar o evento por meio de cartazes, faixas, rádio, carro de som, <i>sites e-mails</i> e redes sociais.	População do município da área rural e urbana, membros do CBH Rio das Velhas, Subcomitê e representantes da Agência Peixe Vivo.	Equipe técnica da Seletiva Consultoria.
1ª Audiência Pública	Realizar conferência pública amplamente divulgada no município, pautada na apresentação do diagnóstico atual dos serviços de saneamento básico. Duração média de 3 horas.	Propiciar um espaço de diálogo organizado e transparente entre o poder público e a comunidade, visando à divulgação do diagnóstico e ao fortalecimento da participação social, com opiniões, críticas e sugestões para serem incorporadas ao Produto de Diagnóstico Técnico Participativo.	Elaborar apresentação em <i>slides</i> sobre o diagnóstico atual do saneamento do município; Contratar <i>coffee break</i> ; definir local e horário da atividade; elaborar convites virtuais e impressos e encaminhar ao público; elaborar lista de presença.	Local, convites, <i>datashow</i> , computador, lanche, lista de presença, máquina fotográfica. Divulgar o evento por meio de cartazes, faixas, rádio, carro de som, <i>sites e-mails</i> e redes sociais.	População do município da área rural e urbana, membros do CBH Rio das Velhas, Subcomitê e representantes da Agência Peixe Vivo.	Equipe técnica da Seletiva Consultoria.

Atividades de Mobilização	Especificação	Objetivo	Metodologia	Recursos e instrumentos	Público alvo	Execução
2ª Audiência Pública	Realizar conferência pública amplamente divulgada no município, pautada na divulgação dos programas e ações necessárias à efetivação das diretrizes orientadoras do PMSB. Duração média de 3 horas.	Propiciar um espaço de diálogo organizado e transparente entre o poder público e a comunidade, buscando convergências entre as propostas técnicas do PMSB e as manifestações populares manifestadas nos momentos anteriores, visando ao fortalecimento da participação social no compartilhamento da responsabilidade para a execução do PMSB.	Elaborar apresentação em <i>slides</i> sobre o tema dos programas e ações necessárias à efetivação das diretrizes orientadoras do PMSB; contratar <i>coffee break</i> ; definir local e horário da atividade; elaborar convites virtuais e impressos e encaminhar ao público; elaborar lista de presença.	Local, convites, <i>datashow</i> , computador, lanche, lista de presença, máquina fotográfica. Divulgar o evento por meio de cartazes, faixas, rádio, carro de som, <i>sites e-mails</i> e redes sociais.	População do município da área rural e urbana, membros do CBH Rio das Velhas, Subcomitê e representantes da Agência Peixe Vivo.	Equipe técnica da Seletiva Consultoria.
Seminário de Encerramento	Realizar um evento público no município, pautado na conquista e entrega do PMSB. Duração média de 3 horas.	Promover uma solenidade de entrega do Plano Municipal de Saneamento Básico para a população.	Elaborar uma programação cultural e festiva com temas locais; elaborar apresentação em <i>slides</i> sobre PMSB; contratar <i>coffee break</i> ; definir local e horário do evento; elaborar e encaminhar convites às autoridades locais; elaborar lista de presença.	Local, convites, <i>data show</i> , computador, lanche, lista de presença, máquina fotográfica. Convidar toda a comunidade para o evento por meio de cartazes, faixas, rádio, carro de som, <i>sites e-mails</i> e redes sociais.	População do município da área rural e urbana, membros do CBH Rio das Velhas, Subcomitê e representantes da Agência Peixe Vivo.	Equipe técnica da Seletiva Consultoria.

Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos, 2019



8.5.4. Cronograma de eventos

Tabela 15: Cronograma das Atividades de Mobilização

CALENDÁRIOS DE EVENTOS PMSB				
EVENTO	FASE	OBJETIVOS	DATA (Jequitibá)	Local
Reunião Inicial	Produto 1	Apresentação da Seletiva Consultoria	22/01/2019	Prefeitura Municipal
Reunião com GT	Produto 1	Apresentar o Plano de Trabalho a metodologia e estratégias de Mobilização e Comunicação	06/02/2019	Câmara Municipal
Oficina de Capacitação do Grupo de trabalho	Produto 2	Capacitar o Grupo Trabalho sobre a elaboração do PMSB.	22/02/2019	Câmara Municipal
1ª Oficina Participativa	Produto 2	Intuito de informar a população sobre o PMSB e oferecer um espaço aberto para discussão.	25,26 e 27/03/2019	Câmara Municipal, Conselhos, Postos de Saúde ou Associações de Bairros
Reunião com GT	Produto 2	Apresentar a versão preliminar do Diagnóstico de Situação do Saneamento.	05/04/2019	Câmara Municipal
1ª Audiência Pública	Produto 2	Apresentar e validar o Diagnóstico atual dos serviços de Saneamento Básico do município e escutar a população sobre os problemas do saneamento existente no município.	10/04/2019	Câmara Municipal
2ª Oficina Participativa	Produto 3	Intuito de informar e construir a partir dos cenários, prognósticos, programas, projetos e ações.	13,14 e 15/06/2019	Câmara Municipal, Conselhos, Postos de Saúde ou Associações de Bairros
Reunião com GT	Produto 3	Apresentar a versão preliminar do Prognóstico, Programas, Projetos e Ações e realização dos alinhamentos necessários.	20/06/2019	Câmara Municipal
2ª Audiência Pública	Produto 3	Apresentar o cenário das demandas futuras, e as propostas para melhorias e adequações dos serviços de saneamento básico.	25/06/2019	Câmara Municipal
Reunião com GT	Produto 4	Apresentar as propostas para definir os Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB e Ações para Emergências e Contingências.	10/10/2019	Câmara Municipal
Reunião com GT	Produto 6	Apresentar a Relatório Final do PMSB - Documento Síntese.	15/11/2019	Câmara Municipal
Seminário de Encerramento		Solenidade de entrega do PMSB	27/11/2019	Câmara Municipal

Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos, 2019

8.6. Programa de Comunicação Social

O Programa de Comunicação Social – PCS visa à ampla divulgação para a disseminação das informações sobre a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos,



objetivando a participação efetiva da comunidade, por meio de canais de comunicação, a difusão e discussão das premissas do PMSB, em que serão identificadas e incorporadas proposições de lideranças e entidades locais que atuarão na construção conjunta de mecanismos efetivos na questão do saneamento ambiental.

8.6.1. Instrumentos e estratégias de divulgação

Os estímulos à participação da população serão implementados de forma integrada e articulada com os outros eventos no município, sobretudo com as agendas de atividades do CBH Rio das Velhas, Subcomitê, Agência Peixe Vivo e Prefeitura.

No decorrer da elaboração do PMSB, serão criadas diversas peças gráficas com o intuito de comunicar e divulgar à população o seu andamento. Além disso, esses materiais terão conteúdos com linguagem adequada a cada público e a cada momento, considerando sempre a realidade municipal e a fase de elaboração do respectivo Plano.

Será mantido o mesmo *layout* em todas as peças para garantir a identidade visual do PMSB de forma que eles sejam facilmente reconhecidos pela comunidade. Elas serão utilizadas não apenas para informar, mas também para auxiliar na participação da comunidade e para validação dos produtos elaborados.

Para impulsionar o processo de inserção da sociedade nas discussões sobre saneamento básico, serão indicados ao Município de Jequitibá instrumentos de comunicação social que serão elaborados pela Seletiva Consultoria, que apresentem e divulguem o projeto, os trabalhos previstos e, principalmente, os benefícios ambientais provenientes da sua execução. Os materiais irão conter informações sobre o projeto a ser exposto em todas as reuniões e eventos, relacionados às atividades de mobilização social, sendo previamente aprovados pela Agência Peixe Vivo para posterior impressão e veiculação.

Serão desenvolvidos instrumentos de divulgação compostos por cartazes, *folders*, carros de som, propaganda em jornal regional (se houver), propaganda em rádios



comunitárias (se houver), redes sociais e propaganda na internet em *site* da Prefeitura de Jequitibá, CBH Rio das Velhas e Agência Peixe Vivo, para exposição de informações e convites para eventos, dentre outros. Os locais de distribuição dos materiais impressos serão definidos pela equipe de mobilização, juntamente com o Grupo de Trabalho, visando a atingir toda a comunidade.

Os materiais serão destinados às comunidades locais, escolas, proprietários de terras, cooperativas, associações, gestores públicos municipais e demais atores envolvidos com o projeto. Apresentarão informações sobre as etapas do PMSB em linguagem acessível e transparente, democratizando o acesso à informação. Dessa forma, propõe-se como conteúdo mínimo do material de divulgação:

8.6.2. Ferramentas comunicacionais

As ferramentas comunicacionais previstas são diversas, terão conteúdos e linguagem adequados a cada público e a cada momento, considerando sempre a realidade municipal e a fase de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Essas ferramentas apresentarão *layouts* planejados para que se crie uma identidade visual do PMSB e do PGIRS, de forma que estes sejam facilmente reconhecidos pela comunidade. Elas serão utilizadas não apenas para informar, mas também para auxiliar na participação da comunidade e para validação dos produtos elaborados. Dessa forma, propõe-se como conteúdo mínimo do material de divulgação:

- a) **Convites:** Serão confeccionados com a logomarca do CBH Rio das Velhas, Subcomitê, Agência Peixe Vivo e do município, além de conter a programação do evento, local, data e horário, objetivando convidar as autoridades municipais, além de secretários do executivo, presidente da câmara municipal, presidentes das associações de bairros, representantes dos conselhos comunitários, lideranças locais, diretoras de escolas públicas e privadas, assim como gestores dos serviços de água e esgoto e líderes comunitários que providenciarão o repasse da informação em suas respectivas áreas de atuação.



- b) Cartazes:** Serão confeccionados com a logomarca do CBH Rio das Velhas, Subcomitê, Agência Peixe Vivo e do município, objetivando divulgar todos os eventos, além de esclarecer o que é o PMSB, os quatro eixos do Saneamento: Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos Urbanos e Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas e, principalmente, serão afixados em pontos estratégicos do município, como áreas comerciais, prédios de instituições públicas, associações de bairros, escolas de áreas urbanas, dentre outros.
- c) Folders:** Serão confeccionados com a logomarca do CBH Rio das Velhas, Subcomitê, Agência Peixe Vivo e do município, objetivando apresentar o que é o PMSB, a cobrança pelo uso da água como fonte de recursos para elaboração do PMSB, apresentar o Comitê, além da importância e dos benefícios do saneamento para a população e também a importância da participação social em todo o processo para a construção do PMSB. Esses materiais serão distribuídos pelos agentes de saúde nas visitas às residências e disponibilizados nas oficinas participativas, escolas, locais de grande circulação e espaços que promovam a discussão em torno do tema, assim como encaminhados por mensagens pelo *WhatsApp* e por *e-mail*.
- d) Faixas:** Serão confeccionadas faixas com as logomarcas do CBH Rio das Velhas, Subcomitê, Agência Peixe Vivo e do município, nome do evento, local, data e horário, objetivando divulgar os eventos e garantir um acesso mais rápido da população. Esses materiais serão afixados em pontos estratégicos da cidade.
- e) Carros de som:** Será desenvolvido pela empresa contratada um *spot* de rádio a ser utilizado nos municípios, divulgando os eventos a serem realizados durante a elaboração do PMSB.
- f) Site da Prefeitura e do CBH Rio das Velhas e Subcomitê:** Os sites funcionarão como ferramenta comunicacional que tem como alvo todos os públicos. Essa ferramenta será utilizada não apenas para que a comunidade



possa acompanhar a elaboração, revisão e adequação do PMSB, mas também para acompanhar os produtos, realizar consultas e sanar dúvidas. Visando a criar um canal de interlocução permanente e facilitar o acesso do público em geral às informações sempre atualizadas sobre o PMSB, os processos de elaboração, revisão e adequação do Plano estarão disponibilizados em um link no site da Seletiva Consultoria e Projetos e da Prefeitura Municipal. No site da prefeitura, o link deverá conter também um espaço estruturado para recebimento de dúvidas, comentários, críticas, elogios, etc. Esse espaço deverá ser de livre acesso, mediante pequeno cadastramento para retorno do contato feito. A prefeitura deverá disponibilizar pessoal para providenciar o recebimento do contato e encaminhamento para a Seletiva Consultoria responsável pela elaboração da resposta para o solicitante da informação. Quando a dúvida ou sugestão não for referente ao cenário de elaboração do PMSB, a demanda será encaminhada imediatamente ao GT-PMSB, para que ele administre suas ações. A estrutura organizacional dentro do site, bem como seu *layout*, deverá ser definida pelos responsáveis pelo domínio na prefeitura, em conjunto com o Comitê de Bacias Hidrográficas e a empresa Seletiva Consultoria. Esse *link* deverá estar de acordo com o *layout* das demais ferramentas informativas, visando à criação de uma identidade visual dos PMSB.

- g) Ouvidoria/ Linha Direta:** Visando a um canal de contato para a população que não tem acesso à internet, prevê-se a implantação de uma linha direta, por meio de linha telefônica específica para esse fim, que funcionará em dias úteis, a partir do segundo mês do início do contrato, para que a população possa apresentar suas demandas no que concerne ao saneamento básico e informar sobre as etapas de elaboração do PMSB, ou apresentar sugestões. A chamada será cadastrada com nome, telefone e endereço do demandante e direcionada a um ouvidor a ser contratado pela Seletiva Consultoria e Projetos que providenciará a resposta e retornará para o solicitante com esclarecimentos claros e objetivos.



h) Criação de página virtual em rede social: Será criada uma página no *Facebook* (<https://www.facebook.com/PMSB-JEQUITIBÁ>), que permitirá a ampla divulgação e transparência das etapas de elaboração do PMSB, tendo como objetivo atingir públicos diversos, principalmente jovens e adolescentes em idade escolar e acadêmica. Durante a elaboração do PMSB, o domínio e a administração da página ficarão a cargo da Seletiva Consultoria que, após o encerramento da elaboração do plano, passará o domínio, administração e senhas para a Prefeitura Municipal.

Além da página do *Facebook*, serão utilizados informativos e convites que serão encaminhados por meio do aplicativo telefônico *WhatsApp*. Tais materiais serão encaminhados para os membros do GT-PMSB, gestores municipais e participantes das atividades de mobilização que preencheram seus contatos telefônicos nas listas de presença das atividades anteriores.

i) Rádio e mídia impressa: Poderão ser utilizados rádios comunitários para convidar a população a participar dos eventos de mobilização, bem como para comunicar sobre o andamento das demais atividades do Plano de Saneamento, uma vez que essa também foi uma ferramenta citada como eficaz durante reunião com os gestores municipais.

8.6.3. Quantificação dos recursos a serem utilizados para divulgação do PMSB

A seguir, são apresentadas as fichas de escolhas técnicas propostas pela Seletiva Consultoria e Projetos para a divulgação dos eventos para elaboração do PMSB, especificando os recursos a serem utilizados na mobilização, assim como os quantitativos necessários, podendo sofrer alterações de acordo com a demanda do trabalho (**Tabela 16, Tabela 17, Tabela 18 e Tabela 19**)



Tabela 16: Ficha de Recursos a serem utilizados para Divulgação da Oficina Participativa para elaboração do PMSB

OFICINA PARTICIPATIVA PARA ELABORAÇÃO DO PMSB		
Data do início da divulgação: a definir		Data do término da divulgação: a definir
Recursos a serem utilizados	Quantitativos sugeridos	Custos estimados R\$
1. Cartazes	50	R\$ 200,00
2. Carro de Som	5 dias antecedentes à data do evento (sede e distrito) 1 h/dia.	R\$ 500,00
3. Convites Impressos	200	R\$ 200,00
4. Folders	100	R\$ 100,00
5. Faixas	05	R\$ 500,00
6. Propaganda na rádio local	1 Semana antecedente à data do evento (sede e distrito) 3 inserções ao dia.	R\$ 1.200,00
7. Redes Sociais	<i>Facebook, Whatsapp e Instagram</i>	-
8. Propagandas na internet em site da Prefeitura e do CBH Velhas, Agência Peixe Vivo e-mails e mídias sociais.	Prefeitura, CBH Velhas, Agência Peixe Vivo e demais sítios eletrônicos de parceiros interessados, e-mails e mídias sociais.	-

Débora Oliveira Queiroz

Coordenadora dos Trabalhos de Mobilização

Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos (2019)



Tabela 17: Ficha de Recursos a serem utilizados para Divulgação da 1ª Audiência Pública para apresentação do diagnóstico atual do Saneamento do município

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO ATUAL DO SANEAMENTO DO MUNICÍPIO		
Data do início da divulgação: a definir		
Data do término da divulgação: a definir		
Recursos a serem utilizados	Quantitativos sugeridos	Custos estimados R\$
1. Cartazes	50	R\$ 200,00
2. Carro de Som	5 dias antecedentes à data do evento (sede e distrito) 1 h/dia.	R\$ 500,00
3. Convites Impressos	200	R\$ 200,00
4. Folders	100	R\$ 100,00
5. Faixas	05	R\$ 500,00
6. Propaganda na rádio local	1 Semana antecedente à data do evento (sede e distrito) 3 inserções ao dia.	R\$ 1.200,00
7. Redes Sociais	Facebook, Whatsapp e Instagram	-
8. Propagandas na internet em site da Prefeitura e do CBH Velhas, Agência Peixe Vivo e-mails e mídias sociais.	Prefeitura, CBH Velhas, Agência Peixe Vivo e demais sítios eletrônicos de parceiros interessados, e-mails e mídias sociais.	-

Débora Oliveira Queiroz

Coordenadora dos Trabalhos de Mobilização

Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos, 2019

Tabela 18: Ficha de Recursos a serem utilizados para Divulgação da 2ª Audiência Pública para apresentação do Prognóstico, Programas, Projetos e Ações do PMSB

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO PROGNÓSTICO, PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES DO PMSB

Data do início da divulgação: a definir

Data do término da divulgação: a definir

Recursos a serem utilizados	Quantitativos sugeridos	Custos estimados R\$
1. Cartazes	50	R\$ 200,00
2. Carro de Som	5 dias antecedentes à data do evento (sede e distrito) 1 h/dia.	R\$ 500,00
3. Convites Impressos	200	R\$ 200,00
4. Folders	100	R\$ 100,00
5. Faixas	05	R\$ 500,00
6. Propaganda na rádio local	1 Semana antecedente à data do evento (sede e distrito) 3 inserções ao dia.	R\$ 1.200,00
7. Redes Sociais	Facebook, Whatsapp e Instagram	-
8. Propagandas na internet em site da Prefeitura e do CBH Velhas, Agência Peixe Vivo e-mails e mídias sociais.	Prefeitura, CBH Velhas, Agência Peixe Vivo e demais sítios eletrônicos de parceiros interessados, e-mails e mídias sociais.	-

 Débora Oliveira Queiroz

 Coordenadora dos Trabalhos de Mobilização

Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos, 2019



Tabela 19: Ficha de Recursos a serem Utilizados para Divulgação da Solenidade de Encerramento do PMSB

SOLENIDADE DE ENCERRAMENTO DO PMSB		
Data do início da divulgação: a definir		
Data do término da divulgação: a definir		
Recursos a serem utilizados	Quantitativos sugeridos	Custos estimados R\$
1. Cartazes	50	R\$ 200,00
2. Carro de Som	5 dias antecedentes à data do evento (sede e distrito) 1 h/dia.	R\$ 500,00
3. Convites Impressos	200	R\$ 200,00
4. Folders	100	R\$ 100,00
5. Faixas	05	R\$ 500,00
6. Propaganda na rádio local	1 Semana antecedente à data do evento (sede e distrito) 3 inserções ao dia.	R\$ 1.200,00
7. Redes Sociais	Facebook, Whatsapp e Instagram	-
8. Propagandas na internet em site da Prefeitura e do CBH Velhas, Agência Peixe Vivo e-mails e mídias sociais.	Prefeitura, CBH Velhas, Agência Peixe Vivo e demais sítios eletrônicos de parceiros interessados, e-mails e mídias sociais.	-

Débora Oliveira Queiroz

Coordenadora dos Trabalhos de Mobilização

Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos, 2019

8.6.4. Materiais de divulgação

A seguir, são apresentados os modelos das mídias a serem utilizadas para divulgação dos eventos.



a) FOLDERS

Frente

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH das Velhas e Subcomitês

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Velhas - foi instituído em 1998 por meio de Decreto Estadual 39.692. O comitê é composto por 28 membros titulares e 28 membros suplentes, de forma paritária entre Poder Público Estadual, Poder Público Municipal, Usuários de recursos hídricos e Sociedade Civil Organizada.

O Comitê tem por finalidade: "promover, no âmbito da gestão de recursos hídricos, a viabilização técnica e econômico-financeira de programa de investimento e consolidação da política de estruturação urbana e regional, visando ao desenvolvimento sustentado da Bacia". Ou seja, visa promover políticas públicas para melhor estruturação dos municípios que integram a Bacia do Rio das Velhas.

Em um desdobramento do Comitê, foram criados os Subcomitês de Bacias Hidrográficas (SCBH), descentralizando e facilitando as ações e articulação em suas repetitivas áreas de abrangência.

Os SCBHs se mantêm como articuladores sociais e exercem suas finalidades promovendo diversas ações, como intervenções em projetos, ações jurídicas, captação de recursos, seminários, entre outras.

Essas ações podem ser consultadas sobre conflitos referentes aos recursos hídricos e, também, podem levar ao conhecimento do CBH Rio das Velhas e dos órgãos e entidades competentes os problemas ambientais porventura constatados em sua sub-bacia.

Participe!

O PMSB do seu município está em fase de elaboração e sua contribuição é muito importante. Esse plano foi contratado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Velhas), viabilizado pelos recursos da cobrança pelo uso da água nesta Bacia, visando a melhorias nos aspectos ambientais e sociais na bacia. Por isso, participe relatando as dificuldades enfrentadas e exigindo, posteriormente, que as ações propostas durante o plano sejam implantadas.

Participe dos eventos e contribua também com sugestões por meio dos canais de participação:

Telefone: (31) 3771-6074
 Whatsapp (31) 99498-1575
 Email: seletivaconsultoria.pmsb@gmail.com

Facebook: www.facebook.com/pmsb
 Acesse nossos produtos no site:
www.cbhvelhas.org.br

Faça sua parte!

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



REALIZAÇÃO





ACESSE NOSSO PORTAL E REDES SOCIAIS

cbhvelhas.org.br

[/cbhriodasvelhas](https://www.facebook.com/cbhriodasvelhas)

Verso


Diretrizes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH

Seguindo as orientações da Lei Federal nº 11.445/2007 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, o município mineiro de Jequitibá, localizado na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, está elaborando o **PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO**, que apresentará um conjunto de estudos para averiguar e propor soluções para os problemas de saneamento básico. **O estudo abordará quatro temas:** água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais.


A Lei Federal nº 11.445/2007 prevê que todo município deve ter um Plano Municipal de Saneamento Básico com vistas a buscar melhorias em áreas como: abastecimento de água potável, manejo de água pluvial, resíduos sólidos, coleta, tratamento de esgoto e limpeza urbana.

O CBH Velhas decidiu pelo investimento de recursos na elaboração desses planos para minimização dos impactos ambientais decorrentes da deficiência em saneamento básico, visando à melhoria tanto da quantidade quanto da qualidade das águas da Bacia do Rio das Velhas.


Melhorias propostas pelo Plano de Saneamento Básico (PMSB):




ACESSO DE ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE ADEQUADA.



ESGOTO TRATADO, MINIMIZANDO A CONTAMINAÇÃO DOS CURSOS DE ÁGUA.



O LIXO REDUZIDO E DISPOSTO ADEQUADAMENTE.



ÁGUA DRENADA PARA EVITAR INUNDAÇÕES.

Curiosidade!

- 1 – O esgoto sanitário sem tratamento e disposição inadequada contamina corpos d'água (rios, riachos, lagos, entre outros).
- 2 – Depósitos de resíduos sólidos em locais e condições inadequadas podem contaminar as áreas de mananciais, prejudicar a captação e demais usos da água, favorecer a ocorrência de enchentes por obstruir as redes de drenagem, além de promover a proliferação de vetores.
- 3 – As inundações, por sua vez, podem interromper o funcionamento do sistema de abastecimento de água, acarretar a disseminação de doenças e desalojar famílias.

O que é Saneamento Básico?

É o conjunto dos serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais. Para garantir saúde e qualidade de vida é necessário que a infraestrutura de saneamento básico acompanhe continuamente as necessidades da população.

O que é o Plano de Saneamento Básico (PMSB)?

PMSB é um documento de planejamento para futura elaboração de projetos e execução de serviços e obras relacionados ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem das águas de chuva. É um instrumento que define critérios, parâmetros, metas e ações para atendimento dos objetivos propostos na área do saneamento básico.

b) BANNER

EXECUÇÃO APOIO TÉCNICO APOIO INSTITUCIONAL REALIZAÇÃO

PMSB

Plano Municipal de Saneamento Básico

O processo de elaboração do PMSB requer a participação de toda a sociedade! Por meio de sua participação é possível exercer o Controle Social, e dessa forma fomentar a universalização dos serviços públicos de saneamento básico, com eficiência, qualidade e quantidade necessárias ao bem estar social. Sua presença é essencial e pode contribuir na promoção da segurança hídrica, prevenção de doenças, redução das desigualdades sociais, e ainda auxiliar na preservação ambiental, na redução de acidentes ambientais e no desenvolvimento sustentável de seu município.

Venha participar, contribuir e decidir sobre os rumos do saneamento básico no Município de Jequitibá!

Participe!
Telefone: (31) 3771-6074
Whatsapp (31) 99498-1575
Email: seletivaconsultoria.pmsb@gmail.com
Facebook: www.facebook.com/pmsb

ACESSE NOSSO PORTAL E REDES SOCIAIS
cbhvelhas.org.br
 /cbhriodasvelhas



c) CARTAZ

CBH Rio das Velhas
 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

PMSB

Plano Municipal de Saneamento Básico

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, a Agência Peixe Vivo e a Prefeitura do Município de Jequitibá convidam a todos para:

1ª CONFERÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ

DATA	HORÁRIO	ENDEREÇO
XXXXXX	XXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Participe!

Telefone: (31) 3771-6074
 Whatsapp (31) 99498-1575
 Email: seletivaconsultoria.pmsb@gmail.com
 Facebook: www.facebook.com/pmsb

ACESSE NOSSO PORTAL E REDES SOCIAIS
cbhvelhas.org.br
 f /cbhriodasvelhas

EXECUÇÃO: SELETIVA CONSULTORIA E PROJETOS LTDA. ME

APOIO TÉCNICO: AGENCIA PEIXE VIVO

APOIO INSTITUCIONAL: Prefeitura Municipal de Jequitibá

REALIZAÇÃO: CBH Rio das Velhas

d) MODELO DE CONVITE

CONVITE

EXECUÇÃO: SELETIVA
 APOIO TÉCNICO: peixe vivo
 APOIO INSTITUCIONAL: Prefeitura Municipal de Jequitibá
 REALIZAÇÃO: CBH Rio das Velhas

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Velhas, a Agência Peixe Vivo, a Seletiva Consultoria e Projetos LTDA e a prefeitura do município de Jequitibá convidam para participar do **1º Encontro do Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB do Município de Jequitibá**, momento em que será apresentado e discutido o Produto 1 – Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB.

VENHA PARTICIPAR CONOSCO!

DATA	HORÁRIO	ENDEREÇO
06.02.2019	09:00	Câmara Municipal de Jequitibá Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 168, Centro, Jequitibá

Telefone cbhvelhas- (31) 3222-8350
 Acesse nosso portal e redes sociais: cbhvelhas.org.br
 @cbhriodasvelhas

e) TEXTOS PARA CARRO DE SOM E SPOT DE RÁDIO

“O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e o Subcomitê do Ribeirão Jequitibá, por meio da Prefeitura Municipal de Jequitibá, convidam a população para participar da Audiência Pública a ser realizada no dia XXXXXX de fevereiro, às XXXXXX horas, na XXXXXXXXXXXXXXXX. A Audiência tem como objetivo a divulgação do diagnóstico da situação do saneamento no município e o fortalecimento da participação social.

Participe!”



f) FAIXA

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH Velhas, a Agência Peixe Vivo, a Seletiva Consultoria e Projetos Ltda e a Prefeitura do Município de Jequitibá convidam a população para participar da 1ª Audiência Pública sobre Plano Municipal de Saneamento Básico de Jequitibá, a realizar-se no dia XX/XX/2019, às XXh00min no XXXXXXXXXXXXX em Jequitibá/MG.

g) REDE SOCIAL (FACEBOOK)

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH Velhas, a Agência Peixe Vivo, a Seletiva Consultoria e Projetos Ltda e a Prefeitura do Município de Jequitibá convidam a população para participar da **1ª Audiência Pública sobre Plano Municipal de Saneamento Básico** de Jequitibá, para divulgação e discussão do Diagnóstico Atual do Saneamento Básico do Município que será realizado no dia XX/XX/2019, às XXh00min, no XXXXXXXXXXXXX, em Jequitibá/MG.

O Plano Municipal de Saneamento Básico é um instrumento de gestão democrático pautado na participação da sociedade, tendo como principal objetivo garantir à população melhoria da salubridade ambiental e promover a universalização dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e limpeza urbana.

Sua participação é muito importante!

8.7. Fluxograma das Atividades de Mobilização Social

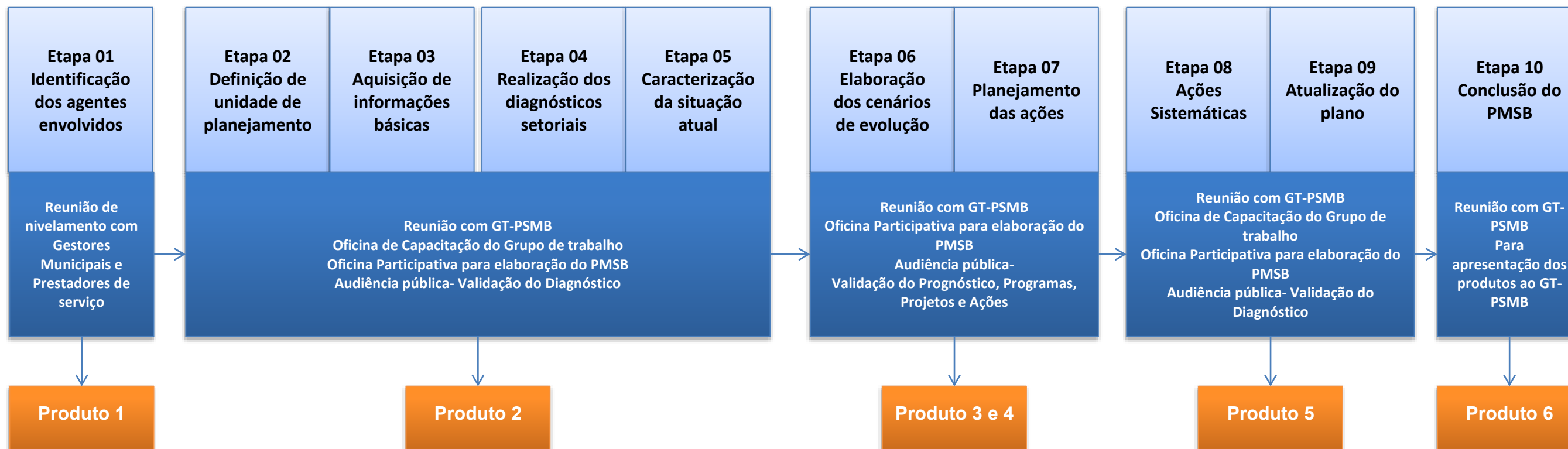


Figura 20: Fluxograma das Atividades de Mobilização Social
 Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos, 2019

8.8. Atividades Realizadas

8.8.1. 1ª reunião entre a Prefeitura Municipal de Jequitibá e a Seletiva Consultoria e Projetos Ltda.

Local: Prefeitura Municipal de Jequitibá – MG

Horário: 9 horas

Data: 24 de janeiro de 2019

ATA DA 1ª REUNIÃO

No dia 22 de Janeiro de 2019, às 14:00h, na sede da Prefeitura Municipal de Jequitibá, localizada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 168, bairro Centro no Município de Jequitibá, foi realizada a 1ª Reunião com a Prefeitura Municipal para Elaboração do Produto 1 – Plano de Trabalho, Programa de Mobilização e Programa de Comunicação Social, parte integrante do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município. Estiveram presentes na Reunião a Coordenadora da empresa Seletiva Consultoria e Projetos Ltda., Eng^a. Vera Lúcia de Abreu Vilela e a representante da prefeitura, a Sra. Poliana Aparecida Valgas Carvalho – Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Urbano e Rural. Na oportunidade, a Eng^a. Civil e Sanitarista /coordenadora Vera Lúcia de Abreu Vilela apresentou a empresa Seletiva Consultoria e Projetos Ltda. e realizou entrevista com a representante da Prefeitura Municipal, a fim de obter dados essenciais sobre a situação atual do saneamento no Município de Jequitibá, para fundamentação do Plano de Trabalho. Foi informado, pela engenheira, que caberá ao município a formação do Grupo de Trabalho (GT) a ser instituído pelo município por meio de decreto municipal e que a prefeitura deverá informar o local para a próxima reunião, onde será apresentado o GT e apresentada a setorização do território municipal para a realização da mobilização da sociedade. Na oportunidade, foi realizada uma breve visita em campo, onde se pode montar um arquivo fotográfico referente aos quatro eixos do saneamento. Não havendo mais nenhuma questão a tratar, foi lavrada a presente ata.





Figura 21: 1ª Reunião entre a Prefeitura Municipal de Jequitibá e a Seletiva Consultoria e Projetos Ltda

Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos, 2019

8.8.2. 1ª reunião com o Grupo de Trabalho do PMSB de Jequitibá

Local: Câmara Municipal, localizada na Avenida Raimundo Ribeiro, nº 168, Centro, Jequitibá - MG

Data: 6 de fevereiro de 2019

Horário: 9 horas

Objetivo: Apresentação do Produto 1 – Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação Social do PMSB

Descrição das atividades:

- Apresentação da Empresa Seletiva Consultoria e Projetos Ltda.
- Apresentação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas
- Apresentação da Agência Peixe Vivo
- Apresentação da Proposta Metodológica do Plano de Trabalho a ser empregada na elaboração do PMSB de Jequitibá

Desenvolvimento:

No dia 6 de fevereiro de 2019, foi realizada 1ª Reunião do Grupo de Trabalho -GT do PMSB do Município de Jequitibá e a empresa Seletiva Consultoria e Projetos Ltda. O GT foi constituído pelo de decreto municipal (**ANEXO I**) para atuar no acompanhamento dos trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do município, composto por representantes do poder público municipal, representantes do poder legislativo, dos prestadores de serviços de saneamento municipal, representantes da sociedade civil organizada e a empresa Seletiva Consultoria e Projetos Ltda, conforme consta na lista de presença apresentada (**ANEXO II**).

Essa reunião foi realizada com o objetivo de nivelar informações gerais sobre o Plano de Saneamento Básico e apresentar aos membros do GT as diretrizes metodológicas a serem adotadas pela empresa para o desenvolvimento dos trabalhos ao longo dos próximos 10 meses, além das ações de mobilização e comunicação social a serem executadas visando à efetiva participação social no processo.

As atividades foram conduzidas pela equipe técnica da Seletiva Consultoria e Projetos Ltda., que apresentou por meio de slides (**ANEXO III**) a empresa Seletiva, a metodologia dos trabalhos, a composição do Grupo de Trabalho, o funcionamento do Comitê CBH Rio das Velhas e Subcomitê, Agência Peixe Vivo, os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, além da proposta de setorização do território municipal para a realização da mobilização da sociedade e o cronograma de eventos (





Figura 22).

Ressaltou-se a metodologia de elaboração do Produto 1 – Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação, esclarecendo que no seu escopo estão delineados os procedimentos, estratégias técnicas e os mecanismos de divulgação, gerenciais e logísticas que serão utilizadas pela Seletiva Consultoria e Projetos ao longo do projeto.

Houve participação efetiva do grupo de trabalho, o que resultou em definições de ações importantes para o desenvolvimento das atividades:

Foram definidas: (i) setorizações para as atividades dos técnicos da Mobilização Social;(ii) data para a realização da capacitação do Grupo de Trabalho, a ser realizada no dia 22 de fevereiro de 2019, às 9h30 na Câmara Municipal (iii) definição dos meios de comunicação entre o grupo por meio de *e-mails* e *WhatsApp*.



Figura 22: 1ª Reunião com Grupo de Trabalho PMSB Jequitibá
Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos, 2019

9. ORGANOGRAMA DA EQUIPE TÉCNICA

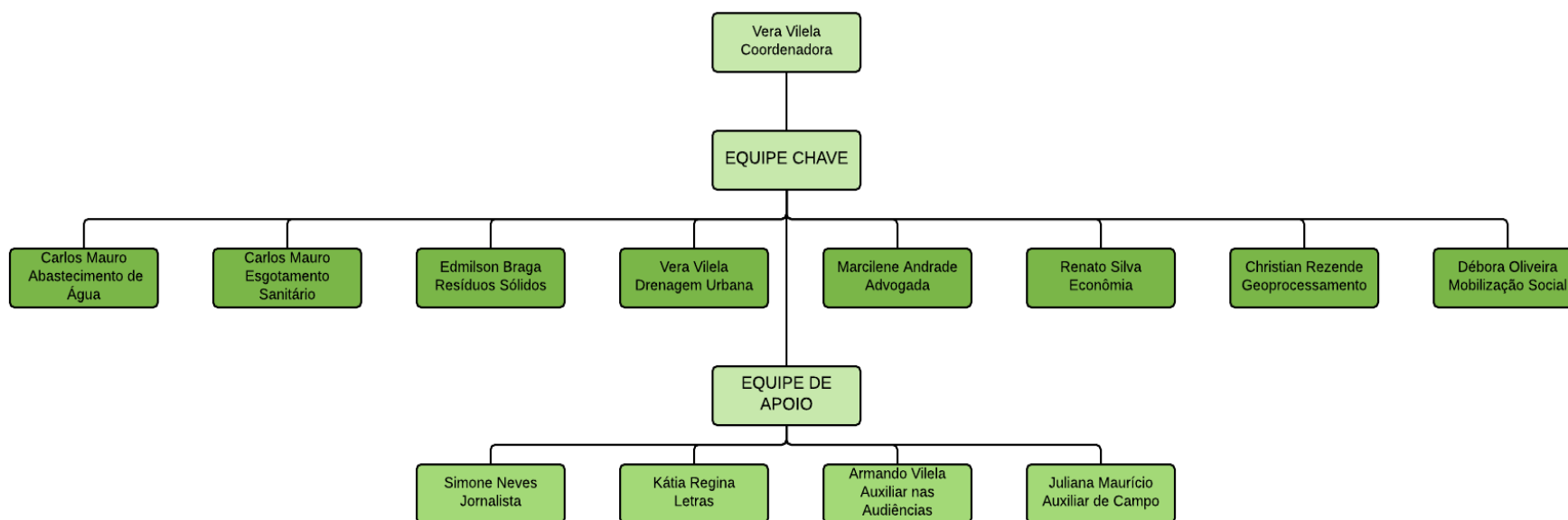


Figura 23: Organograma da Equipe Técnica
Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos, 2019

10. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

O planejamento relacionado ao cronograma refere-se à disposição de atividades em função do tempo que levará para que todas as etapas do processo de elaboração do PMSB sejam concluídas. Na **Figura 24** está o cronograma do PMSB proposto pela empresa Seletiva Consultoria e Projetos.



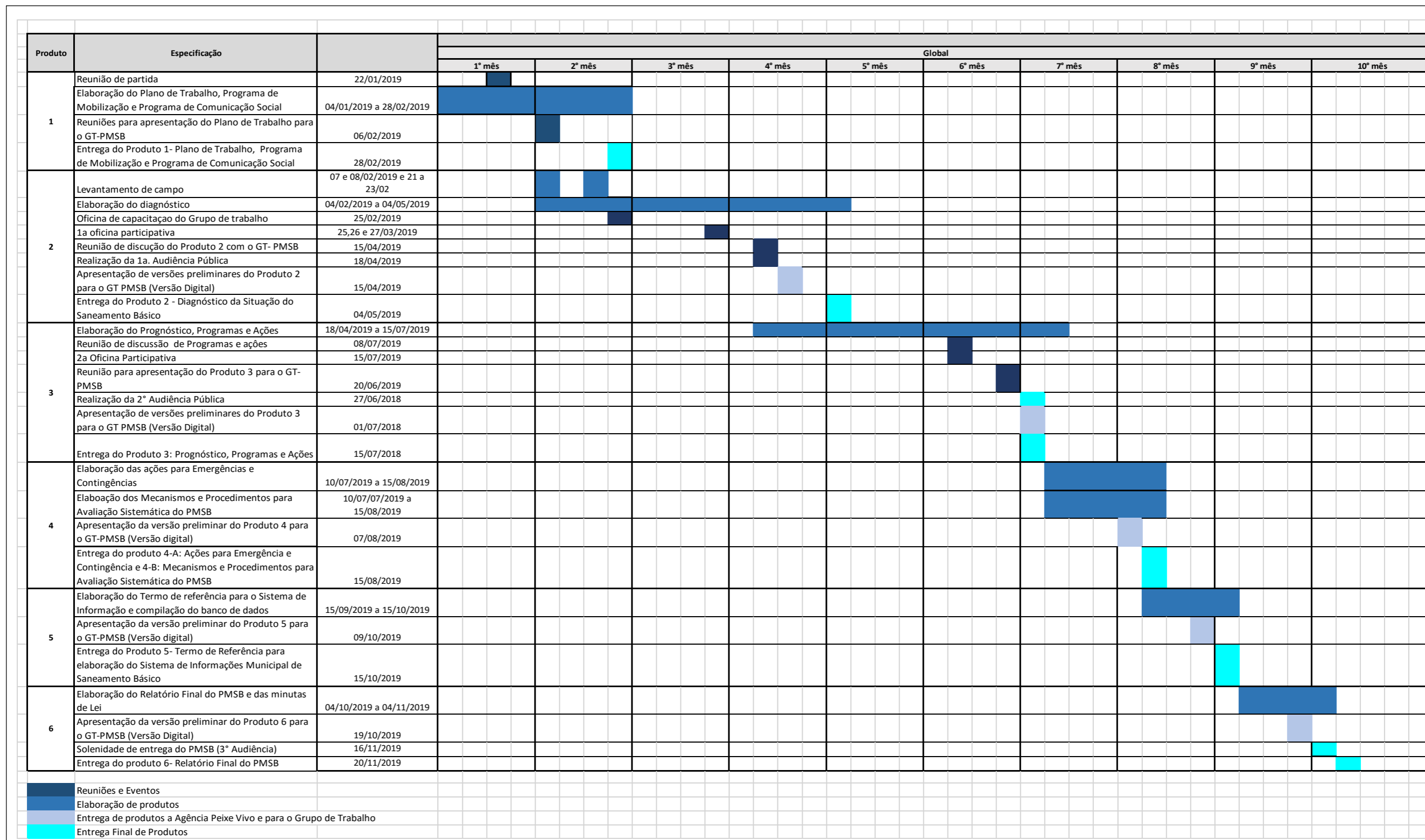


Figura 24: Cronograma de Atividades – Município de Jequitibá
 Fonte: Seletiva Consultoria e Projetos, 2019

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente documento, retratou-se o Plano de Trabalho, o Programa de Mobilização e o Programa de Comunicação Social para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Jequitibá.

O Plano de Trabalho apresentou o planejamento das atividades, ações e metodologias a serem aplicadas no decorrer do PMSB e será o norteador para o desenvolvimento das atividades propostas e previstas. O Programa de Mobilização e o Programa de Comunicação Social apresentaram as propostas para envolver a população local nas atividades de elaboração do PMSB.

A partir dos planejamentos propostos, espera-se que a elaboração do PMSB de Jequitibá se dê de forma justa e conciliada, a fim de aperfeiçoar a aplicação de recursos, atendendo aos preceitos apresentados no Termo de Referência da Agência de Bacias Peixe Vivo – Ato Convocatório 001/2018.



12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA PEIXE VIVO. Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo. *Composição da Agência Peixe Vivo*. Disponível em: < <https://agenciapeixe vivo.org.br/agb/composicao/> > Acesso em: Janeiro de 2019

AB'SÁBER, A. N. Topografias Ruineformes no Brasil. *Geomorfologia*, São Paulo, n. 50, p. 1- 14, 1977. Disponível em: < <http://www.iea.usp.br/pessoas/bibliografia-de-aziz-absaber> > Acesso em: Janeiro de 2019

ANA. Agência Nacional de Águas – Política Nacional de Recursos Hídricos Disponível em: < <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/gestao-da-agua/sistema-de-gerencia-mento-de-recursos-hidricos> > Acesso em: Janeiro de 2019

ATLAS - ABASTECIMENTO URBANO DE ÁGUA - ANA - Disponível em: <http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Atlas.aspx> > Acesso em: Janeiro de 2019

ATLAS- ESGOTAMENTO SANITÁRIO -ANA- Disponível em: <http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Atlas.aspx> > Acesso em: Janeiro de 2019

ARSAE. Agência de Regulação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Minas Gerais. *Relatório de Fiscalização do ano de 2012*. Disponível em: < <http://www.arsae.mg.gov.br/imagens/documentos> >. Acesso em: Janeiro de 2019

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm > Acesso em Janeiro de 2019.

_____. Decreto de 7.217 de junho de 2010: Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato20072010/2010/Decreto/D7217.htm>. Acesso em: Janeiro de 2019.

_____. Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm>. Acesso em: Janeiro de 2019



_____. Lei Federal Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: Janeiro de 2019.

_____. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm> Acesso em: Janeiro de 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB - Subsídios para a definição do Projeto Estratégico de elaboração do PLANSAB Agosto 2008. Disponível em: <http://www.abm.org.br/PLANSAB.pdf>. Acesso em 10 ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Termo de referência para elaboração de plano municipal de Saneamento Básico / Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. – Brasília: Funasa, 2018. 187 p.

BRASIL. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Política Nacional de Assistência social. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: Janeiro de 2019.

COMITÊ (CBH) E CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL (CIBAPAR) DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAOPEBA. Disponível em: www.aguasdoparaopeba.org.br. Acesso: fevereiro 2019.

BRASIL. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm >. Acesso em: Fevereiro de 2019

BRASIL. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm >. Acesso em: Fevereiro de 2019

BRASIL. Portaria Nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o manual de instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Disponível em: <



<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/PAC/Manuais-Gerais-PAC/portaria21.pdf> >. Acesso em: Fevereiro de 2019

BOSON, Patrícia. *Cobrança pelo uso da água* - posicionamento da FIEMG. Disponível no site do CNRH. 2005.

CBH RIO DAS VELHAS. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Unidade Territorial Estratégica Carste. Disponível em: < <http://cbhvelhas.org.br/carste/> > Acesso em: Fevereiro de 2019

CBH RIO DAS VELHAS. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Disponível em: <<http://cbhvelhas.org.br/plano-diretor-cbh-velhas/>>. Acesso em: Fevereiro de 2019

CBH RIO DAS VELHAS. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Unidade Territorial Estratégica do Ribeirão da Mata. Disponível em: <<<http://cbhvelhas.org.br/ribeiraodamata/> >>> Acesso em: Janeiro de 2019.

CBH RIO DAS VELHAS. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas: Resumo Executivo. Belo Horizonte, 2015. 237 p. Disponível em: <<http://200.98.167.210/site/arquivos/RE_VELHAS_Rev01.pdf >> Acesso em Fevereiro de 2019.

CBH RIO DAS VELHAS. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Unidade Territorial Estratégica do Ribeirão Jequitibá. Disponível em: <<http://cbhvelhas.org.br/jequitiba/> > Acesso em: Janeiro de 2019

COPASA, Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais. Doenças de veiculação hídrica. Disponível em: http://www.copasa.com.br/media2/PesquisaEscolar/COPASA_Doens%C3%A7as.pdf. Acesso em: Março de 2019.

COSTA & MAGALHÃES JR, 2008. Gestão de Recursos Hídricos: Metodologias de Participação Social. Disponível em: https://capacitacao.ead.unesp.br/conhecerh/bitstream/ana/96/2/Unidade_1.pdf > Acesso em: Janeiro de 2019

COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M. Novas e velhas diferenças: desafios à gestão metropolitana do Vale do Aço. In: Encontro Nacional De Estudos Populacionais, Caxambu, p. 1-21, 2000. Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/dissertacoes>

>Acesso em: janeiro de 2019



CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS MACAÚBAS S/A. Tratamento de Resíduos Sólidos. Disponível em: <<http://www.ctrmacaubas.com.br/servicos/>>. Acesso em: Janeiro de 2019.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco: Atualização 2015-2025. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/planoderecursososhidricos/>>. Acesso em: Janeiro de 2019.

COSTA & MAGALHÃES JR, 2008. Gestão de Recursos Hídricos: Metodologias de Participação Social. Disponível em: https://capacitacao.ead.unesp.br/conhecerh/bitstream/ana/96/2/Unidade_1.pdf > Acesso em: Janeiro de 2019

_____ (2005). "O Povo Brasileiro" de Darcy Ribeiro: crítica ou reforço à noção de "caráter nacional brasileiro"? In: Alice Anabuki Plancherel (Org.). Memória e Ciências Sociais. Maceió: EDUFAL, p. 09-25.

CNRH. Conjunto de normas legais - recursos hídricos. 7ª ed. Brasília – Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - Conselho Nacional de Recursos Hídricos, 2011. Disponível em: <<http://www.cnrh.gov.br/documentos/1755-livro-conjunto-de-normas-legais-8-edicao/file>> Acesso em: Janeiro de 2019

DHF CONSULTORIA E ENGENHARIA. Produto 1 – Plano de Trabalho. Objeto: Desenvolvimento e Elaboração de Projetos de Saneamento Básico na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Disponível em: http://cbhvelhas.org.br/images/projetosaneamento/DHF_P1_AGB_01_01_REV00_18_08_16_REV01.pdf. Acesso em: Fevereiro de 2019.

FERNANDES, L.A.D. & FRANTZ, J.C. 1990. Evolution and mineral potential of the Dom Feliciano Belt in southern Brazil. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 38. Balneário Camborice, 1994. Boletim de Resumos Expandidos... Balneário Camborioe, SBG. v.I, p.622-623

FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. Termo de Referência para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/documents/20182/23919/TR+PMSB+2018+Funasa+WEB.pdf/89aefa32-ee9a-4e96-924d-ad50f98b39c1>> Acesso em: Janeiro de 2019

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: Janeiro de 2019



INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS – IGAM. Estudos das metas de qualidade: bacia hidrográfica do Rio Paraopeba, 2005. Disponível em: www.igam.mg.gov.br. Acesso em: fevereiro de 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) Ipea, PNUD e FJP divulgam dados atualizados sobre desenvolvimento humano - Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com> > Acesso em: Janeiro de 2019

MINAS GERAIS. Decreto nº 39.692, de 29 de junho de 1998. Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Disponível em: <<http://www.cbhvelhas.org.br/images/CBHVELHAS/legislacao/decreto%20criacao%20cbh%20velhas.pdf> > Acesso em: Janeiro de 2019

_____. Deliberação Normativa CBH Rio das Velhas nº 01, de 09 de fevereiro de 2012. Define as Unidades Territoriais Estratégicas – UTE, da bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Disponível em: < <http://cbhvelhas.org.br/images/CBHVELHAS/deliberacoes/dn01-2012%20unidades%20territoriais.pdf> > Acesso em: Janeiro de 2019.

_____. Deliberação Normativa CBH Rio das Velhas nº 03, de 20 de março de 2019. Estabelece critérios e normas e define mecanismos básicos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Disponível em: <<http://www.agbpeixevivo.org.br/images/2014/cbhvelhas/deliberacoes/DN%2003-2009%20alterada%20pela%200409%20e%20pelo%20CERH%20cobranca.pdf>> Acesso em Janeiro de 2019.

_____. Deliberação Normativa CBH Rio das Velhas nº 07, de 31 de outubro de 2017. Aprova o Plano Plurianual de Aplicação dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio das Velhas, referente aos exercícios 2018 a 2020 e dá outras providências. Disponível em:

<http://cbhvelhas.org.br/wpcontent/uploads/2017/11/DELIBERA%C3%87%C3%83O-CBH-VELHAS-07_2017-APROVA-PPA-CBH-VELHAS-2018-2020.pdf > Acesso em: Janeiro de 2019.

_____. Lei nº 11.720, de 28 de dezembro de 1994: Dispõe Sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras Providências. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=2291> > Acesso em: Janeiro de 2019.

_____. Plano de Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas: Disponível em: <<http://cbhvelhas.org.br/plano-diretor-cbh-velhas/>> Acesso em: Janeiro de 2019.

LINO, Antônio. Mobilização Social. São Paulo: Museu da Pessoa, 2008. Disponível em: <www.museudapessoa.net>. Acesso em: Janeiro 2019.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Guia para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. 2ª Ed. 2011. Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/178/titulo/guia-para-elaboracao-de-planos-municipais-de-saneamento-basico#prettyPhoto>> Acesso em: Fevereiro de 2019.

PMI. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos. Guia PMBOK 5ª ed. EUA: Project Management Institute, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ. Secretaria Municipal de Esporte Turismo e Juventude. Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Jequitibá. Jequitibá 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOZINHOS. Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Matozinhos. Elaborado por: DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda. Matozinhos, 2017. Disponível em: <[http://matozinhos.mg.gov.br/uploads/arquivo/Plano-Municipal-de-Saneamento-Basico-\(PMSB\)-de-Matozinhos.pdf](http://matozinhos.mg.gov.br/uploads/arquivo/Plano-Municipal-de-Saneamento-Basico-(PMSB)-de-Matozinhos.pdf)> Acesso em: Janeiro de 2019

SNIS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto. 2016. Brasília: MCIDADES/SNSA.

TORO A., JOSÉ B.; WERNECK, N.M. Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 104p.

TRASPADINE, Roberta. A educação política. Enecop: 2009. Disponível em <http://listas.enec.org.br/pipermail/enec/attachments/20090810/697a7184/attachment-0001.htm>. Acesso em: Janeiro de 2019.



ANEXO I – DECRETO MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO N° 017/2019

DECRETA OS MEMBROS PARA A COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO QUE FICARÁ RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DE TODAS AS ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Jequitibá, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Grupo de Trabalho que irá acompanhar todas as etapas de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes membros:

- I – Poliana Aparecida Valgas de Carvalho – Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Urbano e Rural;
- II – Natália Rodrigues de Almeida – Secretária Municipal de Obras;
- III – Glauciane Aparecida Rodrigues – Secretária Municipal de Saúde;
- IV – Lúcia Aparecida Saturnino Sousa – Secretária Municipal de Assistência Social;
- V – Vanessa Machado Saturnino Souza – Gabinete do Prefeito;
- VI – Ana Claudia Ferreira Silva de Sousa – Secretária Municipal de Educação;
- VII – Dilson Resende da Silva – Câmara Municipal;
- VIII – Cloves Saturnino de Almeida – Câmara Municipal;
- IX – Sebastião Henriques de Freitas – Câmara Municipal;
- X – Odilon Gomes Oliveira – Conselho de Meio Ambiente de Jequitibá;
- XI – Elena Gomes Candeia – Associação de Catadores de Recicláveis de Baldim e Região;
- XII – Hélio Ferreira Alves – Associação Comunitária de Coqueiros.

Parágrafo único: Os trabalhos serão desempenhados sob a coordenação da Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Urbano e Rural.

Art. 3º Os membros do Grupo de Trabalho serão responsáveis por:

Assim significa a nossa gente
JEQUITIBÁ



Av. Raimundo Ribeiro da Silva, 145- centro - (31)3717-6222 - JEQUITIBÁ / MG - CEP.: 35.767-000 - CNPJ: 16.062.208/0001-09
www.jequitiba.mg.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

- I – Fornecer suporte técnico e disponibilizar todas as informações, documentos, e mapas necessários à adequada execução dos trabalhos;
- II – Acompanhar a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- III – Apoiar a realização dos eventos públicos previstos;
- IV – Apoiar as ações de divulgação de todo o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jequitibá/MG, 07 de fevereiro de 2019.

HUMBERTO FERNANDO CAMPELO REIS
PREFEITO MUNICIPAL



Av. Raimundo Ribeiro da Silva, 145 – centro - (31)3717-6222 - JEQUITIBÁ / MG - CEP.: 35.767-000 - CNPJ: 18.062.208/0001-09
www.jequitiba.mg.gov.br

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



ANEXO II – TERMO DE COMPROMISSO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS

DECRETO Nº 916, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2019



Cria o Grupo Consultivo do Plano Municipal de Saneamento Básico/PMSB do Município de Confins/MG.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONFINS** no uso das atribuições legais e considerando o disposto art. 55, inciso V, da Lei Orgânica Municipal “LOM”, resolve:

Art. 1º Fica criado o Grupo de Trabalho do Plano Municipal de Saneamento Básico/PMSB do município de Confins/MG, de caráter temporário, nos termos deste decreto.

Parágrafo Único. A duração do Grupo Trabalho é de 12 (doze) meses, a contar da publicação deste decreto, podendo ser prorrogado a critério do Grupo.

Art. 2º Compete ao Grupo de Trabalho do Plano Municipal de Saneamento Básico/PMSB acompanhar e cooperar com os trabalhos que serão realizados pela Seletiva Consultoria e Projetos LTDA, que prestará consultoria na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico/PMSB.

O Grupo de Trabalho do Plano Municipal de Saneamento Básico (GT-PMSB) será responsável por garantir a operacionalização do PMSB, o GT que terá a função de discutir e avaliar a elaboração dos Planos, sugerir alternativas para o desenvolvimento das atividades, assim como avaliar o andamento dos trabalhos do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, buscando promover a transparência nas ações. Além disso, este GT-PMSB também possui a finalidade de fazer prevalecer a construção de um PMSB dotado de um perfil participativo.

Art. 3º O Grupo de Trabalho do Plano Municipal de Saneamento Básico/PMSB será composto por 28 membros titulares, representantes dos seguintes órgãos:

- I. Secretaria Municipal de Administração:
 - a. Andréia Lucas da Silva;
- II. Secretaria Municipal de Assistência Social:
 - a. Glauber dos Santos Leles;
- III. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo:
 - a. Fabrício Soares Simas;
- IV. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano:
 - a. Rodrigo Costa Andrade

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO





PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS

- V. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:
 - a. Maria de Fátima Moura;
- VI. Secretaria Municipal de Educação:
 - a. Márcia Luiza da Silva Costa;
- VII. Secretaria Municipal de Fazenda:
 - a. Roberta Paloma Barbosa;
- VIII. Secretaria Municipal de Governo:
 - a. Diego Viana Silva;
- IX. Secretaria Municipal de Meio Ambiente:
 - a. Paulo Teodoro de Carvalho;
 - b. Elizete Cristina Buza;
 - c. Douglas Júnior Martins;
 - d. Bruna Sanches Soares de Andrade;
 - e. João Marcelo de Souza;
 - f. Maria Auxiliadora Silva Lopes;
- X. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:
 - a. Juliana Leles da Silva;
- XI. Procuradoria Municipal:
 - a. Gabriela Jenifer de Andrade Santana;
- XII. Secretaria Municipal de Saúde:
 - a. Willian Marcos de Oliveira;
- XIII. Secretaria Municipal de Transporte:
 - a. Herli Teixeira de Oliveira
- XIV. Hotel Fazenda Confins:
 - a. Ana Maria dos Santos;
 - b. Vânia Maria Moura;
- XV. Rede de Vizinhos Lagoa dos Mares II:
 - a. Cláudia da Lapa Santos;
- XVI. Associação Comunitária Ecológica Retiro e Região:
 - a. Douglas Júnior Martins;
- XVII. BH Airport:
 - a. Érika Cristina Franklin;
- XVIII. Mineração Lapa Vermelha:
 - a. Ricardo Luiz Pereira;
- XIX. COPASA:
 - a. Rogério Gonçalves Rodrigues;
 - b. Tiago Gonzales Miranda;
- XX. Câmara Municipal:
 - a. Wenderson Pereira Araújo;
- XXI. EMATER – MG
 - a. Jader Rezende de Albuquerque

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO





PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS

§1º Os representantes de cada um dos órgãos serão indicados por seus gestores ou presidentes.

§2º O Grupo de Trabalho será coordenado pelo representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 4º Para o cumprimento de suas atribuições, o Grupo Trabalho estará administrativamente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Confins, 06 de fevereiro de 2019.


Celso Antônio da Silva
Prefeito Municipal de Confins

Celso Antônio da Silva

Prefeito Municipal

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



ANEXO III – APRESENTAÇÃO DO PRODUTO I – 1ª REUNIÃO DO GRUPO GESTOR

DADOS DO CONTRATO

Contratante: Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas (Agência Peixe Vivo).

Contrato: Nº 15/2018

Assinatura do Contrato: 02/01/2019

Escopo do serviço contratado: Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico de Confins, Capim Branco, Esmeraldas e Jequitibá.

Prazo de Execução: 10 meses, a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.

CBH RIO DAS VELHAS

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH Rio das Velhas, foi criado pelo Decreto Estadual 39.692, de 29 de junho de 1998. O CBH Rio das Velhas é composto, atualmente, de 28 de membros, sendo sua estruturação paritária entre Poder Público Estadual, Poder Público Municipal, Usuários de recursos hídricos e Sociedade Civil Organizada.

A Unidade de Planejamento CBH Rio das Velhas (SF5) foi dividida em quatro macrorregiões de planejamento: Alto, Médio Alto, Médio Baixo e Baixo rio das Velhas.

SUBCOMITÊS


Atualmente, o CBH Rio das Velhas vem trabalhando com uma compartimentação da Bacia, em 23 Unidades Territoriais estratégicas (UTE's), as UTE's referem-se à área hidrográficas, bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas, com características naturais, sociais e econômicas similares.

MUNICÍPIO	MACROREGIÃO	SUBCOMITÊ
Confins	Médio-Alto Rio das Velhas	SCBH Ribeirão da Mata
Amorim		SCBH Ribeirão Jequitibá
Esmeraldas		SCBH Ribeirão da Mata
Capim Branco		SCBH Ribeirão da Mata

AGÊNCIA PEIXE VIVO

A Associação Executiva de Apoio a Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo – **Agência Peixe Vivo**, Associação Civil, pessoa jurídica de direito privado, composta por empresas usuárias de recursos hídricos e organizações da sociedade civil, tendo como objetivo a execução da Política de Recursos Hídricos deliberada pelos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Atualmente, a Agência Peixe Vivo está legalmente habilitada a exercer as funções de Agência de Bacia para dois Comitês estaduais mineiros, CBH Velhas (SF5) e CBH Pará (SF2), além do Comitê Federal da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, CBHSF e CBH do Rio Verde Grande.

<h2 style="text-align: center;">CONTEXTO DA DEMANDA</h2>  <p>O CBH Rio das Velhas financiou a elaboração de 21 (vinte e um) Planos Municipais de Saneamento Básico, dentre os 51 (cinquenta e um) municípios que pertencem à bacia hidrográfica do Rio das Velhas.</p> <p>O Comitê está financiando a elaboração do PMSB de mais (7) sete municípios pertencentes à bacia, a saber: Capim Branco, Confins, Esmeraldas e Jequitibá (Lote 1); e Lassance, Datas e Gouveia (Lote 2).</p> 	<h2 style="text-align: center;">QUAL A FONTE DE RECURSOS DO COMITÊ?</h2>  <ul style="list-style-type: none"> O Comitê utiliza os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água do Rio das Velhas um importante instrumento de gestão das águas da bacia hidrográfica. Deliberação Normativa CBH Velhas nº 03/2009 que estabelece critérios e normas e define mecanismos básicos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. 
<h2 style="text-align: center;">O CONTEXTO LEGAL DO PMSB</h2>  <p>A Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 estabeleceu as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, definindo como obrigação dos titulares dos serviços públicos de saneamento básico a elaboração de Plano de Saneamento Básico, que deve propor diretrizes e ações para os quatro eixos do saneamento básico:</p> <ul style="list-style-type: none"> Abastecimento de água; Esgotamento sanitário; Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; Drenagem urbana e manejo de águas pluviais. 	<h2 style="text-align: center;">O GRUPO DE TRABALHO</h2>  <ul style="list-style-type: none"> Constituição de um Grupo de Trabalho indicado por meio de Decreto Municipal, um Grupo de Trabalho do Plano Municipal de Saneamento Básico (GT- PMSB). O Grupo de Trabalho terá a função de discutir e avaliar a elaboração dos Planos, sugerir alternativas para o desenvolvimento das atividades, assim como avaliar o andamento dos trabalhos do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, buscando promover a transparência nas ações. Instituído com objetivo de fazer prevalecer a construção de um PMSB dotado de um perfil participativo. 
<h2 style="text-align: center;">BENEFÍCIOS DO PMSB</h2>  <ul style="list-style-type: none"> Contribuir para o desenvolvimento sustentável do ambiente urbano e rural; Assegurar a efetiva participação da população nos processos referentes ao saneamento básico do município; Melhor aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público, resultando em maior retorno social interno; Maior controle e fiscalização dos serviços de saneamento; Promover a organização e o desenvolvimento do setor de saneamento, qualificando a mão de obra local; Fundamental ferramenta para a implementação da Política Municipal de Saneamento Básico. 	<h2 style="text-align: center;">ESCOPO DO PMSB</h2>  <p>Produto 1 - Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB;</p> <p>Produto 2 - Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico;</p> <p>Produto 3 – Prognóstico, Programas, projetos e Ações;</p> <p>Produto 4 - Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB; e Ações para Emergências e Contingências;</p> <p>Produto 5 - Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico;</p> <p>Produto 6 – Relatório Final do PMSB – Documento Síntese.</p> 



Atividade	Maio	Junho	Julho	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1. Realização de reuniões de trabalho com a equipe técnica e com representantes da sociedade civil para a elaboração do PMSB.								
2. Realização de reuniões de trabalho com a equipe técnica e com representantes da sociedade civil para a elaboração do PMSB.								
3. Realização de reuniões de trabalho com a equipe técnica e com representantes da sociedade civil para a elaboração do PMSB.								
4. Realização de reuniões de trabalho com a equipe técnica e com representantes da sociedade civil para a elaboração do PMSB.								
5. Realização de reuniões de trabalho com a equipe técnica e com representantes da sociedade civil para a elaboração do PMSB.								
6. Realização de reuniões de trabalho com a equipe técnica e com representantes da sociedade civil para a elaboração do PMSB.								
7. Realização de reuniões de trabalho com a equipe técnica e com representantes da sociedade civil para a elaboração do PMSB.								
8. Realização de reuniões de trabalho com a equipe técnica e com representantes da sociedade civil para a elaboração do PMSB.								
9. Realização de reuniões de trabalho com a equipe técnica e com representantes da sociedade civil para a elaboração do PMSB.								
10. Realização de reuniões de trabalho com a equipe técnica e com representantes da sociedade civil para a elaboração do PMSB.								
11. Realização de reuniões de trabalho com a equipe técnica e com representantes da sociedade civil para a elaboração do PMSB.								
12. Realização de reuniões de trabalho com a equipe técnica e com representantes da sociedade civil para a elaboração do PMSB.								
13. Realização de reuniões de trabalho com a equipe técnica e com representantes da sociedade civil para a elaboração do PMSB.								
14. Realização de reuniões de trabalho com a equipe técnica e com representantes da sociedade civil para a elaboração do PMSB.								
15. Realização de reuniões de trabalho com a equipe técnica e com representantes da sociedade civil para a elaboração do PMSB.								

PARTICIPAÇÃO POPULAR

A elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico é uma oportunidade para toda a sociedade conhecer e entender o que acontece com o saneamento da sua cidade, discutir as causas dos problemas e buscar soluções.

Juntos, população e poder público estabelecerão metas para o acesso a serviços de boa qualidade e decidirão quando e como chegar à universalização dos serviços de saneamento básico.



- ## FERRAMENTAS COMUNICACIONAIS
- Convites
 - Cartazes
 - Folders
 - Faixas
 - Carros de som
 - Site da Prefeitura e do CBH Rio das Velhas e Subcomitê
 - Ouvidoria/ Linha Direta
 - Criação de página virtual em rede social
 - Rádio e mídia impressa



Curiocidade!

O PMSB é um projeto de grande importância para o município de Jequitibá, pois visa melhorar a qualidade de vida da população através do saneamento básico.

O que é o Saneamento Básico?

O que é o Plano de Saneamento Básico (PMSB)?

PMSB
 Plano Municipal de Saneamento Básico

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e a Agência Peixe Vivo e a Prefeitura do Município de Jequitibá convidam a todos para

1ª CONFERÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ

CARTAZ

Participe!

CONVITE

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH-Velhas, a Agência Peixe Vivo, a Seletiva Consultoria e Projetos LDA e a Prefeitura do Município de Jequitibá, convidam para participar do **1º Encontro do Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB do Município de Jequitibá** momento em que será apresentado e discutido o Produto 1 - Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB.

VENHA PARTICIPAR CONOSCO!

DATA	PERÍODO	LOCAL
04.02.2019	09h00	Salão de Reuniões - Avenida Antônio Manoel de Sá, nº 1000 - Centro, Jequitibá.

EVENTO	FASE	OBJETIVOS	DATA
Reunião Inicial	Produto 1	Apresentação da Submissão Consultoria	22/01/2019
Reunião com GT	Produto 2	Apresentar o Plano de Trabalho e metodologia e estratégias de Mobilização e Comunicação	06/02/2019
Oficina de Capacitação do Grupo de Trabalho	Produto 2	Capacitar o Grupo de Trabalho sobre a elaboração do PMSB	22/02/2019
1ª Oficina Participativa	Produto 2	Índice de informar a população sobre o PMSB e oferecer um espaço aberto para discussão	15/04/2019
Reunião com GT	Produto 2	Apresentar a versão preliminar do Diagnóstico da Situação do Saneamento	25/04/2019
2ª Audiência Pública	Produto 2	Apresentar e validar o Diagnóstico atual do Saneamento Básico do município e ouvir a população sobre as prioridades do saneamento básico no município	26/05/2019

EVENTO	FASE	OBJETIVOS	DATA
2ª Oficina Participativa	Produto 2	Índice de informar a população e ouvir as demandas prioritárias do programa, projetos e ações	12/08/2019
Reunião com GT	Produto 3	Apresentar a versão preliminar do Programa, Projetos e Ações e avaliação das alterações necessárias	05/09/2019
2ª Audiência Pública	Produto 3	Apresentar e validar das demandas, ações, e as propostas para melhoria e adequação dos serviços do saneamento básico.	14/09/2019
Reunião com GT	Produto 4	Apresentar as propostas para definir os Recursos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB e Ações para Energéticas e Controladas	03/10/2019
Reunião com GT	Produto 6	Apresentar o Relatório Final do PMSB - Documento Síntese	03/12/2019
Seminário de Encerramento	Produto 6	Sinalização de entrega do PMSB	03/12/2019

EQUIPE TÉCNICA		
NOME	FORMAÇÃO	
EQUIPE CHAVE		
Vera Lúcia de Almeida	Engenheira Civil	
Carla Maria Ramos	Engenheira Civil	
Edson Soares Braga	Engenheiro Civil	
Marcos Carlos de Araújo	Advogado	
Rafael Silva de Azeite	Economista	
Orlando Ricardo Freitas	Geógrafo	
Wagner Oliveira Gomes	Relações	
EQUIPE DE APOIO		
Silenei José das Neves Dias	Assistente	
Kátia Regina de Souza e Silva	Letras	
Armando José Vieira	Engenheiro Mecânico	
Adriano Moreira Fontes	Engenheiro Civil	
Marcos Carlos de Araújo	Engenheiro Ambiental	
Alena Souza Cavalcanti Pinheiro	Engenheira Ambiental	
Valterino Henrique de O. Silva	Geógrafo	
Adriana Santana de Oliveira Silva	Técnicas em Meio Ambiente	





EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



ANEXO IV – LISTA DE PRESENÇA DA 1ª REUNIÃO COM O GRUPO DE TRABALHO

1ª REUNIÃO – GRUPO DE TRABALHO
 PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO DE JEQUITIBÁ
 DIA 06 DE FEVEREIRO DE 2019 - HORÁRIO: 09:00HS

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE / E-MAIL	ENDEREÇO
1. <i>Patricia A. Lopes de Castro</i>	<i>Proprietária</i>	<i>(31) 9 96726002</i> <i>meioambiente@jequitiba.mg.gov.br</i>	
2. <i>Katiana R. Almeida</i>	<i>SE Jequitibá</i>	<i>944350759</i>	<i>Set. Logos.</i>
3. <i>Vanessa Machado Saturnino Sáez</i>	<i>Jequitibá</i>	<i>971506772</i>	<i>Jequitibá</i>
4. <i>Elio Domingos Neto</i>	<i>Mobilização CBH Velhas</i>	<i>31 32263550 / elio.domingos@cbhvelhas.org.br</i>	<i>BH/6</i>
5. <i>ODILON GOMES DE OLIVEIRA</i>	<i>CODEMA</i>	<i>31.998145171</i>	<i>JEQUITIBA' 0011100341010@DOL.com</i>
6. <i>Clara Flandino</i>	<i>COMARB</i>	<i>31-997850488</i>	<i>Jequitibá</i>
7. <i>Maria Carolina Braga Santos</i>	<i>P.M. Jequitibá</i>	<i>(31) 99660-5574</i>	<i>Sete Logos</i>
8. <i>Hellen</i>			



**1ª REUNIÃO - GRUPO DE TRABALHO
PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO DE JEQUITIBÁ
DIA 06 DE FEVEREIRO DE 2019 - HORÁRIO: 09:00HS**

9.	DILSON RESENDE DA SILVA 31-999579689 aviso@PERODAS@HOTMAIL.COM PERODAS - JEQUITIBÁ.
10.	Cláudia Saturnina de Almeida 31-995677404 claudiajequitiba14@brl.com.br Orlas - Jequitibá
11.	Glauceane Ap. Rodrigues Maciel 995781694 glauceanapromaco@gmail.com
12.	Umberto Fernando Campelo Reis 5717.6222 prefeito@jequitiba.mg.br Gov
13.	Alvaro Pereira Lopes 996775087 Cdi Campolina.
14.	
15.	
16.	
17.	



ANEXO V – ATA REUNIÃO INICIAL

ATA DA 1ª REUNIÃO

No dia 22 de janeiro de 2019, às 14 horas na sede da Prefeitura Municipal de Jequitibá, localizada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 168, bairro Centro no Município de Jequitibá, foi realizada a 1ª Reunião com a Prefeitura Municipal para Elaboração do Produto 1 – Plano de Trabalho, Programa de Mobilização e Programa de Comunicação Social, parte integrante do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município. Estiveram presentes na Reunião a Coordenadora da empresa Seletiva Consultoria e Projetos Ltda., Eng^a. Vera Lúcia de Abreu Vilela e a representante da prefeitura, a Sra. Poliana Aparecida Valgas Carvalho – Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Urbano e Rural. Na oportunidade, a Eng^a. Civil e Sanitarista /coordenadora Vera Lúcia de Abreu Vilela apresentou a empresa Seletiva Consultoria e Projetos Ltda. e realizou entrevista com a representante da Prefeitura Municipal, a fim de obter dados essenciais sobre a situação atual do saneamento no Município de Jequitibá para fundamentação do Plano de Trabalho. Foi informado, pela engenheira, que caberá ao município a formação do Grupo de Trabalho (GT) a ser instituído pelo município por meio de decreto municipal e que a prefeitura deverá informar o local para a próxima reunião, onde será apresentado o GT e apresentada a setorização do território municipal para a realização da mobilização da sociedade. Na oportunidade, foi realizada uma breve visita em campo, onde se pode montar um arquivo fotográfico referente aos quatro eixos do saneamento. Não havendo mais nenhuma questão a tratar, foi lavrada a presente ata.

ANEXO VI – ATA 1ª REUNIÃO COM O GRUPO DE TRABALHO

1ª ENCONTRO DO GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PMSB DO MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ ATA DE REUNIÃO

No dia 06 de fevereiro de 2019, às 09:00, na Câmara Municipal de Jequitibá, localizada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 168, bairro Centro, no município de Jequitibá, foi realizado o 1º Encontro com o Grupo de Trabalho – GT para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Jequitibá para apresentação do Produto 1 – Plano de Trabalho, Programa de Mobilização e Programa de Comunicação Social. Estiveram presentes na Reunião os Técnicos da Seletiva Consultoria e Projetos Ltda., Sr.ª Vera Lúcia de Abreu Vilela - Coordenadora do Projeto e a Sr.ª Adriana Soriano - Mobilizadora Social; o Sr. Elio Domingos Neto - Mobilizador Social do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas; o Sr. Humberto Fernando Campelo Reis – Prefeito Municipal de Jequitibá e os membros do Grupo de Trabalho: Sr.ª Poliana Aparecida Valgas Carvalho – Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Urbano e Rural; Sr.ª Natália Almeida – Representante da Secretaria Municipal de Obras; Sr.ª Vanessa Machado - Representante do Gabinete Municipal; Odilon Gomes de Oliveira - Representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Jequitibá (CODEMA); Sr.ª Elena Gomes Candeia – Representante da Associação de Catadores de Recicláveis de Baldim e Região; Sr. Hélio Ferreira Alves – Representante da Associação Comunitária de Coqueiros; Sr. Dilson Resende da Silva - Vereador Municipal; Sr. Cloves Saturnino de Almeida - Vereador Municipal; Sr.ª Glauciane Aparecida Rodrigues de Almeida – Representante da Secretaria Municipal de Saúde; Sr. Álvaro Pereira Lopes – Representante da Sociedade Civil. A Sr.ª Poliana Aparecida Valgas Carvalho iniciou a reunião dando boas vindas e agradecendo a presença de todos, em seguida contou um pouco da sua trajetória junto ao CBH Rio das Velhas, contou também que pleiteou, junto ao Comitê, a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) para o município de Jequitibá. Informou, ainda, que acompanhou todo o processo de elaboração de contratação do PMSB e falou da importância desse instrumento para o saneamento do município de Jequitibá. Ato contínuo passou a palavra ao Prefeito, Sr. Humberto Fernando Campelo Reis, que deu as boas vindas a todos e falou um pouco sobre a importância do PMSB para o município. Ele salientou que o Município precisa aprovar o Plano para buscar recursos junto aos órgãos financiadores e colocou a prefeitura à disposição durante a elaboração do PMSB. Em seguida passou a palavra para o Sr. Elio Domingos Neto - Mobilizador Social do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, que explanou sobre o CBH Rio das Velhas. Ele falou que o Comitê foi criado por meio de Decreto Estadual, sendo composto, atualmente, por 28 membros, com estruturação paritária entre Poder Público Estadual, Poder Público Municipal, usuários de recursos hídricos e Sociedade Civil Organizada. Disse também que o município de Jequitibá tem uma cadeira no CBH Rio das Velhas, no segmento do Poder Público Municipal, sendo representado pela Secretaria de Meio Ambiente, Sr.ª Poliana Valgas. O Sr. Élio ressaltou a importância do GT na elaboração do Plano, que tem, por finalidade, discutir e avaliar a elaboração dos Planos. Ato contínuo, com a palavra Sr.ª Vera Vilela - Coordenadora do Projeto, representante da empresa Seletiva Consultoria e Projetos Ltda. - apresentou a empresa, falou de sua vasta experiência em trabalhos de saneamento, informou que possui uma equipe multidisciplinar para elaboração do PMSB. Apresentou os nomes dos técnicos especialistas que estarão participando da equipe nos quatro eixos do saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais, além de Geógrafos especialistas em Geoprocessamento e Mobilização Social, Advogado, Economista, Jornalista e um profissional de Letras, assim como uma equipe de apoio para levantamento de dados de campo e apoio de mobilização). A Sr.ª Vera Vilela encerrou sua fala ressaltando a



importância do Grupo de Trabalho na elaboração do PMSB. Na sequência, dando continuidade à reunião, a Sr.^a Adriana Soriano iniciou a apresentação do projeto, informando que a contratante do PMSB de Jequitibá é a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas (Agência Peixe Vivo), por meio do contrato Nº 015/2018 firmado em 02/01/2019, cujo objeto é a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico de Confins, Capim Branco, Esmeraldas e Jequitibá, com prazo de execução de 10 meses, a partir da data da emissão da Ordem de Serviço. Em seguida apresentou sobre o CBH Rio das Velhas que foi criado pelo Decreto Estadual 39.692, de 29 de junho de 1998. O CBH Rio das Velhas é composto, atualmente, de 28 membros, sendo sua estruturação paritária entre Poder Público Estadual, Poder Público Municipal, Usuários de recursos hídricos e Sociedade Civil Organizada, sendo a unidade de Planejamento CBH Rio das Velhas (SF5) e dividida em quatro macrorregiões de planejamento: Alto, Médio Alto, Médio Baixo e Baixo Rio das Velhas. Atualmente, o CBH Rio das Velhas vem trabalhando com uma compartimentação da Bacia, em 23 Unidades Territoriais estratégicas (UTES), as UTES se referem à área hidrográfica, bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas, com características naturais, sociais e econômicas similares. A Sr.^a Adriana também explanou sobre a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo – Agência Peixe Vivo, Associação Civil, pessoa jurídica de direito privado, composta por empresas usuárias de recursos hídricos e organizações da sociedade civil, tendo como objetivo a execução da Política de Recursos Hídricos deliberada pelos Comitês de Bacia Hidrográfica. Atualmente, a Agência Peixe Vivo está legalmente habilitada a exercer as funções de Agência de Bacia para dois Comitês estaduais mineiros, CBH Velhas (SF5) e CBH Pará (SF2), além do Comitê Federal da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, CBHSF e CBH do Rio Verde Grande. Informou também que o CBH Rio das Velhas financiou a elaboração de 21 (vinte e um) Planos Municipais de Saneamento Básico, dentre os 51 (cinquenta e um) municípios que pertencem à bacia hidrográfica do Rio das Velhas e que atualmente o Comitê está financiando a elaboração do PMSB de mais (7) sete municípios pertencentes à bacia, a saber: Capim Branco, Confins, Esmeraldas e Jequitibá (Lote 1); e Lassance, Datas e Gouveia (Lote 2). Esclareceu, ainda, sobre a fonte de recursos para financiamento do PMSB, que o Comitê utiliza os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água do Rio das Velhas um importante instrumento de gestão das águas da bacia hidrográfica. Em seguida foram apresentados os aspectos legais do PMSB que estão pautados na Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, definindo como obrigatoriedade dos titulares dos serviços públicos de saneamento básico a elaboração de Plano de Saneamento Básico, que deve propor diretrizes e ações para os quatro eixos do saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais. A Sr.^a Adriana falou também sobre a importância do Grupo de Trabalho que tem por finalidade discutir e avaliar a elaboração dos Planos, sugerir alternativas para o desenvolvimento das atividades, assim como avaliar o andamento dos trabalhos do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, buscando promover a transparência nas ações. Após apresentação das instituições envolvidas e os aspectos legais do PMSB se iniciou a apresentação das etapas do PMSB que é composta respectivamente: Produto 1 - Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB; Produto 2 - Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico; Produto 3 – Prognóstico, Programas, projetos e Ações; Produto 4 - Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB; e Ações para Emergências e Contingências; Produto 5 - Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico; Produto 6 – Relatório Final do PMSB - Documento Síntese, esclarecendo aos presentes no que consiste cada um desses produtos e respectivos prazos para sua elaboração. Além disso, apresentou o Programa Mobilização e



Programa Comunicação Social que tem como objetivo apresentar ações para a sensibilização da sociedade quanto à relevância da participação social na elaboração do Plano, além de pautar diretrizes e métodos para a execução dos trabalhos, assim como implementar ações de mobilização e comunicação, visando garantir o caráter participativo e informativo do processo. Ressaltou que para o sucesso do PMSB é de suma importância durante todo o processo garantir a efetiva participação social na elaboração do plano, pois juntos, população e poder público, estabelecerão metas para o acesso a serviços de boa qualidade e decidirão quando e como chegar à universalização dos serviços de saneamento básico. Em seguida, falou dos meios de comunicação proposto para a mobilização no município, sendo eles: convites, cartazes, folders, faixas, carros de som, site da Prefeitura e do CBH Rio das Velhas e Subcomitê, ouvidoria/ Linha Direta, criação de página virtual em rede social, rádio e mídia impressa. Foi informado aos presentes que está sendo elaborado um calendário com as datas das reuniões para que eles possam programar-se para estarem presentes em todas as reuniões do plano e que durante a elaboração o PMSB serão realizados outros encontros com o grupo de trabalho, além de duas audiências públicas, sendo uma no produto 2 e outra no produto 3. Na oportunidade, ficou agendado o evento de Capacitação do Grupo de Trabalho para o dia 22/02/2019, às 09h30min na Câmara dos Vereadores. A Sr.^a Adriana falou também da importância da participação de todo o grupo de trabalho para conseguir a efetiva participação social na elaboração do PMSB. Ao final da reunião, foi aberto o espaço para dúvidas e esclarecimentos e servido um *coffee break*. Não havendo nenhuma questão a tratar, foi lavrada a presente ata.



ANEXO VII – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO PROJETO



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
 Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

ART de Obra ou Serviço
14201900000005085541

Via do Profissional
 Página 1/1

1. Responsável Técnico
VERA LUCIA DE ABREU VILELA
 Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL;**
 RNP: 1403733201
 Registro: 04.0.0000031264
 Empresa contratada: **SELETIVA CONSULTORIA E PROJETOS LTDA - ME**
 Registro: 53632

2. Dados do Contrato
 Contratante: **AGENCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA PEIXE VIVO**
 Logradouro: **RUA DOS CARIJÓS**
 Complemento: **5 ANDAR**
 Cidade: **BELO HORIZONTE**
 Contrato: **015/2018**
 Vetr: **529.022,98**
 CNPJ: **09.226.288/0001-91**
 Nº: **000165**
 Bairro: **CENTRO**
 UF: **MG**
 CEP: **30120060**
 Celebrado em: **05/12/2018**
 Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**

3. Dados da Obra/Serviço
 Logradouro: **RUA DOS CARIJÓS**
 Complemento: **5 ANDAR**
 Cidade: **BELO HORIZONTE**
 Data de início: **04/01/2019** Prazo de término: **04/11/2019**
 Finalidade: **SANEAMENTO BÁSICO**
 Proprietário: **AGENCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA PEIXE VIVO**
 Nº: **000000**
 CEP: **30120060**
 CNPJ: **09.226.288/0001-91**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
1 - COORDENAÇÃO		
ESTUDO, SANEAMENTO, SANEAMENTO	4.00	un
PLANEJAMENTO, SANEAMENTO, SANEAMENTO	0.04	un
2 - ELABORAÇÃO		
ESTUDO, SANEAMENTO, SANEAMENTO	0.04	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações
COORD. E ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA OS MUNICÍPIOS DE ESMERALDAS, CAPIM BRANCO, CONFINS E JEQUITIBÁ.

6. Declarações

7. Entidade de Classe
SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas
 Deixo serem verdadeiras as informações acima
 _____ de _____ de _____
VERA LUCIA DE ABREU VILELA RNP: 1403733201

AGENCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA I CNPJ: 09.226.288/0001-91

9. Informações
 - A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.
 - A autenticidade desta documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confins.org.br
 - A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.
 VALOR DA OBRA: R\$ 529.022,98, ÁREA DE ATUAÇÃO: CIVIL, CIVIL, CIVIL.



Valor da ART: 226,50 Registrada em: 25/02/2019 Valor Pago: 226,50 Nasso Número: 000000004945693



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
 Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

ART de Obra ou Serviço
 14201900000005085541

Via da Obra/Serviço
 Página 1/1

1. Responsável Técnico

VERA LUCIA DE ABREU VILELA
 Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL;**
 RNP: 1403733201
 Registro: 04.0.0000031264

Empresa contratada: **SELETIVA CONSULTORIA E PROJETOS LTDA - ME**
 Registro: 53632

2. Dados do Contrato

Contratante: **AGENCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA PEIXE VIVO**
 CNPJ: 09.226.288/0001-91
 Logradouro: **RUA DOS CARIJÓS**
 Nº: 000165
 Complemento: **5 ANDAR**
 Bairro: **CENTRO**
 Cidade: **BELO HORIZONTE**
 UF: **MG**
 CEP: 30120060
 Contrato: 015/2018
 Celebrado em: 05/12/2018
 Valor: 529.022,98
 Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **RUA DOS CARIJÓS**
 Nº: 000000
 Complemento: **5 ANDAR**
 Bairro: **CENTRO**
 Cidade: **BELO HORIZONTE**
 UF: **MG**
 CEP: 30120060
 Data de início: 04/01/2019
 Previsão de término: 04/11/2019
 Finalidade: **SANEAMENTO BÁSICO**
 Proprietário: **AGENCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA PEIXE VIVO**
 CNPJ: 09.226.288/0001-91

4. Atividade Técnica

Atividade Técnica	Quantidade	Unidade
1 - COORDENAÇÃO		
ESTUDO, SANEAMENTO, SANEAMENTO	4,00	un
PLANEJAMENTO, SANEAMENTO, SANEAMENTO	0,04	un
2 - ELABORAÇÃO		
ESTUDO, SANEAMENTO, SANEAMENTO	0,04	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder à baixa desta ART.


5. Observações
COORD. E ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA OS MUNICÍPIOS DE ESMERALDAS, CAPIM BRANCO, COMINS E JEQUITIBÁ

6. Declarações

7. Entidade de Classe
SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas
 Devo ser verídicas as informações acima
 _____ de _____ de _____

VERA LUCIA DE ABREU VILELA RNP: 1403733201
AGENCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA I CNPJ: 09.226.288/0001-91

9. Informações
 - A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
 - A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confisa.org.br
 - A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.
 VALOR DA OBRA: R\$ 89529.022,98. ÁREA DE ATUAÇÃO: CIVIL, CIVIL, CIVIL,

www.crea-mg.org.br | 0800.0312732

Valor da ART: 226,50 Registrada em: 25/02/2019 Valor Pago: 226,50 Nosso Número: 000000004945693





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
 Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-MG
 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Via do Contratante
 Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
 14201900000005085541

1. Responsável Técnico

VERA LUCIA DE ABREU VILELA

Título profissional:
ENGENHEIRO CIVIL;

RNP: 1403733201

Registro: 04.0.0000031264

Empresa contratada:
SELETIVA CONSULTORIA E PROJETOS LTDA - ME

Registro: 53632

2. Dados do Contrato

Contratante: **AGENCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA PEIXE VIVO**

CNPJ: 09.226.288/0001-91

Lugradouro: **RUA DOS CARIJÓS**

Nº 000165

Complemento: **5 ANDAR**

Barro: **CENTRO**

Cidade: **BELO HORIZONTE**

UF: **MG**

CEP: 30120060

Contrato: **015/2018**

Celebrado em: **05/12/2018**

Valor: **529.022,98**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**

3. Dados da Obra/Serviço

Lugradouro: **RUA DOS CARIJÓS**

Nº 000000

Complemento: **5 ANDAR**

Barro: **CENTRO**

Cidade: **BELO HORIZONTE**

UF: **MG**

CEP: 30120060

Data de início: **04/01/2019** Previsão de término: **04/11/2019**

Finalidade: **SANEAMENTO BÁSICO**

Proprietário: **AGENCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA PEIXE VIVO**

CNPJ: 09.226.288/0001-91

4. Atividade Técnica

	Quantidade:	Unidade:
1 - COORDENAÇÃO		
ESTUDO, SANEAMENTO, SANEAMENTO	4,00	un
PLANEJAMENTO, SANEAMENTO, SANEAMENTO	0,04	un
2 - ELABORAÇÃO		
ESTUDO, SANEAMENTO, SANEAMENTO	0,04	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder à baixa desta ART.

5. Observações

COORD. E ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA OS MUNICÍPIOS DE ESMERALDAS, CAPIM BRANCO, COMINS E JEQUITIBÁ

6. Declarações

7. Entidade de Classe

SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ de _____ de _____

VERA LUCIA DE ABREU VILELA RNP: 1403733201

AGENCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA I CNPJ: 09.226.288/0001-91

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
 - A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confisa.org.br
 - A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ 529.022,98. ÁREA DE ATUAÇÃO: CIVIL, CIVIL, CIVIL.



www.crea-mg.org.br | 0800.0312732

Valor da ART: 226,50

Registrada em: 25/02/2019.


Valor Pago: 226,50

Nosso Número: 000000004945693

ANEXO VIII – CHECK-LISTS PARA INFORMAÇÕES DE CAMPO

Plano Municipal de Saneamento Básico - Planejamento de Trabalho		
Abastecimento de água		
Dados gerais	Data da visita:	
	Sistema visitado:	
	Prestador de serviço:	
Cobertura	População total do sistema (considerar a população da área do sistema):	
	População atendida por rede de distribuição do sistema (%):	
	Índice de cobertura:	
	Número de economias atendidas:	
	Número de economias residenciais urbanas atendidas por sistemas particulares:	
	Número de Economias	Residencial :
		Social:
		Comercial/Serviços:
		Público:
		Industrial:
Número de Ligações	Grandes consumidores:	
	Residencial :	
	Social:	
	Comercial/Serviços:	
	Público:	
Número de Ligações	Industrial:	
	Grandes consumidores:	
	Índice de hidrometração:	
	Número médio de interrupções no abastecimento (Interrupções/Mês):	
	Tempo médio de interrupção do fornecimento (horas):	
Confiabilidade e regularidade	Tempo médio para manutenção da rede (horas):	
	Há pontos críticos de abastecimento? () Não () SIM Especificar:	
Infraestrutura disponível	Rede de distribuição () ETA () Poço artesiano () Reservatórios () Elevatórias de água bruta ()	
	Elevatórias de água tratada () Adutoras () Caminhão-pipa – solicitar lista de bairros atendidos ()	


Abastecimento de água	
Captação d'água	Identificação da unidade:
	Tipo de manancial: <input type="checkbox"/> Fio d'água com barragem de nível <input type="checkbox"/> Fio d'água sem barragem de nível <input type="checkbox"/> Barragem de regularização de vazão <input type="checkbox"/> Poço tubular profundo <input type="checkbox"/> Outro Especificar:
	Nome do curso d'água (caso de captações superficiais):
	Capacidade (l/s ou m³/s):
	Volume total captado (m³):
	Número médio de horas de operação por dia (horas/dia):
	Captação é outorgada? (solicitar cópia)
	Em decorrência de defeitos, mau funcionamento ou outros problemas, houve redução contínua no volume captado no ano? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Em caso afirmativo, qual foi a redução percentual?
	O estado de conservação é adequado? Em caso negativo, especificar.
	Existe programa de manutenção? Descrever.
Data de entrada em operação da unidade (mês/ano):	
Captação d'água	Identificação da unidade:
	Tipo de manancial: <input type="checkbox"/> Fio d'água com barragem de nível <input type="checkbox"/> Fio d'água sem barragem de nível <input type="checkbox"/> Barragem de regularização de vazão <input type="checkbox"/> Poço tubular profundo
	Nome do curso d'água (caso de captações superficiais):
	Capacidade (l/s ou m³/s):
	Volume total captado (m³):
	Número médio de horas de operação por dia (horas/dia):
	Captação é outorgada? (solicitar cópia)
	Em decorrência de defeitos, mau funcionamento ou outros problemas, houve redução contínua no volume captado no ano? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Em caso afirmativo, qual foi a redução percentual?
	O estado de conservação é adequado? Em caso negativo, especificar.
	Existe programa de manutenção? Descrever.
Data de entrada em operação da unidade (mês/ano):	
Estação elevatória de água bruta	Identificação da unidade:
	Capacidade (l/s ou m³/s):
	Volume total captado (m³):
	Número médio de horas de operação por dia (horas/dia):
	Número total de bombas: Potência total (CV ou HP):
	Em decorrência de defeitos, mau funcionamento ou outros problemas, houve redução contínua no volume captado no ano? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Em caso afirmativo, qual foi a redução percentual?
	O estado de conservação é adequado? Em caso negativo, especificar.
	Existe programa de manutenção? Descrever.
Data de entrada em operação da unidade (mês/ano):	


Plano Municipal de Saneamento Básico - Planejamento de Trabalho						
Esgotamento Sanitário						
Dados gerais	Data da visita:					
	Sistema visitado:					
	Prestador de serviço:					
Dados gerais	População atendida pelo sistema:					
	Total:		Urbana:	Rural:		
	Índice de cobertura:					
	Número de economias atendidas:					
	Número de economias residenciais urbanas atendidas por sistemas particulares:					
	Número de Economias	Residencial :				
		Social:				
		Comercial/Serviços:				
		Público:				
		Industrial:				
Número de Ligações	Grandes consumidores:					
	Residencial :					
	Social:					
	Comercial/Serviços:					
	Público:					
Confiabilidade e regularidade	Tempo médio para manutenção da rede (horas):					
	Há pontos críticos de coleta ?		() Não	() SIM	Especificar:	
Previsão de Investimentos	Obra	Ano	Tipo (Manutenção/Troca/Ampliação/Andamento)		Valor	
	Tratamento					
	Emissionário					
	Estação Elevatória					
	Coletor Tronco					
	Rede					


Esgotamento Sanitário		
Rede Coletora e ligação predial ou ramal condominial	Cadastro da Rede: () Sim () Não	
	Tipo de rede: () Condominial () Convencional	
	Quantidade	Extensão da rede: _____ Idade: _____
		Nº ligação de Água: _____
		Nº ligação de esgoto: _____
		Nº de ligações ativas comerciais: _____
	Características Técnico - Construtivas	Cobertura de atendimento (%): _____ Bairros atendidos: _____
		Material de tubulação de Rede: () PVC () Manilha Cerâmica () Outros _____
		Maior Diâmetro: _____ Menor Diâmetro: _____
		Tipo de junta: () Elástica () Não Elástica
		Localização da Rede: _____ () abaixo de lençol freático () acima do lençol
	Desempenho funcional	Tipo do solo: () muito permeável () pouco permeável
Qual é o número de ocorrências de refluxo (extravasamento): _____		
Duração de refluxo nas redes coletoras: _____		
Manutenção	Locais mais frequentes: _____	
	Qual o número de obstruções nas rede e nas ligações: _____	
Estação elevatória de esgoto	O estado de conservação e adequado? () sim () Não	
	Existe de programa de manutenção? () sim () Não	
	Nº geral de elevatórias de esgoto bruto: _____	
	Identificação da unidade:	_____ Ponto de GPS: _____

	Quantidade	Capacidade (l/s): _____
		Nº de ligações de água: _____
		Nº de ligações de esgoto: _____
		Número médio de horas/operação por dia (hora/dia): _____
	Características Técnico - Construtivas	Mês de sazonalidade: _____
Nº total de bombas: _____		
Operação e comando	Potência total (CV ouHP): _____	
	Há automação local? () sim () Não	
Desempenho funcional	Por quanto tempo a elevatória ficou fora de operação, no mesmo ano, por qualquer problema próprio, exceto falta de energia elétrica (dias) ? _____	
	O estado de conservação e adequado? () sim () Não	
Manutenção	Existe programa de manutenção: () sim () Não	


Esgotamento Sanitário		
Coletor tronco	Quantidade	Extensão Total:
		Número de ligações de água:
		Número de ligações de esgoto:
	Características Técnico	Material da tubulação: () concreto () manilha () outro
		Maior Diâmetro:
Construtivas	Menor diâmetro:	
	Desempenho Funcional	Número de obstruções detectadas no coletor: Quantos dias o coletor ficou fora de operação, no mesmo ano, por qualquer problema?
Manutenção	O estado de conservação e adequado? () sim () Não	
	Existe programa de manutenção?	
Interceptor	Quantidade	Extensão total
		Corrego/rio interceptado:
		Número de ligações de água:
	Características Técnico	Número de ligações de esgoto:
		Material da tubulação: () concreto () manilha () outro
Construtivas	Maior diâmetro (mm):	
	Menor diâmetro (mm):	
Desempenho Funcional	Número de obstruções no interceptor:	
Manutenção	O estado de conservação e adequado? () sim () Não	
Emissário ou linha de recalque	Quantidade	Extensão Total:
		Número de ligações de água:
		Número de ligações de esgoto:
	Características Técnico	Regime de escoamento: () forçado () livre
		Material da tubulação: () concreto () manilha () outro
Construtivas	Maior diâmetro (mm):	
	Menor diâmetro (mm):	
Desempenho Funcional	Qual o número de obstruções detectadas no emissário?	
Manutenção	O estado de conservação e adequado? () sim () Não	
		Existe programa de manutenção

 Plano Municipal de Saneamento Básico - Planejamento de Trabalho				
Estações de Tratamento de Esgoto - ETE's				
Prestador de serviço responsável:				
Nome ETE :			Ponto de GPS:	
Localização:				
Ano/início da operação:				
Área de abrangência (bairros e locais atendidos):				
Anexar mapa/croqui da área de abrangência do sistema:				
Sistema de tratamento empregado:				
Quantidade de lodo produzida:				
Disposição dos resíduos do lodo (local e frequência):				
Eficiência de remoção de DBO	Atual			
	IP			
	FP			
Nº de habitantes atendidos	Atual			
	IP			
	FP			
Percentual de atendimento	Atual			
	IP			
	FP			
vazão tratada (l/S)		Vazão mínima	Vazão Média	Vazão Máxima
	Atual			
	IP			
	FP			
Tem automonitoramento? Ou está previsto? Quais parâmetros e frequências? (Solicitar resultados do último ano)				
Fonte de recursos para as obras, operação e manutenção:				
Regularização ambiental (tipo, validade) (solicitar certificado):				
Dificuldades (manutenção, elaboração do projeto, execução das obras):				
Georreferenciamento do local (obtido no projeto e/ou na visita à área):				
Corpo de água receptor e usos à jusante. Há outorga de lançamento?				
Georreferenciamento do lançamento (obtido no projeto e/ou na visita à área):				

 no Municipal de Saneamento Básico - Planejamento de Trabalho			
Prestador de Serviço Esgotamento Sanitário			
Data:			
PRESTADOR DO SERVIÇO:			
Estrutura organizacional (organograma, secretárias/departamento envolvidos, nº de funcionários, nº de escritórios)			
Há interação do serviço de esgoto com municípios vizinhos? Algum consórcio? (Solicitar documentação relacionada)			
Há regulação dos serviços? (Solicitar legislação relacionada)			
Dificuldades gerais dos SES (resistência da população, tarifação, local para a ETE, recursos, dificuldades técnicas, pessoal, falta de planejamento, formas inadequadas de destinação final dos esgotos, redes mistas - lançamento de água pluvial na rede de esgoto e vice-versa)			
Áreas críticas (esgoto a céu aberto, entupimentos, rompimentos, doenças etc...):			
Atendimento ao usuário:			
Existe sistema de atendimento ao usuário (telefone, pessoalmente, correio, email, site)?			
Tipos de reclamações/solicitações (novas ligações; religações; reparos etc...):			
Dentre as existentes, qual é o principal tipo de reclamação:			
Nº de reclamações totais efetuadas:			
Nº de reclamações totais atendidas:			
Tempo de resposta para as solicitações:			
Informações sobre projetos e obras para SES			
Dados financeiros			
Há cobrança pelos serviços? . Se sim, solicitar tabela c/ as tarifas praticadas.			
Forma de cobrança dos serviços:			
() boleto no IPTU () boleto exclusivo () taxa na conta de água () tarifa			
Quais são os critérios para cobrança? População ligada ou apenas com cobertura? Faixas de consumo?			
Tarifa média de esgotos (R\$/m³):			
Há aplicação da tarifa social?			
Qual o número de famílias e de pessoas beneficiadas? Nº de pessoas inscritas no CadÚnico?			
Receita anual total com o(s) sistema(s) (R\$):			
Despesa anual total com o(s) sistema(s) (R\$):			
Distribuição das despesas (%)			
Tributárias:	Materiais e Manutenção	Produtos Químicos	Energia
Pessoal	Serviços da dívida	Depreciação	Outras
Orçamento previsto no Plano de Aplicação Plurianual (solicitar Plano, se existir):			
Coleta de esgotos	Volume faturado (m³)		
	Valor Faturado (R\$)		
Tratamento de esgoto	Volume faturado (m³)		
	Valor Faturado (R\$)		

Plano Municipal de Saneamento Básico - Planejamento de Trabalho					
					
Sistema de Drenagem Urbana - SDU					
Responsável pela Manutenção e Operação do Sistema	Obs.:				
Cadastro da rede de drenagem	Sim	Não	Obs.:		
Possui Projeto de captação de recursos para investimento na área de Drenagem Pluvial	Sim	Não	Obs.:		
Atendimento pelo Sistema (%)	Área atendida		Área não atendida	Obs.:	
Problemas no Atendimento	Sim	Não	Obs.:		
Bairros não atendidos	Descrição:				
Áreas rurais não atendidas	Descrição:				
Extensão do pavimento das ruas (Km)	terra	Asfalto	Poliédrico	Outros	
	()	()	()		
Estruturas de drenagem existentes	Item		Sim	Não	Obs.:
	Sarjetas				
	Sarjetões				
	Bocas coletoras				
	Redes tubulares				
	Galerias				
	Poços de visitas				
	Caixas de ligação				
	Escadas hidráulicas				
Manancial de lançamento (l/s)	Nome		Coordenadas	Obs.:	
Cursos d'água (km)	Leito natural		Canalizados abertos	Canalizados fechados	
Episódios de Inundações/Enchentes	Sim	Não	Obs/Localização.:		
Domicílios Afetados (nº)	Obs.:				
Pontos de alagamentos	Sim	Não	Obs.:		
Pontos de inundações (extravazamento do córrego)	Sim	Não	Cursos d'água:		

Sistema de Drenagem Urbana - SDU					
Ocupação Irregular no leito dos córregos	Sim	Não	Obs.:		
Há Projetos de Remoção/Desapropriação de domicílios em andamento	Sim	Não	Obs.:		
Dispositivos de controle de inundações	Sim	Não	Obs.:		
Ocupação Irregular no leito dos córregos	Sim	Não	Obs.:		
Problemas de erosão/assoreamento na área urbana	Sim	Não	Obs.:		
Riscos associados à deslizamentos de terra	Sim	Não	Obs.:		
Manutenção e limpeza das estruturas de drenagem	Tipo		Sim	Não	Frequência
Áreas de risco mapeadas	Sim	Não	Obs.:		
Há áreas brejosas	Sim	Não	Obs.:		
Percepção de esgoto conectado à rede	Sim	Não	Bairros	Volume	
Percepção de Resíduos Sólidos na rede e/ou cursos d'água	Sim	Não	Bairros	Obs.:	
Histórico pluviométrico	Sim	Não	Obs.:		
Projetos existentes	Sim	Não	Obs.:		
Obras em execução	Sim	Não	Obs.:		
Setor responsável pelo sistema de drenagem	Sim	Não	Obs.:		
Ações Ativas de manutenção	Limpeza ()	Obs.:			
Forma de Solicitação dos Serviços à População	Telefone	Pessoalmente	E-mail	Obs.:	
	()	()			

Plano Municipal de Saneamento Básico - Planejamento de Trabalho							
Resíduos Sólidos							
Participa de Consórcio	Sim	Não	Obs.:				
Possui Projeto de captação de recursos para investimento na área de Resíduos Sólidos	Sim	Não	Obs.:				
Quantas Instituições operam a Gestão dos Serviços	Coleta		Varrição		Disposição Final		
Atendimento (%)	Obs.:						
Problemas no Atendimento	Sim	Não	Obs.:				
Possui Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos (PGRSU)	Sim	Não	Obs.:				
Quantidade de resíduos gerados (kg/hab/dia) T/dia T/mês T/ano	Secos	Úmidos	Hospitalar	Varrição	Construção	PEV - Ponto de Entrega Voluntária	
Aterro sanitário *próprio ou terceirizado	Sim	Não	Tipo	Prop/terc*	Licença ambiental		
Operação do aterro Sanitário (kg/hab/dia) T/dia T/mês T/ano	Volume	Horário	Nº funcion.	Máquinas (trator de esteira)	Chorume		
Aterro de Inertes *próprio ou terceirizado	Sim	Não	Tipo	Prop/terc*	Licença ambiental		
Operação do aterro de Inertes (kg/hab/dia) T/dia T/mês T/ano	Volume	Horário	Nº funcion.	Máquinas (trator de esteira)	Chorume		
Lixões/áreas irregulares	Sim	Não	Descrição				
Áreas clandestinas de descarte	Sim	Não	Descrição				
Coleta de lixo domiciliar	Sim	Não	nº dom.	Volume	Próprio/terceirizado		
Coleta de lixo hospitalar	Sim	Não	nº estab.	Volume	Próprio/terceirizado		
Remoção de animais mortos	Sim	Não	Descrição				
Coleta de lixo industrial	Sim	Não	nº estab.	Volume	Próprio/terceirizado		
Coleta seletiva	Sim	Não	nº estab.	Volume	Próprio/terceirizado		
Varrição e limpeza de vias	Sim	Não	Extensão/dia	Volume	Próprio/terceirizado		
Limpeza de feiras livres	Sim	Não	Extensão/dia	Volume	Próprio/terceirizado		
Número de árvores estimado	Área verde do município (km²)			Número de árvores estimado total			

Resíduos Sólidos						
Unidade de transbordo	Sim	Não	nº estab.	Volume		Próprio/terceirizado
	Localização					
Unidade de triagem	Sim	Não	nº estab.	Volume		Próprio/terceirizado
	Localização					
Serviços Municipais de Zeladoria *próprio ou terceirizado	Sim	Não	Prop/terc*	Destinação do resíduo		Obs.
Conservação de praças e áreas verdes						
Poda e Remoção de árvores						
Limpeza de boca de lobo						
Limpeza de córregos						
Desassoreamento de Corregos						
Obras de manutenção						
Outros						
Unidade de compostagem	Sim	Não	nº estab.	Volume		Próprio/terceirizado
	Localização					
Unidade de reciclagem de Resíduos de Construção Civil (RCC)	Sim	Não	nº estab.	Volume		Próprio/terceirizado
	Localização					
Tipo de material reciclado (m³/dia)	Papel	Plástico	Metais	vidros	outros	Obs.:
Empresas de reciclagem	Sim	Não	Descrição			
Unidade de captação de pneus usados	Sim	Não	nº estab.	Volume		Próprio/terceirizado
Bota fora de entulhos	Sim	Não	nº estab.	Volume		Próprio/terceirizado
Pontos de Entrega Voluntária (PEV) inservíveis	Sim	Não	nº estab.	Volume		Próprio/terceirizado

Resíduos Sólidos						
Unidade de tratamento de resíduos de serviços de saúde	Sim	Não	nº estab.	Volume		Próprio/terceirizado
	As instituições possuem PGRSS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde)			Sim	Não	Obs.:
	Na ausência tratamento, qual é a destinação dos resíduos					
Associação de catadores	Sim	Não	Descrição			
	Possui Cadastro		Sim	Não	Obs.:	
Série histórica de geração de resíduos	Sim	Não	Obs.:			
Tipo de Cobrança pela execução dos serviços	Obs.:					
Forma de Solicitação dos Serviços à População	Telefone ()	Pessoalmente ()		E-mail	Obs.:	
Projetos existentes	Sim	Não	Obs.:			
Atendimento	(%)	Obs (Bairros, Distritos e/ou Localidades sem atendimento):				
Projetos de Educação Ambiental	Sim	Não	Obs.:			
Ações de Educação Ambiental	Sim	Não	Obs.:			
Incentivos à reciclagem	Sim	Não	Obs.:			
Projetos de Vigilância à Saúde	Sim	Não	Obs.:			
Ações de Vigilância à Saúde	Sim	Não	Obs.:			
Quais Doenças de Maior Ocorrência	Obs.:					
Índice de Mortalidade Infantil	Sim	Não				
Índice de Doenças de Veiculação Hídrica	Sim	Não	Obs(Dengue, Febre Amarela):			
Série histórica de doenças de veiculação hídrica	Sim	Não	Obs.:			
Série histórica de internações	Sim	Não	Obs.:			
Plano de contingência de combate à dengue	Sim	Não	Obs.:			